

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS NA CEASA-CAMPINAS
(1981 - 1990)

POR

JULIETA TERESA AIER DE OLIVEIRA, SALLES ³⁴

Barueri

Este exemplar corresponde a parte
final da dissertação de Mestrado
defendida por Julieta Teresa
Aier de Oliveira Salles e apro-
vada pela Comissão Julgadora
em 06 de setembro de 1991. Com-
par, 05 de março de 1992.

Orientador:
Prof. Dr. Luís Carlos Guedes, Pinto ^{11.11.1990}


Presidente da Banca

Dissertação apresentada como cumprimento parcial dos
requisitos para obtenção do Título de Mestre em Engenharia
Agrícola: área de concentração Planejamento e Produção
Agropecuária.

Campinas - SP

Setembro - 1991

A minha mãe Elísia, pelo
otimismo;

Ao Sergio, pelo amor;

Aos meus filhos Maiara, Laura e Rodrigo,
que dão um sabor especial à minha vida;

dedico.

AGRADECIMENTOS

A realização desta Dissertação contou com a colaboração de várias pessoas, para as quais expresso meus agradecimentos:

Ao Luis Carlos Guedes Pinto, pela orientação na realização deste trabalho;

Ao Sergio Luiz Monteiro Salles Filho, pela leitura cuidadosa dos originais e pelas valiosas sugestões apresentadas;

Ao José Maria Jardim da Silveira, pelas ricas discussões;

A Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, pelo incentivo e amizade sempre presentes;

Ao Clovis Tristão, Edgar Aparecido Lombardi, Rosângela Gomes e Marcelo Fuidio pelo apoio na digitação dos dados;

A Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, por me conceder tempo suficiente para realizar o curso de mestrado e terminar este trabalho;

Ao Mario Antonio Biral - Diretor-Presidente, ao Laurismaradno Moraes da Fonseca - Gerente do Departamento de Atacado - e, à Eliane Suzete Rosa Sardinha - Encarregada do Setor de Estatística- da CEASA-Campinas, pela atenção a mim dispensada e por possibilitarem o acesso aos dados que embasaram esta pesquisa;

Ao Armando Coelho Junior e Waldir Renato de Oliveira do Departamento de Economia da CEAGESP, pelo fornecimento dos dados estatísticos referentes ao ETSP.

A Emília Hamada, pelo apoio e incentivo só encontrado nas grandes amizades;

A Silvia Regina Toledo Valentim, Valeria Comitre e Maristela Simões do Carmo, amigas de todas as horas, agradeço.

SUMARIO

	Página
FOLHA DE ROSTO.....	i
DEDICATORIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
SUMARIO.....	v
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	xi
RESUMO.....	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. OBJETIVOS.....	06
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	07
3.1. Considerações Gerais.....	08
3.2. Hortigranjeiros: Características da Produção e Importância Econômica.....	13
3.3. Hortigranjeiros: Características da Comercialização e do Abastecimento.....	21
3.4. Evolução do Processo de Comercialização Agrícola no Brasil.....	28

3.5. Mercado Atacadista de Hortigranjeiros:	
As Centrais de Abastecimento.....	35
3.6. Mercado Varejista de Hortigranjeiros.....	48
3.7. A Formação de Preços no Mercado	
Atacadista de Hortigranjeiros.....	51
3.8. Considerações Gerais sobre a Sazonalidade	
da Oferta e dos Preços dos Produtos Agrícolas...	59
3.9. Importância dos Hortigranjeiros Estudados.....	65
3.10. Considerações Gerais sobre os Hortigranjeiros	
Estudados.....	75
4. MATERIAL E METODOS.....	91
4.1. O Objeto de Estudo.....	91
4.2. Material.....	100
4.3. Métodos.....	104
4.3.1. Seleção dos Produtos.....	104
4.3.2. Variação Sazonal.....	110
4.3.3. Procedência dos Produtos.....	113
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	115
5.1. Padrão de Variação Sazonal de Preço e	
Quantidade na CEASA-Campinas e no ETSP.....	117
5.2. Procedência dos Produtos Comercializados	
na CEASA-Campinas e no ETSP.....	159
6. CONCLUSÕES.....	181
7. SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	188
8. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	189
9. ABSTRACT.....	194
10. ANEXOS.....	196

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	Página
1. Padrão de variação sazonal de preço de banana nanica. CEASA- Campinas. (1981/90).....	117
2. Padrão de variação sazonal de quantidade de banana nanica. CEASA-Campinas. (1981/90).....	118
3. Padrão de variação sazonal de preço de banana nanica não climatizada. ETSP. (1981/88).....	118
4. Padrão de variação sazonal de quantidade de banana nanica não climatizada. ETSP. (1981/88).....	120
5. Padrão de variação sazonal de preço de banana nanica climatizada. ETSP. (1981/88).....	121
6. Padrão de variação sazonal de quantidade de banana nanica climatizada. ETSP. (1981/88).....	122
7. Padrão de variação sazonal de preço de laranja pera. CEASA-Campinas. (1981/90).....	123
8. Padrão de variação sazonal de quantidade de laranja pera. CEASA-Campinas.(1981/90).....	124
9. Padrão de variação sazonal de preço de laranja pera. ETSP. (1981/88).....	125
10. Padrão de variação sazonal de quantidade de laranja pera. ETSP. (1981/88).....	126
11. Padrão de variação sazonal de preço de alface. CEASA-Campinas. (1981/90).....	129
12. Padrão de variação sazonal de quantidade de alface. CEASA-Campinas.(1981/90).....	130
13. Padrão de variação sazonal de preço de alface. ETSP. (1981/88).....	131

14. Padrão de variação sazonal de quantidade de alface. ETSP. (1981/88).....	132
15. Padrão de variação sazonal de preço de repolho. CEASA-Campinas. (1981/90).....	133
16. Padrão de variação sazonal de quantidade de repolho. CEASA-Campinas.(1981/90).....	134
17. Padrão de variação sazonal de preço de repolho. ETSP.(1981/88).....	135
18. Padrão de variação sazonal de quantidade de repolho. ETSP. (1981/88).....	136
19. Padrão de variação sazonal de preço de cenoura. CEASA-Campinas. (1981/90).....	139
20. Padrão de variação sazonal de quantidade de cenoura. CEASA-Campinas. (1981/90).....	140
21. Padrão de variação sazonal de preço de cenoura. ETSP.(1981/88).....	141
22. Padrão de variação sazonal de quantidade de cenoura. ETSP. (1981/88).....	142
23. Padrão de variação sazonal de preço de tomate. CEASA-Campinas. (1981/90).....	144
24. Padrão de variação sazonal de quantidade de tomate. CEASA-Campinas. (1981/90).....	145
25. Padrão de variação sazonal de preço de tomate. ETSP. (1981/88).....	146
26. Padrão de variação sazonal de quantidade de tomate. ETSP. (1981/88).....	147
27. Padrão de variação sazonal de preço de batata comum. CEASA-Campinas. (1981/90).....	149
28. Padrão de variação sazonal de quantidade de batata comum. CEASA-Campinas. (1981/90).....	150
29. Padrão de variação sazonal de preço de batata comum. ETSP. (1981/88).....	151
30. Padrão de variação sazonal de quantidade de batata comum. ETSP. (1981/88).....	151
31. Padrão de variação sazonal de preço de cebola. CEASA-Campinas. (1981/90).....	154

32. Padrão de variação sazonal de quantidade de cebola. CEASA-Campinas. (1981/90).....	155
33. Padrão de variação sazonal de preço de cebola. ETSP. (1981/88).....	156
34. Padrão de variação sazonal de quantidade de cebola. ETSP. (1981/88).....	157
35. Participação das principais microrregiões de procedência de banana nanica à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	161
36. Participação das principais microrregiões de procedência de banana nanica ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	162
37. Participação das principais microrregiões de procedência de laranja pera à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	163
38. Participação das principais microrregiões de procedência de laranja pera ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	164
39. Participação das principais microrregiões de procedência de alface à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	165
40. Participação das principais microrregiões de procedência de alface ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	166
41. Participação das principais microrregiões de procedência de repolho à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	168
42. Participação das principais microrregiões de procedência de repolho ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	169
43. Participação das principais microrregiões de procedência de cenoura à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	171
44. Participação das principais microrregiões de procedência de cenoura ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	172

45. Participação das principais microrregiões de procedência de tomate à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	173
46. Participação das principais microrregiões de procedência de tomate ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	174
47. Participação das principais microrregiões de procedência de batata comum à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	176
48. Participação das principais microrregiões de procedência de batata comum ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	177
49. Participação das principais microrregiões de procedência de cebola à CEASA-Campinas. Médias bianuais. (1981/90).....	179
50. Participação das principais microrregiões de procedência de cebola ao ETSP. Médias bianuais. (1981/90).....	180

LISTA DE TABELAS

TABELA	Página
1. Classificação das hortaliças pelas partes utilizadas nas alimentação humana e comercializadas.....	12
2. Média das receitas líquidas alcançadas por alguns produtos em safras consecutivas, Estado de São Paulo, 1977/82, em Cr\$/ha, valores correntes.....	17
3. Evolução da produção de hortaliças. Brasil. 1985/1987. (mil toneladas).....	19
4. Participação dos principais hortigranjeiros na quantidade comercializada por setor de comercialização do ETSP. (1981/90).....	67
5. Participação dos principais hortigranjeiros no valor transacionado por setor de comercialização do ETSP. (1986/90).....	70
6. Participação dos principais hortigranjeiros na quantidade total comercializada no ETSP. (1981/90)....	72
7. Participação dos principais hortigranjeiros no valor total transacionado no ETSP. (1986/90).....	74
8. Participação dos setores de comercialização na quantidade total comercializada na CEASA-Campinas. (1981/90).....	95
9. Participação dos setores de comercialização no valor comercial anual transacionado na CEASA - Campinas. (1987/90).....	97
10. Ocupação do mercado atacadista da CEASA-Campinas, segundo o tipo de instalação e a categoria do permissionário. (1990).....	98

11. Participação dos principais hortigranjeiros na quantidade comercializada por setor de comercialização da CEASA-Campinas. (1981/90).....106
 12. Participação dos principais hortigranjeiros no valor transacionado por setor de comercialização da CEASA-Campinas. (1987/90).....108
-
-

RESUMO

Os objetivos deste trabalho são: caracterizar os padrões de variação sazonal de preços e quantidades e levantar as regiões de procedência dos principais hortigranjeiros comercializados na CEASA-Campinas no período de 1981 à 1990. Estes resultados foram comparados aos do Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) da CEAGESP. Tendo como critério a importância dos hortigranjeiros no que se refere as quantidades comercializadas e os valores transacionados, selecionou-se oito produtos principais: banana nanica, laranja pera, alface, repolho, cenoura, tomate, batata comum e cebola.

Para determinação dos padrões de variação sazonal utilizou-se o método da média móvel centralizada e para o levantamento das regiões de procedência elaborou-se planilhas específicas para cada produto, onde relaciona-se quantidades ofertadas por Microrregião Homogênea, segundo os meses do ano.

Concluiu-se que da mesma forma que não se pode questionar a existência de relações entre a evolução dos preços e sua oferta, não se pode tampouco ignorar a interferência de outros fatores não captados pelos índices

sazonais, quais sejam: tamanho dos mercados, tipo de produto e expectativas dos agentes de comercialização. Constatou-se também que as principais regiões de procedência destes hortigranjeiros são praticamente as mesmas para a CEASA-Campinas e para o ETSP, exceto para produtos como a alface e o repolho, nos quais destacaram-se ofertas advindas de regiões específicas localizadas próximas ao mercado.

1. INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade da década de cinquenta consolida-se no Brasil um novo padrão de desenvolvimento econômico de base urbano-industrial, que fez com que o setor agrícola se integrasse cada vez mais ao restante da economia, especialmente aos novos segmentos industriais emergentes.

Entre outras atribuições, coube ao setor agrícola o papel de fornecedor de alimentos em quantidades suficientes, em momentos adequados e a preços compatíveis, de forma a assegurar o abastecimento dos centros urbanos e conter a aceleração do custo de vida e, conseqüentemente, aliviando pressões sociais por salários.

A modernização da agricultura, que se por um lado possibilitou uma maior capitalização do campo e expandiu a produção agrícola, incorporando novas áreas de plantio e utilizando crescentemente novos insumos modernos (químicos, biológicos e mecânicos), por outro lado trouxe em seu bojo uma série de conseqüências, tais como: a intensificação do processo de concentração fundiária e aumento do êxodo rural; o aumento dos índices de desemprego, principalmente o desemprego estacional; o privilegiamento de determinados

produtos, especialmente os exportáveis e os energéticos e de determinadas regiões, particularmente aquelas que já dispunham de uma infra-estrutura mínima que pudesse responder rapidamente ao esforço de modernização; bem como a capitalização de determinados produtores, que também já se encontravam numa situação relativamente diferenciada. (Kageyama et alii, 1990).

Os segmentos da comercialização e do abastecimento por sua vez, são também alvos destas transformações que se processam fundamentalmente através da intervenção do Estado, através de uma série de medidas específicas que buscavam contornar os problemas advindos da instabilidade da oferta e preços dos produtos agrícolas.

Ou seja, argumentava-se que as chamadas crises de abastecimento ocorriam devido à existência de uma estrutura arcaica e ineficiente de comercialização e de distribuição de gêneros alimentícios e portanto deveriam passar por um profundo processo de reorientação institucional.

E no Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956/60) que se registram as primeiras propostas no sentido de dinamizar as disponibilidades de armazenamento e frigorificação, transporte e distribuição de gêneros alimentícios e de construção de Centrais de Abastecimento destinadas à substituição dos tradicionais mercados atacadistas de hortigranjeiros dos grandes centros urbanos.

Assim, é inaugurado o Entrepasto Terminal de São Paulo em 1966 e, a partir de 1968, este movimento de

construção de Centrais de Abastecimento ganha dimensão nacional com a implantação do Programa de Modernização do Abastecimento no âmbito do Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968/70).

Não há dúvida que os objetivos previstos com a implantação das CEASAs eram corretos e necessários: modernizar e aumentar a eficiência do sistema de comercialização de produtos hortigranjeiros, aliado à economia de escala, e contribuir de fato para a redução das perdas, diminuição do preço final do produto e elevação da renda do produtores agrícolas.

No entanto, como apontam diversos autores, algumas distorções ocorreram neste processo. Isto porque as CEASAs acabaram se transformando em mercados com características oligopsônicas, onde outros segmentos importantes, notadamente os pequenos e médios produtores e os consumidores de baixa renda, não desfrutaram (ou o fizeram muito pouco) das vantagens advindas desta modernização. Por outro lado, a participação estatal neste setor se restringiu, num primeiro momento, a arcar com o ônus dos altos investimentos para a construção das Centrais e, posteriormente, exercer um papel de mero locador de espaços aos agentes de comercialização.

Do ponto de vista do abastecimento alimentar, a composição da renda familiar exerce comprovada influência no consumo de produtos agrícolas, particularmente os hortigranjeiros. Ou seja, alterações positivas da renda afetam qualitativa e quantitativamente a pauta de consumo da

população, tornando mais equilibrada a relação alimentos energéticos/proteicos e produtos ricos em vitaminas e sais minerais, que estão disponíveis principalmente nas frutas, verduras e legumes. Em síntese, o baixo consumo de hortigranjeiros registrado na população brasileira é determinado fundamentalmente por um problema de má distribuição de renda e não por questões de ordem cultural.

Não há dúvida quanto à importância dos produtos hortigranjeiros no que se refere à esfera do consumo. Na esfera da produção, este setor, no Brasil, tem como características básicas, uma estrutura fundiária composta por pequenas e médias propriedades, alta produção por área cultivada, rendas líquidas bastante expressivas e, muitas vezes, baseada na mão-de-obra familiar.

Neste sentido, torna-se relevante estudar a produção, a comercialização e o abastecimento de produtos hortigranjeiros. Particularmente, este trabalho direcionou-se para a análise do mercado atacadista da CEASA-Campinas, que representa a sétima Central de Abastecimento mais importante do país e a segunda do Estado de São Paulo, ficando atrás apenas do Entrepasto Terminal de São Paulo, (ETSP) localizado na capital.

Dois aspectos fundamentais foram privilegiados neste estudo: a caracterização do padrão de variação sazonal de quantidade e preço, e o levantamento das principais regiões de procedência de oito produtos hortigranjeiros: banana, laranja, alface, repolho, cenoura, tomate, batata e

cebola.

Análises comparativas destes dois aspectos da comercialização foram realizadas entre os mercados atacadistas da Ceasa-Campinas e do ETSP.

Quanto aos possíveis usos dos resultados desta pesquisa destacam-se: a) orientação aos produtores agrícolas, através de trabalhos de extensão rural, quanto ao planejamento da produção, visando alcançar melhores preços no mercado; b) subsídios à elaboração de programas de estímulo à produção regional; c) orientação aos consumidores quanto às melhores épocas para realização de compras e na escolha de produtos adequados com base nos períodos de safra e entressafra; e d) contribuição ao estabelecimento de programas de integração intermercados atacadistas de hortigranjeiros por parte de órgão competentes. Do ponto de vista metodológico e acadêmico, vale registrar que o presente trabalho põe em evidencia limitações analíticas dos métodos tradicionalmente empregados, mostrando que os estudos de variação estacional devem considerar um maior conjunto de variáveis que aquelas de preço/quantidade, mesmo em se tratando de produtos reconhecidamente sensíveis às variações de oferta.

2.OBJETIVOS

Os objetivos gerais que nortearam esta Dissertação foram:

- a) caracterizar a produção, comercialização e abastecimento dos principais hortigranjeiros;
- b) resgatar a história da evolução do processo de comercialização de hortigranjeiros no Brasil;

Os objetivos específicos foram:

- a) Estabelecer e analisar os padrões de variação sazonal de preço e quantidade dos principais hortigranjeiros comercializados na CEASA-Campinas no período de 1981/1990 e compará-los aos do Entrepasto Terminal de São Paulo;
- b) Delimitar as mais importantes regiões expedidoras dos principais hortigranjeiros comercializados na CEASA-Campinas e no Entrepasto Terminal de São Paulo, destacando a evolução da participação relativa destas regiões frente à oferta global.

3. REVISAO DE LITERATURA

Este capítulo encontra-se subdividido em dez itens distintos. O item Considerações Gerais tem o objetivo de conceituar os termos comercialização, abastecimento e hortigranjeiros. Os itens 3.2. e 3.3. tratam das características gerais da produção, da comercialização e do abastecimento de hortigranjeiros, bem como da importância econômica desses produtos dentro do setor agrícola. No item 3.4. faz-se uma breve revisão da evolução do processo de comercialização agrícola no Brasil. Nos itens 3.5. e 3.6. aprofunda-se esta questão, destacando-se o mercado atacadista, especialmente as Centrais de Abastecimento, e o mercado varejista de hortigranjeiros. No item 3.7. discute-se a formação de preços nesses mercados. O item 3.8 trata da sazonalidade de oferta e preços dos produtos agrícolas. No item 3.9. procurou-se demonstrar a importância dos hortigranjeiros analisados nesta Dissertação frente ao mercado atacadista do Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP/CEAGESP). Por fim, no item 3.10., levantam-se as principais características técnico-econômicas dos hortigranjeiros estudados.

3.1. Considerações Gerais

Segundo LINHARES & SILVA (1979), o abastecimento alimentar é um processo amplo e dinâmico, que envolve questões relativas à produção (o que se produz, onde, para que mercado), à circulação (englobando transporte, comercialização e armazenagem) e ao consumo (diretamente relacionado à questão da distribuição/centralização da renda). Ou seja, conceitualmente, o abastecimento alimentar urbano deve ser entendido "como um sistema em movimento no qual produção, distribuição e consumo se interagem e se retroalimentam". (LINHARES & SILVA, 1979).

MALUF (1988) ressalta que "mesmo sem aparecer como objeto principal da análise, a comercialização agrícola é quase sempre destacada como um dos elementos chave na compreensão do processo de desenvolvimento da produção agropecuária e do abastecimento".

Frigério⁽¹⁾, citado por TOLLINI (1986), afirma que o problema do abastecimento alimentar na América Latina tem sido tratado basicamente segundo dois enfoques distintos, um parcial e outro integrador, sendo que, em ambos, a comercialização agrícola é de importante destaque. O enfoque parcial é assim denominado por duas razões: primeiro porque o

<1>FRIGERIO, L.N. Comercialización agrícola y abastecimiento de alimentos en América Latina - problemática: el enfoque parcial. Santiago, Chile/FAO, 1983a

. Comercialización agrícola y abastecimiento de alimentos en América Latina - problemática: el enfoque integrador. Santiago, Chile/FAO, 1983b.

problema é olhado parcialmente, focalizando-se a comercialização de alimentos fora de seu contexto mais amplo, que envolve produção, consumo e outras variáveis e, segundo, porque em geral as soluções propostas têm beneficiado às parcelas da população com rendas mais elevadas em detrimento das populações de baixa renda. O importante, como afirma o autor, é que na América Latina prevalece o enfoque parcial desta questão. No enfoque integrador, a comercialização é analisada dentro do sistema de trocas no qual ela se processa, onde duas características são fundamentais: o funcionamento e a natureza do sistema. O funcionamento do sistema é discutido no contexto da "teoria da troca desigual entre países, entre setores dentro do país e dentro de um mesmo setor como o agrícola, como no caso dos produtos básicos versus de exportação". A natureza do sistema baseia-se na análise do "uso do planejamento pelas empresas como forma de reduzir riscos e enfrentar incertezas" e incorpora elementos das ciências econômicas, sociais e políticas.

Em termos analíticos, o enfoque parcial do abastecimento alimentar resulta em definir a comercialização agrícola a partir de um rol de funções que deveriam por ela ser cumpridas, em avaliar o grau de eficiência de um determinado sistema de comercialização em agregar a produção e transportá-la no tempo e tratar os eventuais problemas (desabastecimento, preços elevados, etc), como "desvios" em relação a um modelo teórico de equilíbrio de mercado, ou seja, tem-se uma visão funcionalista da comercialização

agrícola. (MALUF, 1988).

Shepherd⁽²⁾, citado por CASTRO (1972), critica a visão funcionalista da comercialização agrícola por considerá-la uma "abordagem meramente descritiva e classificatória e, portanto, incapaz de esclarecer as raízes dos problemas de comercialização".

Concretamente, observa-se que no Brasil são poucos os estudos sobre comercialização de produtos agrícolas que procuram em suas análises integrar as esferas da produção, da distribuição e do consumo, principalmente em se tratando dos produtos hortifrutigranjeiros.

Inicialmente, o termo hortifrutigranjeiro era usado para designar produtos advindos das atividades da horticultura, fruticultura e de pequenas produções de aves e ovos de "fundo de quintal", como mostra MUSUMECI (1987): "inicialmente, havia de fato uma estreita interligação entre a produção hortifrutícola e a de aves e ovos - seja porque diversos estabelecimentos hortícolas se dedicavam também a avicultura, seja pela proximidade física e pelos vínculos econômicos entre as granjas e as chácaras, seja ainda pelas características comuns de pequena produção realizada às portas das grandes cidades, sobre ambos incidindo condições similares de localização, comercialização, etc". Atualmente, a inclusão desses dois setores numa só denominação tem se tornado cada vez mais inadequada, na medida em que essas

⁽²⁾ SHEPHERD, G.S. Agricultural price analysis. Iowa State University Press, Ames, Iowa, USA, 1968.

pequenas granjas das periferias têm se transformado, pela concorrência com a avicultura industrial, constituindo-se num segmento totalmente distinto e separado da horticultura.

De acordo com FILGUEIRA (1981), horticultura refere-se à produção de uma grande diversidade de culturas, comestíveis ou ornamentais, e subdivide-se em ramos menores que agregam numerosas plantas de interesse econômico, ou seja: "olericultura (hortaliças), fruticultura (fruteiras diversas), floricultura (flores para corte), jardinocultura (plantas ornamentais), viveiricultura (produção de mudas), cultura de plantas medicinais e cultura de plantas condimentares".

Alguns autores (MURAYAMA, 1971; PINO *et alli*, 1984, entre outros) classificam as hortaliças em dois grandes grupos: as "verduras" e os "legumes". No entanto, segundo FILGUEIRA (1981) esta classificação é muito "simplória, incorreta e pouco abrangente". Este autor propõe como critério de agrupamento das hortaliças as partes utilizadas na alimentação e que tenham valor comercial: "o único critério, para enquadrar as numerosas hortaliças cultivadas, num ou noutro grupo, seria a adequação ou não à tradicional embalagem que é a caixa tipo 'K', também conhecida como caixa tipo 'tomate'. Assim, os 'legumes' seriam aquelas hortaliças consideradas adaptadas a tal embalagem (hortaliças tuberosas e hortaliças-frutos); todas as demais (hortaliças herbáceas) seriam simploriamente denominadas 'verduras', mesmo que a cor verde não predomine(!)". (Ver Tabela 1).

TABELA 1. CLASSIFICAÇÃO DAS HORTALIÇAS PELAS PARTES UTILIZADAS NA ALIMENTAÇÃO HUMANA E COMERCIALIZADAS.

- Hortaliças Tuberosas - são aquelas cujas partes utilizáveis desenvolvem-se dentro do solo, compreendendo:

Tubérculos - batatinha, cará;

Rizomas - inhame;

Bulbos - cebola, alho;

Raízes tuberosas - cenoura, beterraba, batata-doce, mandioquinha-salsa, rabanete.

- Hortaliças Herbáceas - aquelas cujas partes aproveitáveis situam-se acima do solo, sendo tenras e succulentas:

Folhas - alface, taioba, repolho, espinafre;

Talos e hastes - aspargo, funcho, aipo;

Flores e inflorescências - couve-flor, couve-brócolos, alcachofra.

- Hortaliças Frutos - utiliza-se o fruto, verde ou maduro, todo ou em parte: melancia, pimentão, quiabo, ervilha, tomate, jiló.

Fonte: FILGUEIRA (1981)

Para fins deste trabalho, adotou-se a denominação hortifrutigranjeiros ou apenas hortigranjeiros para designar os produtos de origem vegetal (hortaliças e frutas) utilizados na alimentação humana "in natura". A adoção desta terminologia decorre basicamente da consagração deste termo junto aos produtores agrícolas e aos comerciantes atacadistas e varejistas.

3.2. Hortigranjeiros: Características da Produção e Importância Econômica

Segundo PINO *et alii* (1984) somente a partir de 1940 o cultivo de hortaliças desenvolveu-se enquanto exploração comercial propriamente dita, ou seja, a partir dessa época a horticultura deixa de ser uma atividade de "fundo de quintal" e passa a produzir visando o atendimento de um mercado em formação, decorrente do expressivo e rápido processo de expansão urbana, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do país.

Langenbuch ⁽³⁾, citado em SAO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO (1982), referindo-se à Região Metropolitana de São Paulo, aponta que: "no meio rural, o fato de maior importância é o desenvolvimento conhecido por atividades agrícolas diretamente voltadas ao abastecimento da Capital: horticultura, fruticultura e floricultura, que conheceram uma intensificação e diversificação. No período de 1915-1940 se estrutura o cinturão hortense que - embora com certas descontinuidades - circunda a capital e constitui uma das marcas mais características dos arredores paulistanos".

Observações semelhantes são feitas por DICLER (1987): "esta situação é bastante evidente, por exemplo, na Região Metropolitana de São Paulo e tem, como consequência, o declínio da chamada agricultura caipira (pequenas

⁽³⁾ LANGENBUCH, J.R. A estruturação da Grande São Paulo; estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro, IBGE, 1971. 345p. (Doutorado).

propriedades que praticam uma agricultura de subsistência, abastecendo a região com alimentos básicos como cereais, leite, aves e ovos, etc.) e o desenvolvimento da produção hortigranjeira exercida principalmente por imigrantes japoneses".

Em Neves⁽⁴⁾, citado por MUSUMECI (1987), observa-se que a formação dos cinturões hortenses na Região Metropolitana de São Paulo e na Região Serrana Fluminense, apresentam características bastante semelhantes quanto à localização próxima aos centros urbanos consumidores; condições edafo-climáticas adequadas a esse tipo de atividade agrícola; estrutura fundiária composta de pequenas propriedades e a participação de imigrantes: "a estrutura agrária nessa região sofreu influência do processo de imigração e colonização européias no século XIX, garantindo um espaço mais ou menos seguro para a pequena propriedade e estabelecendo a predominância de lavouras voltadas ao mercado interno. Foi aí que se disseminou, inicialmente, a produção hortícola demandada pela população crescente do Rio de Janeiro".

CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986) apontam os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como os de maior expressão na produção e no abastecimento de hortaliças no país. Entre estes, o Estado de São Paulo "é o principal

⁽⁴⁾ NEVES, D. P. Condições sociais da produção agrícola no distrito de Lumiar, Nova Friburgo. Rio de Janeiro, CNPq, 1983, mimeo. (Relatório de Pesquisa).

produtor da maioria das olerícolas no Brasil, com grande diversificação de culturas" sendo que, na composição do valor total da produção agropecuária do Estado de São Paulo, a pecuária contribui com 27%, as culturas extensivas com 57%, a fruticultura com 9% e as hortaliças com 7%. Esses dados mostram a importância das frutas e das hortaliças em termos de produção agropecuária global do estado.

Essa posição de destaque do Estado de São Paulo no quadro geral da produção de hortaliças constatada por CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986) é explicada por DICLER (1987) como fruto das condições de produção favoráveis durante a maior parte do ano, da escolha adequada das espécies, cultivares e épocas de plantio, aliada a uma melhor estrutura física de comercialização e à maior demanda por esses produtos por parte dos consumidores.

Cumprir notar que, dispor de condições edafo-climáticas favoráveis à produção de hortigranjeiros não é exclusividade do Estado de São Paulo. Os condicionantes fundamentais deste destaque estão relacionados à importância do mercado que aqui se desenvolveu frente aos outros mercados do país.

Em São Paulo a produção de hortaliças não se encontra igualmente distribuída por todas as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), tendendo a se concentrar em algumas delas. Os dados estatísticos do Instituto de Economia Agrícola/SAA indicam que no ano agrícola 1976/77, 55% da área total de olerícolas estavam na DIRA de São Paulo, 33% na DIRA

de Sorocaba, 5% na DIRA de Campinas, 2,5% na DIRA de Marília, 2% na DIRA Vale do Paraíba, sobrando 2,5% para as demais DIRAs. (PINO *et alii*, 1984).

As principais regiões produtoras paulistas são: Serra de Paranapiacaba (maior em volume e área); Encosta da Serra da Mantiqueira (na divisa com o Estado de Minas Gerais); Serra de Jaboticabal; Serra de Agudos e a região do Mirante, na região de Marília. As regiões de Presidente Prudente e Araçatuba apresentam grande importância na produção de tomate rasteiro para fins industriais. (UENO *et alii*, 1984).

A produção de hortigranjeiros apresenta grande heterogeneidade entre as espécies, no que se refere à forma de cultivo, ciclo vegetativo, tratos culturais, colheita e grau de perecibilidade. Todos esses fatores estabelecem um cenário de peculiaridades dos hortigranjeiros em relação a outros produtos agrícolas tanto a nível da produção como da comercialização e do abastecimento, que tem como consequência a necessidade de infra-estruturas de transporte, embalagem e conservação mais complexas e onerosas.

FILGUEIRA (1981) aponta que a característica mais marcante da olericultura é o seu caráter intensivo no que se refere à utilização do solo, aos tratos culturais, à mão-de-obra e à utilização de insumos modernos (sementes, pesticidas e adubos químicos). O ciclo cultural de grande parte das hortaliças é considerado curto, variando de três a seis meses, exceção se faz às hortaliças perenes, como o aspargo,

ou semi-perenes como o chuchu. Nas hortaliças de ciclo curto há exemplos interessantes que atestam a possibilidade do uso intensivo do solo, ou seja, numa mesma área, no período de um ano, pode-se obter até três safras de tomate transplantado, ou até seis ciclos de produção de alface transplantada.

Do ponto de vista econômico, FILGUEIRA (1981) mostra que "a exploração olerácea possibilita a obtenção da mais alta renda líquida, por hectare cultivado, dentre as diversas opções agrícolas, somente sendo igualada pela exploração de pequenos animais confinados". Segundo NASCIMENTO & CRUZ (1986) "em condições normais de mercado, os hortigranjeiros oferecem renda líquida, por área, superior a qualquer outro cultivo temporário".(Tabela 2).

TABELA 2- MÉDIA DAS RECEITAS LÍQUIDAS ALCANÇADAS POR ALGUNS PRODUTOS EM SAFRAS CONSECUTIVAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 1977/82, EM Cr\$/ha, VALORES CORRENTES.

CULTURAS	MÉDIA (Cr\$/ha, valores correntes)
Cebola.....	278.947
Uva Niágara.....	268.176
Batata.....	154.404
Tomate.....	143.906
Cana-de-Açúcar....	50.469
Café.....	26.765
Soja.....	18.134
Feijão.....	17.087
Arroz Irrigado....	12.208
Trigo.....	5.972
Milho.....	5.228

Fonte: Prognóstico 1978/79 a 1982/83, IEA, São Paulo.
Citado por NASCIMENTO & CRUZ (1986)

No entanto, é preciso que se pondere, que a produção hortícola em geral apresenta maiores riscos quando comparada

à outras atividades agrícolas no que se refere à resistência a adversidades climáticas (geadas, chuvas excessivas, secas prolongadas, etc.), ao ataque de pragas e microorganismos patogênicos e à conservação pós-colheita, o que implica na necessidade de uma rápida comercialização e consequentemente em riscos elevados no mercado. Em síntese, se por um lado produzir hortigranjeiros pode resultar em ganhos líquidos bastante expressivos, por outro lado, para que isso ocorra é necessário que o agricultor disponha de maiores investimentos e de tecnologia (mão-de-obra especializada, sementes, fertilizantes e pesticidas). É por estas razões que alguns autores tratam os hortigranjeiros como um exemplo de produção moderna, com cultivo em pequenas áreas, grandes investimentos e moderno nível tecnológico.

Em nível nacional, em 1982, "os hortigranjeiros posicionaram-se em 5º e 3º lugar, respectivamente, no que tange ao volume e ao valor da produção, quando comparados aos grãos (milho, soja, arroz, feijão e trigo)⁽⁵⁾ e à cana-de-açúcar". (NASCIMENTO & CRUZ, 1986).

Pelos dados do Centro Nacional de Pesquisa de Hortalças (CNPB) da EMBRAPA, apresentados no artigo HORTALIÇAS: tempo é instável (1989), constata-se que a produção de hortalças no Brasil cresceu de 8,5 milhões de toneladas em 1985, para aproximadamente 9,6 milhões de toneladas em 1987, posicionando este segmento em sexto lugar no "ranking" das atividades agrícolas do país. O tomate e a

⁽⁵⁾ Nota no parênteses incluída pelo autor.

batata se destacam por serem responsáveis por aproximadamente metade da produção total (ver Tabela 3).

TABELA 3- EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS. BRASIL. 1985/1987. (mil toneladas).

PRODUTOS	1985	1986	1987
Tomate.....	2.275	1.846	2.043
Batata.....	2.175	1.836	2.342
Batata-doce..	788	769	747
Cebola.....	700	639	857
Melancia.....	250	573	1.346
Repolho.....	276	337	317
Cenoura.....	224	312	294
Chuchu.....	209	274	248
Abóbora.....	164	230	217
Pimentão.....	88	125	118
Outros.....	1.350	1.353	1.097
Total.....	8.500	8.286	9.626

FONTE: Centro Nacional de Pesquisas de Hortalças - CNPH/ EMBRAPA.

Citado em HORTALIÇAS: tempo é instável (1989).

No entanto, segundo CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986), "apesar de todo o dinamismo do setor hortícola, as crises de produção (excesso ou escassez) são frequentes. É comum ao final do ano os preços ficarem tão baixos que não compensam sequer colher o produto, fato este que serve de desestímulo e leva à diminuição da área cultivada na safra seguinte". Os autores indicam a necessidade de um planejamento da produção em nível nacional através de planos específicos para cada grupo de hortalças, considerando medidas acerca do melhoramento, pesquisa e produção de sementes; da geração e difusão de técnicas de cultivo adaptadas às diversas regiões; e estímulos à industrialização e/ou ao consumo em determinadas épocas do ano, como forma de reduzir as

oscilações de quantidades produzidas, as perdas na produção e comercialização e, conseqüentemente, alcançar uma maior estabilidade de oferta e preços.

Em síntese, tem-se que o desenvolvimento da produção de hortigranjeiros enquanto atividade comercial propriamente dita, esteve estreitamente relacionado ao processo de urbanização do país, principalmente nas regiões Sul-Sudeste. Trata-se de uma atividade agrícola com as seguintes características básicas: estrutura fundiária composta de pequenas propriedades, uso intensivo do solo (possibilitando a obtenção de várias safras por ano), necessidade de tratos culturais intensivos aliada à grande utilização de insumos modernos (sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas) e possibilidade de auferir rendimentos líquidos significativos em que se pondere os altos riscos inerentes à este tipo de atividade.

3.3. Hortigranjeiros: Características da Comercialização e do Abastecimento

Uma das principais características dos produtos hortigranjeiros é a sua perecibilidade, pois a partir da realização da colheita, que pode ser através do arranco total da planta (alface, por exemplo) como de parte dela (tomate, laranja, etc.), ocorre uma série de processos metabólicos, que vão promover alterações organolépticas (cor, textura e aroma) que via de regra levam à redução da qualidade, do valor nutritivo e comercial do produto. Em alguns casos, o grau de perecibilidade é tão grande e as condições ambientais são tão inadequadas que, em curto espaço de tempo, pode ocorrer a perda total dos produtos pela sua deterioração.

Werner & Braun⁽⁸⁾, citados por DICLER (1987), afirmaram que as perdas de produtos agrícolas ocorrem em todos os segmentos, da produção à comercialização, iniciando no plantio e aumentando à medida que novos custos são agregados, até o consumo final do produto. Na comercialização as perdas são as mais onerosas, na medida em que novos custos são agregados ao produto através da colheita, seleção, classificação, embalagem, transporte, armazenagem, taxas e comissões, etc.

A título de ilustração sobre a dimensão das perdas no mercado de hortícolas, RESENDE & BRANDT (1981) apresentam

⁽⁸⁾ Werner, R. A. & Braun, R. L. Horticultura: questões do abastecimento. Florianópolis, ACARESC/Coordenadoria de Horticultura, 1983. 37p.

que a taxa acumulada média das perdas sobre a quantidade total ofertada de tomate e repolho foram da ordem de 31,1% e 26,5% respectivamente no período de 1974 a 1978, no Estado de Minas Gerais. DOMINGUES *et alii* (1984), referindo-se a um trabalho do Instituto de Economia Agrícola - IEA/SAA - , exemplificam que no período de 1975 a 1980 perdeu-se em média 14% ao ano na comercialização de cebola no Estado de São Paulo.

Segundo MUSUMECI (1987), a perecibilidade dos hortigranjeiros constituiu-se num fator de profunda influência sobre o sistema de formação de seus preços, ou seja, a alta perecibilidade dos produtos acarreta o chamado 'nervosismo' do mercado, o que faz com que o preço oscile rapidamente. Este comportamento do mercado acaba por estreitar sobremaneira o poder de barganha dos agricultores (salvo aqueles associados às grandes cooperativas); pois, como os agricultores têm "que vender a produção imediatamente após a colheita (passados, no máximo, um ou dois dias, dependendo do produto), eles não têm como regatear preço e, além disso, quanto mais distanciados do centro consumidor, menos controle podem exercer sobre a fidedignidade das informações que lhes dá o intermediário a respeito dos valores que estão sendo praticados na CEASA, do volume de oferta no momento, e assim por diante".(MUSUMECI, 1987).

Também, em razão do fator perecibilidade, a possibilidade de armazenamento/conservação dos hortigranjeiros está condicionada a dificuldades de ordem

tecnológica e econômica. Segundo FILGUEIRA (1981), com a exceção de certos produtos como a batata, cebola, alho e batata doce, que permitem armazenamento a custos relativamente menores, assim mesmo por curtos períodos de tempo, a maioria das hortaliças requer técnicas modernas e onerosas de conservação.

Segundo NASCIMENTO & CRUZ (1986), "apenas para certos produtos, que oferecem melhor perspectiva de mercado, como laranja, maçã e banana, entre outros, foram desenvolvidas estruturas de beneficiamento e armazenagem mais apropriadas"; para alguns hortigranjeiros, no entanto, a extrema perecibilidade ocasiona perdas elevadas por não permitir o armazenamento em condições naturais.

No Brasil, o armazenamento de frutas e hortaliças é ainda reduzido. Dados estatísticos mundiais, citados por SÃO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO (1982), revelam que no Brasil cerca de 40% da produção de frutas e hortaliças é perdida por falta de armazenamento adequado. Uma das razões do pouco aproveitamento do armazenamento a frio está na falta de recursos para sua instalação tanto por parte do produtor agrícola como do setor público. Outro obstáculo, de ordem tecnológica, é que a maioria dos estudos nessa área são de outros países e portanto as especificidades da produção e comercialização brasileiras não são contempladas. Por fim, não se pode esquecer do fator desconhecimento, de grande parte dos produtores e de parte dos comerciantes, dos benefícios das técnicas de frigorificação. (SAO PAULO.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982).

Por outro lado, segundo GRAZIANO DA SILVA (1986), "as variações de preços agrícolas têm sempre um componente especulativo dado pela manipulação dos estoques após a colheita ou mesmo pela 'antecipação' das possíveis 'quebras' de safra". No caso dos hortigranjeiros a possibilidade de formação de estoques é bastante restrita e, conseqüentemente, "a especulação no comércio atacadista de hortigranjeiros não se faz sobre estoques, mas sim sobre a própria perecibilidade dos produtos e a vulnerabilidade dos produtores, ditada pela urgência de comercialização." (MUSUMECI, 1987).

No entanto, não é raro que o governo ou a imprensa atribuam aos hortigranjeiros a responsabilidade pela ascensão do custo de vida. Em alguns momentos isto é tão magnificado ao ponto de notabilizar a "inflação do chuchu", "da cebola", etc. (NASCIMENTO & CRUZ, 1986).

A questão da disponibilidade e do preço dos produtos agrícolas em geral - inclusive os hortigranjeiros - se constitui numa preocupação universal e de importância estratégica para os governos. Diversos países do mundo vêm discutindo amplamente o conceito de segurança alimentar e propondo projetos, programas e políticas, visando a concretização de dois objetivos: "o atendimento das necessidades alimentares da população e o alcance da auto-suficiência nacional na produção de alimentos". (SÃO PAULO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1986).

Inúmeros estudos têm demonstrado que a questão do consumo alimentar humano apresenta duas dimensões principais levantadas pelo conceito de segurança alimentar: uma dimensão refere-se à correlação entre renda familiar e consumo de alimentos, onde independente dos preços dos produtos uma parcela da população não dispõe de renda suficiente para adquiri-los em quantidades adequadas para uma alimentação minimamente equilibrada; a outra dimensão do problema refere-se à instabilidade no suprimento de alimentos decorrente de questões de produção, comercialização, importação/exportação entre outros fatores. (GRAZIANO DA SILVA & QUEDA, 1977; SÃO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982; PAGOTTO & KLEM, 1984; CAMPINO *et alii*, 1984; SITUAÇÃO alimentar do Brasil nos últimos 20 anos, 1985; TOLLINI, 1986; CHONCHOL, 1989).

A primeira dimensão da questão alimentar (correlação renda familiar X consumo de alimentos) é tratada de forma minuciosa no ENDEF (Estudo Nacional de Despesas Familiares), realizado em 1974/75 em todo território nacional pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No que se refere ao consumo de hortigranjeiros, os resultados do ENDEF indicam que: a) a parcela dos gastos com alimentação destinada a produtos hortigranjeiros é muito reduzida, quando comparada às demais; b) o consumo de hortigranjeiros é mais elevado nos centros urbanos e, nestes, pela parcela da população de renda mais elevada; c) na

população de baixa renda o consumo alimentar está praticamente restrito a produtos energéticos; d) o consumo de hortigranjeiros varia de região para região no país em decorrência de sua disponibilidade e dos hábitos alimentares da população. (PAGOTTO & KLEN, 1984).

GRAZIANO DA SILVA & QUEDA (1977) demonstraram que alterações positivas na renda afetam qualitativa e quantitativamente a pauta de consumo alimentar da população: "o aumento da renda traduz-se num maior consumo de alimentos protéicos de origem animal e produtos hortifrutícolas, em detrimento do consumo de alimentos energéticos".

MUSUMECI (1987) coloca parâmetros de relatividade nas explicações apontadas para o baixo consumo de hortigranjeiros pela população de baixa renda baseadas no argumento da "ignorância" ou "hábitos culturais", afirmando que certos tipos de legumes e hortaliças entram em refeições 'sofisticadas', por motivos de ordem cultural, a exemplo da alcachofra e brócolos; existem outros produtos porém, que "quando preteridos pelas famílias mais pobres, o são principalmente em virtude das restrições de renda, e não porque ignorem o seu valor nutritivo ou porque desprezem culturalmente o seu consumo. Couve, alface, repolho, tomate, abóbora, chuchu, cenoura, cebola, jiló, pimentão, quiabo, batata, aipim, alho, banana e laranja - por exemplo - são gêneros certamente aceitos no cardápio popular, alguns deles estando presentes, ainda que em proporções reduzidas, no orçamento das famílias de renda mais baixa". (MUSUMECI,

1987).

Em que pese o baixo consumo de hortigranjeiros pela população de baixa renda, os dados do IEA/SAA, através do acompanhamento da Cesta de Mercado na cidade de São Paulo, vêm demonstrar que estes produtos têm participação significativa no total das despesas familiares dos paulistanos com alimentação. Por exemplo, as despesas com frutas e hortaliças representaram, no total das despesas com alimentação, respectivamente, 10,6% e 9,3% em 1987; 11,4% e 10,8% em 1988; e 9,7% e 13,6% em 1989 (INFORMAÇÕES ECONOMICAS, vários números).

3.4. Evolução do Processo de Comercialização Agrícola no Brasil

CASTRO (1972) aponta que o processo de comercialização agrícola no Brasil passou por três etapas relativamente distintas, as quais estiveram intrinsecamente ligadas ao processo de urbanização/industrialização do país.

A primeira etapa, circunscrita ao início da industrialização/urbanização do país, caracteriza-se como o período de crescimento do mercado interno; a infra-estrutura de transporte restringia-se ao sistema ferroviário criado para a exportação do café; e os canais de escoamento da produção no mercado interno eram controlados por "rodas de compradores", localizadas junto ao centros comerciais de maior porte no interior. Tais "compradores" constituíam grupos oligopsônicos, controlando o escoamento das safras e obtendo elevadas taxas de lucro via redução dos preços pagos aos agricultores e elevação do preço final dos produtos. (CASTRO, 1972).

Na segunda etapa, marcada pelo intenso processo de urbanização/industrialização do país a partir do pós-II Guerra, que engendrou sérios desequilíbrios entre as dimensões do mercado urbano de produtos agrícolas e a deficiente estrutura de comercialização, tornando necessário expandir e transformar fisicamente toda essa infra-estrutura, especialmente pela substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário. Com a implantação do sistema rodoviário,

surge a figura do caminhoneiro que se encarregava do transporte da produção das regiões de cultivo para os centros consumidores; amplia-se a fronteira agrícola para regiões mais distantes (oeste do Paraná, sul do Mato Grosso e Goiás, etc.) onde até então predominavam culturas de subsistência, que são substituídas por culturas comerciais; e, junto aos principais centros urbanos, inicia-se a constituição de um mercado atacadista de dimensões significativas, responsável pela distribuição dos produtos no sistema varejista. (CASTRO, 1972)

A terceira etapa é marcada pelo contínuo crescimento urbano e pela transformação e fortalecimento do sistema varejista. O varejo dos grandes centros urbanos anteriormente constituído por pequenas unidades tipo armazéns, quitandas e feiras, foi parcial e gradativamente sendo substituído pelas cadeias de supermercados que, por deterem grande poder econômico e financeiro, puderam estabelecer contato direto com as fontes produtoras e penetrar rapidamente junto aos consumidores, principalmente da classe média e, conseqüentemente, romper o forte controle exercido pelos atacadistas. (CASTRO, 1972)

Em síntese, à medida que se desencadeava o processo de urbanização/industrialização do país o sistema de comercialização e de abastecimento foi sendo estruturado, tanto no que se refere à sua adequação física como qualitativa. A adequação física da capacidade de escoamento necessária para atender ao crescente fluxo de produtos

demandados pelos centros urbanos em desenvolvimento esteve fundamentada no binômio transporte-armazenamento. Esta aquedação física é de fundamental importância no sentido de propiciar melhores condições de homogeneização dos custos de comercialização, o que deveria refletir numa menor flutuação de preços tanto para produtores como para consumidores. Quanto à adequação qualitativa, há que se levar em conta que o crescimento do volume de produtos comercializados traz também variações quanto ao tipo e grau de elaboração/processamento dos produtos, ou seja, a caracterização, nos centros urbanos, de diversos níveis de renda e de consumo, constitui uma pressão econômica para a diferenciação e diversificação dos canais de comercialização, o que acarreta o aumento do número de intermediários, a introdução e/ou o aperfeiçoamento de técnicas de embalagem e conservação, bem como uma maior seleção e padronização dos produtos. (CASTRO, 1972).

Por fim, destaca-se que o modelo de urbanização do país, conhecido como "Modelo de Expansão Periférica", bastante comum aos países onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente, apresenta como característica fundamental a intensa migração para os grandes pólos industriais e comerciais demandantes de mão-de-obra. Geralmente essa parcela da população de renda mais baixa, acaba por aglomerar-se desordenadamente nas áreas periféricas destes centros desenvolvidos, padecendo de serviços urbanos básicos como transporte, saúde e abastecimento. (SÃO PAULO.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982; SERRALHEIRO, 1984).

Paralelamente à formação dos centros urbanos/industriais e em parte justamente por essa razão, observou-se a crescente capitalização do campo, mais intensa nas décadas de 60 e 70. Não obstante a modernização da agricultura tenha incorporado novas áreas de plantio, ampliado a fronteira agrícola, aumentado a produtividade física e do trabalho e a oferta de produtos agrícolas, ela promoveu o aumento do desemprego, principalmente o desemprego estacional e intensificou o êxodo rural, o que contribuiu para o agravamento dos problemas urbanos. (KAGEYAMA & GRAZIANO DA SILVA, 1983).

Uma das mais importantes conseqüências do processo de urbanização/industrialização das cidades brasileiras para a produção hortifrutícola, tem sido o afastamento dos tradicionais "cinturões verdes". Segundo UENO (1989), em 1952 observaram-se os primeiros indícios de afastamento do "cinturão verde" produtor e abastecedor de hortaliças da cidade de São Paulo, levando o Governo Lucas Nogueira Garcez a propor uma série de medidas destinadas a aumentar a produção e a melhorar as condições do abastecimento de hortaliças na capital paulistana. Essas medidas, entre outros aspectos, propunham a concessão de financiamento para aquisição de lotes rurais; assistência técnica; prestação de serviços de mecanização agrícola e venda de insumos e produtos agropecuários a preços mais acessíveis, através da

Secretaria da Agricultura.

No entanto, como mostra a autora, essas medidas propostas em 1952 não foram suficientes para a manutenção do "cinturão verde" paulistano, pois no período de 1973 a 1980 o afastamento do cinturão hortense foi uma realidade determinada pelo aumento do preço da terra provocado pela expansão industrial e pelo processo de urbanização; no período de 1979 a 1984 observou-se que a região mais próxima da capital - circunscrita num raio de 30 km de distância - apresentou taxa negativa de crescimento no fornecimento de hortaliças ao Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP); a região mais distante - num raio de mais de 120 km de distância - apresentou taxa positiva de fornecimento; e os anéis intermediários - de 30 a 50 km e de 80 a 120 m de distância da capital - não registram tendência de variação no suprimento de hortaliças. (UENO, 1989)

Por outro lado, a autora pondera que "a implantação de entrepostos atacadistas de produtos hortícolas (Central de Abastecimento e Serviços Auxiliares - CEASA), em diversos municípios do interior do Estado de São Paulo, de 1979 a 1985, com a finalidade de descentralizar o comércio ao nível de atacado para redução dos custos de transporte e conseqüente baixa de preços dos produtos e de incentivar a produção regional de hortaliças, pode ter contribuído na alteração da localização do cinturão verde de São Paulo". (UENO, 1989)

Ilustrativamente, TOLEDO (1990) apresenta que

atualmente a preservação dos "cinturões verdes" ao redor dos grandes centros urbanos tem sido bastante difícil: "frágeis e perecíveis, as hortaliças travam uma batalha heróica e desigual para continuarem germinando junto aos grandes centros consumidores, nas cercanias dos arranha-céus. Sua resistência, porém, e o entrelaçamento de canteiros com horizontes de concreto infelizmente ainda não definiram um novo e desejável padrão de convivência pacífica da cidade com o campo. poluição, especulação imobiliária, carência de mão-de-obra e insegurança são alguns dos obstáculos existentes no caminho desse acordo de paz. Os horticultores dos municípios de Moji das Cruzes, Embú, Suzano, Biritiba Mirim, entre outros da Grande São Paulo, estão no olho do furacão desse conflito. E desse cinturão, já não tão verde, que saem as hortaliças da salada dos paulistanos. Saem também daí, cada vez mais, horticultores que simplesmente desistem de enfrentar a pressão urbana".

Este conflito não afeta apenas as megacidades como São Paulo, mas também centros urbanos de médio e grande portes, que nem por isso deixaram de passar por um processo intenso de expansão nas últimas décadas⁽⁷⁾. A região de Campinas é um exemplo claro deste processo: "talvez nenhuma outra região reflita esse impasse de forma tão didática

⁽⁷⁾ Segundo TOLEDO (1990), os dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que, de 1970 a 1980, a população brasileira vem crescendo a uma taxa média de 2% a.a; as cidades de 100 mil a 500 mil habitantes têm registrado um crescimento superior a 5,5% a.a., os pólos com mais de 500 mil habitantes alcançaram índices de mais de 4% de crescimento médio ao ano.

quanto a de Campinas (...) reduto do café no começo do século, ainda um pólo agrícola importante, Campinas exhibe hoje um entrelaçamento entre o urbano e o rural como raros municípios brasileiros. Percorrendo-se poucos quilômetros, ali se pode transitar do Brasil da indústria pesada para o país da economia rural". Nessa região, além da expansão urbana, a penetração da cultura da cana-de-açúcar ocorreu intensamente, ocupando grandes propriedades que rodeiam a malha urbana de Campinas e trazendo prejuízos à diversificação de lavouras que existiam no passado: "às áreas menores que não puderam adaptar-se a esse processo incentivado pela instalação de grandes usinas de açúcar e álcool na região - restaram duas saídas: a venda para loteamentos e chácaras de lazer ou uma rigorosa especialização, com manejo intensivo de atividades que ofereçam retorno unitário. A fruticultura, assim, ganha precedência sobre o plantio de hortaliças". (TOLEDO, 1990).

As conseqüências do fenômeno de afastamento do "cinturão verde" da região são observadas na Central de Abastecimento (CEASA) de Campinas: "grande parte do abastecimento da cidade provém das regiões cada vez mais distantes- Moji das Cruzes, São José do Rio Pardo, sul de Minas e até Goiás" (TOLEDO, 1990), pois os produtores de hortigranjeiros cada vez mais vêm-se obrigados a se deslocarem para regiões mais distantes onde a especulação imobiliária e a Poluição das águas ocorram em menor grau.

3.5. O Mercado Atacadista de Hortigranjeiros: as Centrais de Abastecimento (CEASAs)

LINHARES & SILVA (1979) demonstraram que a história recente do abastecimento alimentar no Brasil foi marcada por sucessivas intervenções do Estado no setor, através da criação de inúmeros órgãos, instituições e instrumentos, cuja atuação foi marcada pela descontinuidade, ao longo do tempo, pelo caráter episódico e de eficácia momentânea, dado que eram criados em momentos de crise.

Registra-se que no Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956/60), pela primeira vez, são feitas proposições mais explícitas que visavam dinamizar ao máximo as disponibilidades de armazenagem e frigorificação, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, através da priorização em todo o país do transporte de gêneros alimentícios, do reaparelhamento de ferrovias e da construção de centrais de abastecimento destinadas a substituir os tradicionais mercados atacadistas de hortigranjeiros das grandes cidades. A construção das centrais de abastecimentos tornou-se imperiosa para a época, na medida em que os mercados de produtos agrícolas até então existentes localizavam-se em áreas centrais das grandes cidades e causavam sérios transtornos ao trânsito, traziam problemas para carga e descarga dos produtos, dificuldades de limpeza dos locais e apresentavam limitações para sua expansão física. As primeiras Centrais de Abastecimento

instaladas e administradas pelos governos estaduais e pelo governo federal, através da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), localizaram-se na região do Centro-Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais (SÃO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982).

Em 1959, durante o Governo Carvalho Pinto (1958-1962), decide-se pela construção de um entreposto de comercialização atacadista na cidade de São Paulo, destinado à transferência da comercialização de produtos hortigranjeiros e pescados, até então realizada no antigo Mercado Municipal (criado em 1933 e localizado na zona central da cidade), que havia se tornado inadequado mesmo com sucessivas ocupações de áreas em suas adjacências. As obras de construção do ETSP iniciaram-se em 1961-62 e as primeiras operações comerciais ocorreram somente em 1966. A área prevista de construção era de 654.996 m² com infra-estrutura de serviços moderna, que pudesse promover o abastecimento de 11 milhões de pessoas que era a população prevista para a cidade de São Paulo no ano 2.000. (SÃO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982).

Em nível nacional o movimento de implantação de centrais de abastecimento nas capitais e nos grandes centros urbanos ganha vulto a partir de 1968, com a definição do Programa de Modernização do Abastecimento no âmbito do Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)⁽⁸⁾; com a

⁽⁸⁾ BRASIL. MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Programa Estratégico de Desenvolvimento-1968/1970. Áreas Estratégicas I e II - Agricultura e Abastecimento. p.399-455.

criação do Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (GEMAB); e com a institucionalização do projeto propriamente dito através do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) em 1972 pelo Decreto nº 70.502. (PESSOA, 1985).

Segundo PESSOA (1985), "a espinha dorsal do projeto consolidado no Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC, são as CEASAs - unidades estaduais voltadas para a modernização dos mercados atacadistas. E por elas que se inicia a implantação dos equipamentos e a estruturação do sistema. A partir das CEASAs se derivam, posteriormente, duas ramificações, uma a montante e outra a jusante, no sentido do fluxo de comercialização do produtor ao consumidor. A ramificação a montante é constituída pelos mercados do produtor. A ramificação a jusante é constituída pelo conjunto dos equipamentos varejistas - os hortomercados, os varejões, as feiras, os módulos de abastecimento e os sacolões".

No período de 1972/79 são construídas em todo o país trinta e uma CEASAs e, em 1982/83, mais três unidades são incorporadas ao sistema SINAC^(a). Segundo DOMINGUES *et alii* (1984), "quanto à movimentação anual, há que se destacar que somente seis CEASAs apresentaram um razoável volume de

(a) Segundo DOMINGUES *et alii* (1984), cronologicamente foram implantadas as seguintes CEASAs da Rede SINAC: em 1972 - Maranguape (CE), Recife (PE), Brasília (DF), São Gonçalo (RJ); em 1973 - Aracajú (SE), Salvador (BA), Porto Alegre (RS); em 1974 - João Pessoa (PB), Rio de Janeiro (RJ), Contagem (MG); em 1975 - Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO), Campinas (SP), Maringá (PA), Maceió (AL); em 1976 - Curitiba (PR), Campina Grande (PB), Campo Grande (MS), Natal (RN), Terezina (PI); em 1977 - Cariacica (ES), Mossoró (RN), São Luiz (MA), Uberlândia (MG); em 1978 - Fóz do Iguaçu (PR), São José (SC); em 1979 - Juiz de Fora (MG), Cascavel (PR), Macaé (RJ), Campos (RJ); em 1982 - Londrina (PR); em 1983 - Caxias do Sul (RS) e Montes Claros (MG).

comercialização em 1983, a saber: Rio de Janeiro/RJ - 1.445 mil toneladas, Contagem/MG - 841 mil/t, Recife/PE - 330 mil/t, Porto Alegre/RS - 328 mil/t, Curitiba/PR - 287 mil/t e Campinas/SP - 271 mil/t". Observa-se que dessas seis CEASAs somente a de Campinas não está localizada em uma capital de estado. A título de comparação, no mesmo ano de 1983, só o Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) movimentou aproximadamente 2447 mil toneladas de produtos, atestando que este mercado se constitui no maior entreposto atacadista de hortigranjeiros do Brasil.

No Estado de São Paulo, em 1976, inicia-se um programa de interiorização de novos mercados atacadistas de hortigranjeiros, através da implantação de CEASAs nas principais cidades do interior. O crescente volume de negócios verificados no ETSP fez com que a CEAGESP (Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo) adotasse medidas de descentralização de suas atividades, interiorizando parte das operações do mercado atacadista paulistano. Visava-se com isso aliviar o progressivo congestionamento do ETSP; reduzir os "passeios de mercadorias" (movimentação de produto à capital e posterior retorno às próprias regiões de origem que elevam os preços e aumentam as perdas), além de possibilitar ao ETSP atuar mais na grande São Paulo e com outros estados. (SÃO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982).

Assim, em 1979 é inaugurada a CEASA de São José do Rio Preto; em 1980 são implantadas as CEASAs de Bauru e

Sorocaba; em 1981 as de Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Araraquara e Marília; em 1982, Guaratinguetá e São José dos Campos, em 1983, Franca e por último, a de Piracicaba que entrou em operação em 1985.

Atualmente o Estado de São Paulo dispõe do Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) e mais doze CEASAs localizadas no interior, compondo a Rede-CEAGESP; além da CEASA-Campinas e a CRAISA de Santo André que integram o Sistema SINAC.

A CEAGESP é uma empresa de capital misto, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que tem no governo do Estado de São Paulo seu maior acionista. Ela é resultado da fusão, em 1969, de duas empresas anteriores, a CAGESP - Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo- e o CEASA - Centro Estadual de Abastecimento S.A.

A implantação das Centrais de Abastecimento, tanto do Sistema SINAC quanto da Rede CEAGESP, visava a modernização do comércio atacadista de hortigranjeiros, através da concretização dos seguintes objetivos básicos:

- reduzir os custos diretos da comercialização ao nível do atacado, ou seja, custos decorrentes de perdas, de despesas de mão-de-obra e de fretes adicionais;
- reduzir os custos indiretos das organizações que operam no mercado atacadista, ou seja, propiciar condições para que ocorram economias de escala;
- propiciar a concentração da oferta e conseqüentemente melhores condições para a comercialização;

- promover a maior especialização dos comerciantes e a eliminação da intermediação desnecessária;
- oferecer os meios necessários para melhoria nas condições higiênico-sanitárias de manuseio e embalagem, de classificação e padronização dos produtos;
- propiciar condições para a dinamização, ampliação e difusão de informações de mercado;
- oferecer alternativas à melhoria dos hábitos alimentares da população através do aumento de opções para aquisição de produtos;
- propiciar a elevação do nível de renda dos empresários agrícolas pelo aperfeiçoamento do mecanismo de formação de preços e diminuição das perdas físicas, por deficiência dos canais de escoamento da produção;
- e, por fim, prestar subsídios às autoridades governamentais para definição de políticas de abastecimento. (SÃO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/FAO, 1982; DOMINGUES *et alii*, 1984; PESSOA, 1985).

Em síntese, o projeto de construção das Centrais de Abastecimento, trazia como diagnóstico básico a existência de um sistema de comercialização e distribuição de hortigranjeiros, com uma série de problemas e distorções e pretendia-se, com a criação das CEASAs, modernizar e aumentar a eficiência desse sistema, aliado à economia de escala, de forma a contribuir para a diminuição do preço final do produto e à elevação da renda do produtor agrícola.

Para tanto, coube ao setor público investir na

construção das instalações necessárias à implantação deste novo mercado atacadista para produtos hortigranjeiros e pescado, bem como administrar o seu funcionamento através da locação de espaços a terceiros (permissionários).

Os permissionários que atuam nas CEASAs podem ser classificados em quatro grandes grupos: cooperativas, firmas produtoras, firmas individuais e/ou limitadas e produtores agrícolas.

Em geral a participação das cooperativas é pequena, quando se considera o número total de permissionários das Centrais podendo, no entanto, ser representativa a contribuição em termos de quantidade comercializada. Por exemplo, segundo DOMINGUES *et alii* (1984), existem apenas onze cooperativas atuantes no ETSP, só que respondem por aproximadamente 12% do total transacionado.

As firmas produtoras têm participação significativa nas CEASAs, em especial nos setores de frutas e verduras. É bastante difícil a exata quantificação do número de firmas produtoras atuantes no mercado pois, muitas vezes, ocorre que algumas firmas no início de suas atividades comercializavam tão somente a própria produção passando, no decorrer do tempo, a receber mercadorias de outros produtores. Segundo DOMINGUES *et alii* (1984), este fato é muito comum no mercado, pois a firma que apenas comercializa a própria produção tem dificuldades de colocação regular do produto. O contrário também ocorre, firmas que inicialmente só comercializavam a produção de terceiros passam a atividades de produção.

Por sua vez, as firmas comerciais têm grande participação no mercado. No ETSP por exemplo, elas respondem por aproximadamente 50% do volume total transacionado. (DOMINGUES *et alii*, 1984). Este desempenho é explicado fundamentalmente pela capacidade de adquirir os produtos de diferentes regiões, garantindo um fornecimento constante e relativamente regular ao longo do ano; de financiar os varejistas e os atacadistas de outras praças através da concessão de prazos de pagamento, tornando-os "fregueses" cativos e, até mesmo, financiar as lavouras de seus fornecedores.

A participação direta de produtores nas CEASAs é geralmente restrita, exceto no setores de flores e frutas estacionais. No caso do ETSP, esses permissionários respondem por 5% a 10% do total comercializado. (DOMINGUES *et alii*, 1984). A baixa presença dos produtores no mercado é atribuída às dificuldades de produzir e comercializar ao mesmo tempo, o que leva alguns produtores a abandonarem ou restringirem suas atividades produtivas e tornarem-se firmas comerciais.

Esta composição geral dos permissionários atuantes nas CEASAs assume contornos diferentes em se tratando dos mercados do interior onde, pela proximidade da região de produção, pelo menor número de dias de comercialização e pela menor concorrência, amplia-se a possibilidade de participação de produtores.

Quanto às instalações físicas das Centrais de Abastecimento, via de regra, tem-se:

- a) Mercado Livre: destinado essencialmente à comercialização diária de verduras, frutas estacionais e flores, abrigando atacadistas não-permanentes e comerciantes permanentes em casos esporádicos. Os produtos não são estocados de um dia para o outro e são expostos à venda em embalagens de atacado, sobre piso demarcado, sem divisões internas, nas chamadas "pedras". A ocupação do Mercado Livre pelos permissionários não apresenta caráter permanente, como forma de assegurar a eventual participação de produtores ou seus representantes.
- b) Armazéns de Legumes: são instalações divididas em módulos (boxes individuais), dimensionadas dependendo do tamanho de cada mercado. Esses armazéns prevêm uma utilização flexível de modo a possibilitar a união de dois ou mais módulos para o caso de atacadistas de maior porte ou cooperativas. Normalmente os armazéns de legumes estão interligados ao comércio de verduras.
- c) Armazéns de Frutas: são instalações bastante semelhantes aos armazéns de legumes, sendo que possibilitam a estocagem de frutas em câmaras frigoríficas instaladas pelos usuários.
- d) Armazéns de Produtos Diversos: são armazéns semelhantes aos anteriores, destinados à comercialização de produtos como a batata, alho, ovos, etc.
- e) Armazéns Gerais: instalações destinadas à estocagem do montante de produtos que excedam as capacidades dos armazéns dos permissionários, principalmente nos períodos de maior oferta.
- f) Mercado sobre Caminhões: área destinada à comercialização

direta de frutas como banana, melancia e abacaxi, sobre caminhões.

Algumas CEASAs contam ainda com Entrepasto de Pesca, com instalações apropriadas à frigorificação e armazenamento do produto, aos serviços de lavagem e limpeza, laboratórios de fiscalização sanitária, etc. No Entrepasto Terminal de São Paulo há também o Mercado de Frutas Estacionais, destinado à comercialização de frutas de época e os Armazéns de Movimentação, que possibilitam o comércio no semi-atacado e varejo.

Análises a respeito do êxito do projeto de implantação de Centrais de Abastecimento no Brasil têm sido feitas por alguns autores, como por exemplo Frigério⁽¹⁰⁾, citado por TOLLINI (1986). O autor constata que este projeto trazia intrínseco uma visão parcial do problema do abastecimento alimentar, na medida em que a tônica dessa conduta de modernização do sistema de comercialização estava baseada num diagnóstico restrito à estrutura arcaica e inadequada da comercialização tradicional.

Em 1977, um artigo da revista AGROANALYSIS apontava que as Centrais de Abastecimento, propiciaram dividendos positivos como entrepostos intermediários na comercialização dos hortifrutigranjeiros, contudo, a neutralidade de seu papel de mero locador de espaço para operações de compra e venda, não evitou que se criassem distorções tanto na primeira como na última fase da comercialização dos produtos.

⁽¹⁰⁾ FRIGERIO (1983a) *op. cit.*

Numa metáfora, as CEASAs corresponderiam a um coração transplantado a um corpo cujos sistemas arterial (fluxo do produtor à central) e venoso (fluxo da central ao consumidor) permaneceram esclerosados". (HORTIFRUTIGRANJEIROS: da anomia ao controle, um longo caminho a percorrer, 1977).

De acordo com WEISS & RAMPONI (1981), a implantação de centrais de abastecimento no Brasil trouxe "efeitos diretos, positivos e negativos, sobre a economia do setor, resultantes da maior concentração de comerciantes, do maior espaço disponível ao comércio e às manobras de veículos, da maior distância do centro urbano (negativo) e das melhores condições de higiene". Os indiretos advêm das reduções nos preços, das mudanças tecnológicas, da integração de mercado e do menor congestionamento de trânsito nas áreas centrais das cidades.

DOMINGUES *et alii* (1984) afirmam que: "hoje se observa que esse movimento de implantação de centrais teve o ônus dos altos investimentos assumidos pelo Estado e por excelência, um desempenho modernizador no setor. As vantagens conseguidas foram observadas quase que exclusivamente por atacadistas, grandes cooperativas e firmas agro-comerciais que aumentaram suas escalas de atuação, contribuindo, até mesmo, para maior oligopolização do mercado".

Mais que isto, de acordo com ALMEIDA (1984), determinados mercados atacadistas como é o caso do ETSP, operando com grande escala e com fortes agentes de comercialização, acabam por exercer grande influência nos

outros mercados mais distantes. Ou seja, o grande peso de São Paulo na produção agropecuária do país e no consumo total de gêneros alimentícios fez do mercado atacadista estadual o principal mercado formador de preços do país. "Na verdade, ao comprar de diferentes regiões produtoras (no Centro-Sul e no Nordeste) e ao vender para quaisquer pontos do país, em que uma dificuldade de abastecimento se manifesta, os atacadistas de São Paulo afetam os preços em mercados longínquos". (ALMEIDA, 1984)

GRAZIANO DA SILVA (1986), referindo-se aos hortigranjeiros, ao arroz e ao feijão, constata que "o comportamento cada vez mais 'imperfeito' dos mercados de produtos agrícolas decorre também da forte concentração do processo de intermediação ocorrida a partir dos anos 60 e que esteve relacionado à unificação dos mercados de trabalho e ao processo de formação dos mercados nacionais para cada produto agrícola em particular, rompendo os esquemas regionais de comercialização". Aliado a isto, as margens de comercialização cresceram, em parte devido à crescente 'imperfeição' dos mercados e ao fortalecimento dos intermediários; mas também porque ampliaram-se os serviços prestados pelos agentes de comercialização, através dos aumentos das distâncias percorridas no transporte dos produtos e na diversificação e melhor adequação das embalagens.

Com relação à questão das embalagens, DOMINGUES *et alii* (1984) apontam que apesar de amparadas em legislação

federal (lei nº 6305, Decretos e Portarias), a padronização e classificação de produtos hortigranjeiros praticamente inexiste nas CEASAs de São Paulo. A ocorrência de grande diversificação nas embalagens, a pouca coerência na classificação dos produtos e a inexistência de fiscalização, tornam o mercado pouco transparente, dando condições à existência de fraudes que prejudicam, sobretudo, o consumidor e o produtor. Estes problemas de padronização e classificação dos hortigranjeiros geram cotações pouco fiéis à realidade e criam dificuldades nas transações comerciais à distância, o que induz a centralização do mercado e a necessidade da presença física do produto e, conseqüentemente, aumento das perdas e decréscimo na eficiência operacional das CEASAs, sobretudo no interior.

3.6. O Mercado Varejista de Hortigranjeiros

O sistema de distribuição varejista de hortigranjeiros, principalmente nas grandes cidades, é normalmente bastante diversificado, comportando vários tipos de equipamentos (móveis e fixos) e dimensionados de acordo com as características sócio-econômicas dos locais onde se instalam. É constituído basicamente por dois segmentos: os equipamentos modernos de venda (os supermercados) - servindo a um segmento limitado da população, normalmente de renda mais elevada, e os equipamentos tradicionais de menor porte, numerosos, que operam em menor escala, geralmente com mão-de-obra familiar e são menos capitalizados (empórios, quitandas, ambulantes, feiras livres, etc.) que predominam nas áreas de população de menor renda. (SERRALHEIRO, 1984).

Quanto à forma de ação dos segmentos modernos - supermercados - é interessante observar que, por desenvolverem estruturas próprias de compra e venda, adquirindo grandes quantidades de produtos diretamente nas regiões de produção ou nas Centrais de Abastecimento; por operarem em grande escala, em cadeias, possibilitando a redução dos custos de compra e manuseio dos produtos; por venderem à vista e efetivarem suas compras, geralmente, num prazo de 30 dias e por fim, por adotarem um tipo de estratégia empresarial onde os hortícolas são colocados como "atrativos" de compra, os supermercados têm capacidade de vender mais barato, o que se constitui num verdadeiro

paradoxo, pois estes equipamentos são preferencialmente instalados em regiões onde a renda da população é mais elevada. Assim, a população de renda média/alta tem à sua disposição equipamentos varejistas modernos (supermercados) que oferecem produtos a preços menores, enquanto as famílias de baixa renda utilizam-se de equipamentos tradicionais que via de regra praticam preços maiores. (MALUF, 1982; SERRALHEIRO, 1984; DICLER, 1987; UENO & TSUNECHIRO, 1989).

Apesar do crescimento relativo da participação dos supermercados no comércio varejista de hortigranjeiros, principalmente a partir da década de setenta, as feiras-livres ainda representam um papel de destaque, dado a sua mobilidade de localização e a periodicidade de funcionamento.

Em 1967, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Economia Agrícola, citada por UENO *et alii* (1981): "85% da população da cidade de São Paulo se abastece de legumes e verduras, nas feiras-livres, 7% em quitandas e 1% nos supermercados. Com relação à batata, a participação das feiras-livres é de 44%, a dos supermercados é de 4% e a dos empórios chega a 27%".

Já em 1971/72, um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) citado por UENO *et alii* (1981), mostrou que na cidade de São Paulo, 77% das hortaliças eram comercializadas nas feiras-livres, 10% nos supermercados e 6% nas quitandas. Para a batata, a participação das feiras-livres correspondeu à 44%, dos supermercados à 27%, das mercearias à 17% e das quitandas à

2% no volume total de vendas.

UENO *et alii* (1981) afirmam que os principais equipamentos de comercialização varejista de hortigranjeiros na cidade de São Paulo em 1981 eram, pela ordem, as feiras-livres, os supermercados e as quitandas.

SERRALHEIRO (1984) constata que as feiras-livres são responsáveis pela comercialização de 80% dos hortigranjeiros e 50% do pescado na região metropolitana de São Paulo, a despeito de serem consideradas por muitos como anti-higiênicas e causarem transtornos ao trânsito, entre outras alegações.

DESGUALDO NETO *et alii* (1987) observaram que no Estado de São Paulo, principalmente das cidades do interior, os tradicionais mercados municipais varejistas foram construídos na década de 50 e 60, quando se verificaram as maiores taxas de urbanização do estado. Segundo os autores, este foi o meio encontrado pelas autoridades municipais para enfrentar o crescente desafio do abastecimento destas cidades em crescimento; no entanto, a medida formas mais modernas de comercialização varejista - a exemplo dos auto-serviços -, se estenderam para o interior, modernizando o abastecimento, os mercados municipais viram restringida sua área de atuação no comércio de alimentos e ampliaram a venda de outras mercadorias.

3.7. Formação de Preços no Mercado Atacadista e Varejista de Hortigranjeiros

Segundo OLIVEIRA (1990), é secular a tese na literatura econômica brasileira de que o mercado atacadista de produtos agrícolas detém uma grande capacidade de manipular a oferta e os preços das mercadorias, tornando-se uma fonte inflacionária autônoma. De fato, como argumenta o autor, durante décadas o padrão de acumulação esteve centralizado no capital comercial, criando condições para que o atacado pudesse desenvolver uma dinâmica de crescimento às custas de uma dominação a montante (pequenos produtores, principalmente) e a jusante (pequenos varejistas).

Ocorre, no entanto, que "a partir da década de 60, a aceleração e a reorientação setorial do desenvolvimento do sistema capitalista no país afetou, de maneira decisiva, a ação do capital comercial e suas relações com os capitais industrial, bancário e financeiro." (OLIVEIRA, 1990). No caso específico da ação do capital comercial no atacado de produtos agrícolas, o autor destaca três elementos desta mudança:

a) Industrialização da atividade produtiva agrícola: a crescente integração da agricultura à indústria, alterando a racionalidade da atividade produtiva agrícola pelo crescente emprego de insumos industriais, cada vez mais indispensáveis, estabeleceu limites ao poder do atacadista definir preços, pois para a continuidade do processo produtivo na

agricultura, era preciso que ali também se verificasse uma taxa de lucro de forma a permitir aos agricultores manter a capacidade de pagamento dos insumos industriais;

b) Industrialização da produção agrícola: com o desenvolvimento das agroindústrias processadoras, os produtos agrícolas não mais se destinam exclusivamente ao consumo final e passam à condição de matérias-primas industriais. Neste sentido, o atacado, num plano, submete-se à indústria como seu agente de compras junto à agricultura e, num outro plano, transforma-se em agente de vendas desta indústria junto ao varejo;

c) Reordenamento estrutural do varejo pelos supermercados: a entrada de grandes capitais no segmento varejista, sob a forma dos supermercados, colocou em conflito as tradicionais relações de dominação do atacado junto ao varejo, por possibilitar ao último melhores condições de negociação junto ao primeiro, quando não a dispensa daquele ao estabelecer relações diretas com a produção.

No entanto, em que pesem essas transformações, é certo que um considerável número de produtos agrícolas transitam fora do circuito da industrialização. Assim, segundo OLIVEIRA (1990), há a necessidade de delimitar duas áreas no atacado: uma onde os produtos agrícolas são matérias-primas da agroindústria de transformação e outra, onde o atacado representa o elo de ligação entre a produção e varejo.

No primeiro caso, o entendimento da formação dos

preços passa pela análise da "estrutura de mercado" no que tange ao grau de concentração deste mercado, à substitubilidade dos produtos e à sua evolução frente às considerações de concorrência, dando destaque às barreiras à entrada e à criação de capacidade ociosa. (Possas, 1985(11), citado por OLIVEIRA, 1990).

No segundo caso, destaca-se como variável mais significativa de influência na formação de preços a constituição e o tamanho dos estoques. Nos mercados de preços flexíveis, como é o caso dos produtos alimentares, as variações de preços são muito sensíveis à manipulação de estoques. Ou seja, é de esperar que se os preços estejam sendo definidos em presença de estoques muito pequenos, ocorra uma forte instabilidade nos movimentos destes preços. Neste contexto, qualquer aumento de demanda provocará de imediato alta nos preços. (OLIVEIRA, 1990).

E com este enfoque analítico que GRAZIANO DA SILVA (1986) discute a formação de preços dos produtos agrícolas: "ao preço de produção agrega-se um "mark up" fixo no processo de comercialização e uma parcela variável cuja magnitude depende, de um lado, basicamente dos estoques já existentes; de outro, da capacidade de pagamento dos compradores". Ou seja, o comportamento da oferta (abundância ou escassez) e da demanda (crescente ou retraída), faz variar os preços a partir de um dado patamar mínimo que é determinado pelos

(11) POSSAS, M.L. Estruturas de mercado em oligopólio. São Paulo, Hucitec, 1985, 202 p. (Série Obras Didáticas)

custos de produção e comercialização, os quais se tornam cada vez mais rígidos com a integração agricultura/indústria.

A ação dos atacadistas frente às situações de retração ou expansão da demanda se dá de forma distinta, o que acaba por influenciar diretamente o comportamento da produção. Ou seja, nos momentos de retração da demanda, os intermediários atacadistas tendem a manter o seu "mark up", repassando para os produtores as quedas nos preços resultantes da oferta excedente. "Esse mecanismo de repassar para trás, que quase nunca encontra resistência pela desorganização dos produtores agrícolas (com honrosas exceções), acaba por agravar a queda da oferta dos produtos agrícolas no ciclo subsequente, reforçando o diagnóstico de insuficiência de oferta". (GRAZIANO DA SILVA, 1986). Por outro lado, nos momentos de expansão da demanda, "os intermediários monopsônicos ou oligopsônicos conseguem se apropriar de parte do crescimento dos preços, reduzindo assim o estímulo aos produtores. Embora na expansão esse mecanismo ajude a evitar um excedente maior da oferta no período subsequente, os comerciantes acabam 'antecipando' os preços futuros, com conseqüências inflacionárias". (GRAZIANO DA SILVA, 1986).

Especificamente para os hortigranjeiros, a formação de preços ocorre num ambiente de: a) praticamente inexistência de estoques, seja pela alta perecibilidade da maioria dos hortícolas, seja pelos elevados custos de conservação (no caso dos produtos que permitem o

armazenamento mesmo que por pequenos períodos de tempo),; b) e, de demanda flexível, visto que alterações positivas na renda traduzem-se em maior consumo de alimentos principalmente os de origem animal e os hortigranjeiros. (GRAZIANO DA SILVA & QUEDA, 1977).

Isto não quer dizer que a formação de preços dos hortigranjeiros decorra simplesmente de uma relação direta entre oferta e demanda. De fato, a marcante sazonalidade da produção hortícola num reduzido período de tempo influencia sobremaneira a definição dos preços. No entanto, o mercado visto pelo seu grau de concentração, tipo de produto transacionado, expectativas dos agentes, entre outros aspectos, cria condições específicas que irão refletir na definição dos preços.

Neste sentido, tanto o atacado como o varejo não podem ser estudados como se fossem algo homogêneo e destacável da produção. É preciso individualizar essas estruturas de mercado segundo as características de cada produto ou grupo de produtos, sempre de forma a integrar as esferas da produção e circulação.

AGUNE (1982); PEROSA (1985) E MALUF (1988) observaram que de um modo geral os atacadistas e os varejistas adotam uma certa política de preços e margens frente às pronunciadas variações estacionais de preços dos hortigranjeiros. Com isso, os agentes do atacado buscam basicamente obter uma massa de lucro mínima num dado período, não tendo necessariamente como referência auferir uma taxa de

lucro sobre dado montante de capital investido. O comportamento do varejo por sua vez reflete as oscilações de preços do atacado até um limite ditado, por um lado, pelo perfil da demanda e, por outro, por seus próprios custos.

Em linhas gerais se observa que quando aumenta a oferta de um determinado produto o atacadista reduz seus ganhos por unidade vendida (margem) e, ao contrário, quando reduz a oferta e há ascensão dos preços, a margem apropriada é maior. Já o varejista tende a reduzir sua margem, em momentos de menor oferta do produto e de elevação dos preços, como forma de contornar as retrações de consumo. Por outro lado, quando há abundância de produto e caem os preços no atacado, o varejo tem 'espaço' para ampliar sua margem e manter um patamar médio de ganho. Conseqüentemente, esta política de preços e margens dos agentes de comercialização (atacadistas e varejistas) acaba por determinar, ao longo do ano, menores oscilações dos preços finais pagos pelo consumidor em comparação aos preços pagos aos produtores e no atacado. (AGUNE, 1982; PEROSA, 1985; MALUF, 1988).

Assim, esquematicamente, ocorrem duas situações distintas:

a) oferta elevada/ preços baixos	redução da margem do atacado	ampliação da margem do varejo
b) oferta reduzida/ preços elevados	ampliação da margem do atacado	redução da margem do varejo

De um modo geral, a margem de ganho dos agentes atacadistas de hortigranjeiros, caracterizada como comissão,

corresponde a um ganho quase líquido, pois são cobradas em separado do produtor todas as despesas de embalagem, frete, taxa de descarga e FUNRURAL. Por outro lado, o risco do atacadista é praticamente eliminado pelo mecanismo de vendas em consignação.

A venda em consignação é uma forma de transação comercial na qual os produtores entregam suas mercadorias à atacadistas ou cooperativas, sem fixação prévia de preços nem de garantia da quantidade a ser vendida. Com a concretização da venda, os produtores têm o preço de seu produto definido a partir do preço de atacado após descontar-se a margem do intermediário, taxas da cooperativa e as perdas verificadas no processo de comercialização, que no caso dos hortigranjeiros são relativamente altas, o que resulta por um lado, em maiores incertezas para o produtor e por outro lado, em maior segurança e menor necessidade de capital de giro para os atacadistas. (MALUF, 1988).

AGUNE (1982) constatou um valor médio de 17% de comissão dos atacadistas na comercialização de hortigranjeiros no ETSP no período de 1971/79. PEROSA (1985) identificou na comercialização de tomate de mesa uma comissão de 15%, no caso das cooperativas, e entre 17-18% no caso de outros atacadistas.

Em nível do varejo da cidade de São Paulo, UENO & TSUNECHIRO (1989), observaram que para alface, repolho, cenoura, pimentão e tomate, "os padrões de variação estacional revelam que a quantidade ofertada e o "mark up"

variam no mesmo sentido, ou seja, no período da safra o 'mark up' é maior que na entressafra. Dada a maior amplitude de variação dos preços de atacado em relação à dos de varejo, o 'mark up' oscila em sentido inverso ao dos preços."

Por fim, é necessário que se faça uma consideração de ordem conceitual em relação ao emprego do termo 'mark up' por UENO & TSUNECHIRO (1989). No caso, os autores se referem ao 'mark up' de varejo como sendo a porcentagem que se acresce ao preço do produto para que se realize a transferência do mercado atacadista para o varejista, tomando como base o preço do primeiro. No entanto, de acordo com OLIVEIRA (1990), o termo 'mark up' refere-se à órbita da produção, na medida em que os preços derivam de custos de produção (basicamente mão-de-obra e matérias-primas). As firmas comerciais também realizam gastos com mão-de-obra ou com transporte e energia, mas a rigor, os atacadistas ou varejistas não combinam matéria-prima e força de trabalho para gerar um produto; assim, esses agentes discriminam margens de ganho e não preço. "O intermediário não fixa preço, pelo contrário, parte do preço para fixar sua margem." (OLIVEIRA, 1990).

Desta forma, com base nas considerações de OLIVEIRA (1990), no trabalho de UENO & TSUNECHIRO (1989) a terminologia mais adequada a ser utilizada seria margem de comercialização (ou de ganho) de varejo e não 'mark up'.

3.8. Considerações Gerais sobre Sazonalidade da Oferta e dos Preços dos Produtos Agrícolas

Vários estudos disponíveis na literatura procuram mostrar as especificidades da agricultura frente à indústria no que se refere aos fatores de produção, ao ciclo de reprodução do capital, às relações de trabalho, entre outras questões. No entanto, todas essas análises partem de um ponto central, evidente e inquestionável, de que os produtos agrícolas apresentam características particulares porque são o resultado de um sistema de produção que, em primeira instância, está sujeito às forças da natureza.

Por mais intenso que seja o processo de "industrialização da agricultura", que transforma a produção agrícola num ramo de produção semelhante a uma indústria, "como uma fábrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção" (KAGEYAMA *et alii*, 1990), ainda assim há um limite natural imposto pelo ciclo biológico da planta, que configura um padrão de sazonalidade à agricultura que não ocorre no processo de produção industrial.

A sazonalidade da produção agrícola, que nada mais é que a maior ou menor disponibilidade do produto em determinadas épocas do ano, é resultado de características intrínsecas à agricultura. Os ciclos naturais de produção, que podem ser maiores ou menores dependendo da espécie de planta cultivada, e os limites de tempo para armazenamento/

conservação, criam as condições básicas para a existência de uma oferta de produtos concentrada em determinadas épocas, causando uma variação cíclica no decorrer do ano, que configura os períodos de safra e entressafra.

Diferentemente da maioria dos produtos agrícolas, os períodos de safra e entressafra dos hortigranjeiros são rapidamente sentidos pelo mercado pois: a) os ciclos produtivos são mais curtos, podendo ser até de 25 dias como no caso do rabanete; b) a sujeição a condições climáticas adversas é maior devido ao menor tempo disponível para a recuperação da planta, em razão do reduzido ciclo produtivo; e c) a acelerada perecibilidade pós-colheita devido à composição bioquímica dos produtos. Por outro lado, os hortigranjeiros também sofrem fortes influências da demanda: diferentes estações do ano levam a um maior ou menor consumo de frutas, verduras e legumes e também alterações na renda dos consumidores, mesmo dentro de um mesmo mês, podem significar elevação ou retração da demanda. Enfim, os hortigranjeiros estão mais sujeitos a uma sazonalidade tanto da oferta como do consumo, o que conseqüentemente traz reflexos nos preços que podem sofrer variações diárias, semanais ou mensais.

Assim, segundo HOFFMANN (1970), em geral na época da safra (ou de maior produção) o preço tende a ser mais baixo, aumentando depois até a época em que o suprimento do produto seja mínimo, revertendo esta tendência com a entrada da safra seguinte, determinando assim um padrão específico de

estacionalidade para cada tipo de produto.

O conhecimento do padrão de estacionalidade é importante para os mais diferentes segmentos da sociedade. Os produtores agrícolas, tendo acesso à este tipo de informação, podem planejar suas lavouras com a escolha de variedades e épocas de plantio mais adequadas, rotação de cultivos, entre outras opções, de forma a buscar a colocação de seus produtos em épocas de preços mais favoráveis. Os comerciantes utilizam-se deste conhecimento como elemento de decisão nas transações de compra e venda e nos investimentos em estruturas de conservação e armazenagem dos produtos. Ao Estado é fundamental na definição de políticas agrícolas e de abastecimento. Aos próprios consumidores, principalmente no caso de cooperativas de consumo ou grandes consumidores (hotéis, hospitais, escolas, etc), este tipo de informação contribui sobremaneira para a escolha da melhor época para realização de suas compras.

Além do que, segundo HOFFMANN (1970), "o conhecimento dos índices estacionais do preço de um produto agrícola é essencial para a previsão do seu preço em determinada época do ano". Mais que isto, quando se determina o padrão de estacionalidade de um produto também se analisa as causas deste fenômeno, e a existência ou não de tendências ou possibilidades de modificação no padrão estacional.

As pesquisas agronômicas com hortigranjeiros, particularmente o melhoramento genético das plantas, sistemas de irrigação e produção em ambientes controlados

artificialmente, têm caminhado no sentido da ampliação da oferta no mercado nas épocas de maior escassez do produto considerado, que é a mesma coisa que dizer, nas épocas em que os índices sazonais de quantidade são menores e, via de regra, os de preços são maiores.

Sem negar a importância do plantio de variedades precoces e tardias que possibilitam reduzir a flutuação sazonal da produção (e, conseqüentemente, dos preços) dos diversos produtos agrícolas, HOFFMANN (1970) argumenta que particularmente para os hortigranjeiros, esta flutuação sazonal depende, fundamentalmente, da variação da temperatura, sendo que a pluviosidade não é tão importante visto que a grande maioria das culturas hortícolas são irrigadas.

A temperatura tem influência direta e indireta sobre o desenvolvimento dos hortigranjeiros. Direta porque cada tipo de produto, com suas diversas variedades, apresenta um período de produção específico, segundo as condições de temperatura da região, isto é, temperaturas máximas e mínimas, ocorrência de geadas, etc. Um exemplo bastante conhecido pode ser dado: a alface que é uma hortaliça de inverno, quando plantada no verão ou em regiões quentes entra em seu ciclo reprodutivo, com o espigamento prematuro, antes que se tenha completado o desenvolvimento vegetativo, obrigando colheitas antecipadas e portanto produtos comercialmente inferiores. (PANDURO, 1986)

A influência indireta da temperatura sobre a

produção é muitas vezes bastante intensa, pois condições de altas temperaturas favorecem a proliferação de organismos patogênicos. Segundo HOFFMANN (1970), "a produção de repolho, por exemplo, durante o verão, é dificultada pela ação da bactéria *Xanthomonas campestris*, agente causal da 'podridão negra', que se desenvolve em temperaturas relativamente mais elevadas. Outro exemplo é o caso do tomate, cuja produção no verão é dificultada pelo fato de nessa época aumentar a população de insetos transmissores de doenças".

Não obstante a pertinência de tais observações, vale lembrar que o desenvolvimento de variedades precoces e tardias teve lugar de destaque nos últimos 20 anos (seja pelo desenvolvimento interno, como aquele realizado pelo CNPH da EMBRAPA, seja pela entrada de material importado), da mesma forma, o combate a pragas e doenças foi sensivelmente ampliado, aumentando assim a influência do fator inovativo na conformação dos padrões sazonais.

Outros fatores podem contribuir para a redução das flutuações sazonais de quantidades e preços dos produtos agrícolas, tais como: a) capacidade de armazenamento convencional ou à frio compatível à dimensão da produção; b) sistema rápido e adequado aos diferentes tipos de produtos; c) políticas públicas consistentes e duradouras que possibilitem uma maior integração das esferas da produção, comercialização e abastecimento; e d) do ponto de vista do consumo, o processamento industrial da produção agrícola tem possibilitado a colocação de certos produtos no mercado fora

dos períodos de safras alterando o perfil da demanda de produtos "in natura".

Por fim, há um elemento de difícil avaliação, mas que sem sombra de dúvida vem contribuindo para um descolamento da relação entre oferta e preço. Tal refere-se ao fator especulativo derivado da capacidade coordenadora dos mercados atacadistas (e mesmo dos varejistas, como o dos supermercados). Certos produtos contam com uma composição de comerciantes suficientemente concentrada para ocorrerem fenômenos especulativos que independem da formação de estoques. Ademais, em períodos de instabilidade econômica, como o que vem se verificando no país nos últimos 10 a 12 anos, onde os preços perdem referências devido ao brutal processo inflacionário, a capacidade de marcar preços passa a ter uma componente especulativa muito acima do que seria esperado num mercado com as características apresentadas pelos hortigranjeiros.

3.9. A Importância dos Hortigranjeiros Estudados

No Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) da CEAGESP são comercializados cerca de aproximadamente 150 produtos hortigranjeiros diferentes, cada um com uma série de variedades e tipos comerciais distintos.

Registra-se pela análise quantitativa e monetária da pauta de produtos comercializados, que determinados hortigranjeiros são mais importantes que outros. Ou seja, são produtos cuja participação relativa na quantidade total/setorial comercializada ou no valor total/setorial transacionado ou em ambos, é significativamente relevante. Em alguns casos a importância destes produtos é de tal ordem que em momentos críticos, como por exemplo épocas de grande oferta ou escassez, estes produtos podem inclusive influenciar a formação dos preços de outros produtos do setor.

Tendo como referência o ETSP, que se constitui no maior entreposto atacadista de hortigranjeiros do país, procura-se mostrar a seguir a importância que os produtos analisados nesta Dissertação exercem junto à este mercado no que se refere às quantidades comercializadas e aos valores transacionados nas operações de compra e venda.

A Tabela 4, ao mostrar a evolução das quantidades comercializadas com estes produtos e suas participações relativas no total de cada setor de comercialização do ETSP no período de 1981/90, permite constatar que: a) a banana

(incluindo climatizada e não climatizada) e a laranja responderam em média no período, por respectivamente 13,93% e 32,36% da quantidade total comercializada no setor de frutas nacionais; b) a alface e o repolho tiveram uma participação média de 41,38% no setor de hortaliças/verduras e em separado de 13,07% e 29,31% respectivamente; c) a cenoura e o tomate responderam em média por 52,59% do setor de hortaliças/legumes e isoladamente por 10,77% e 41,82% respectivamente; d) 88,39% das quantidades comercializadas no setor de produtos diversos foram provenientes da batata, com 65,51%, e da cebola, com 22,88%. Em síntese, esses dados permitem caracterizar a importância deste conjunto de produtos para o comércio atacadista do ETSP no que se refere às quantidades comercializadas.

TABELA 4. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NA QUANTIDADE COMERCIALIZADA POR SETOR DE COMERCIALIZACAO DO ETSP. (1981/90).
(continua)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1981		1982		1983		1984		1985	
	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)
Frutas Nacionais....	1086561		1297484		1262991		1067476		1139127	
Banana.....	165996	15.28%	186903	14.41%	176229	13.95%	154075	14.43%	162598	14.27%
Laranja.....	441953	40.67%	497288	38.33%	540225	42.77%	348177	32.62%	319158	28.02%
Hortalicas/Verduras..	219388		220600		221808		244629		238055	
Alface.....	32847	14.97%	30402	13.78%	31251	14.09%	33553	13.72%	25044	10.52%
Repolho.....	64258	29.29%	64374	29.18%	52218	23.54%	72006	29.43%	72787	30.58%
Hortalicas/Legumes..	590198		681266		642326		711267		753625	
Cenoura.....	58588	9.93%	68601	10.07%	63027	9.81%	78370	11.02%	81318	10.79%
Tomate.....	265556	44.99%	296959	43.59%	283793	44.18%	302346	42.51%	329621	43.74%
Produtos Diversos...	256028		292648		255689		278745		272594	
Batata.....	149776	58.50%	207358	70.86%	167823	65.64%	188831	67.74%	185741	68.14%
Cebola.....	58093	22.69%	54128	18.50%	57801	22.61%	62796	22.53%	63135	23.16%
Demais Setores.....	135498		159477		178370		163044		160666	
TOTAL.....	2287673		2651475		2561184		2465161		2564067	

TABELA 4. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NA QUANTIDADE COMERCIALIZADA POR SETOR DE COMERCIALIZACAO DO ETSP. (1981/90).

(conclusao)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	
Frutas Nacionais....	1339830		1349997		1219458		1311503		1294001		
Banana.....	154284	11.52%	157811	11.69%	159760	13.10%	154487	11.78%	120567	9.32%	12.97%
Laranja.....	468717	34.98%	479061	35.49%	353002	28.95%	421728	32.16%	449243	34.72%	34.87%
Hortalicas/Verduras..	246413		254137		266361		279722		274179		
Alface.....	35304	14.33%	29608	11.65%	27954	10.49%	38967	13.93%	36344	13.26%	13.07%
Repolho.....	68847	27.94%	69557	27.37%	78789	29.58%	76361	27.30%	79313	28.93%	28.31%
Hortalicas/Legumes..	703169		712940		719128		710634		707220		
Cenoura.....	87132	12.39%	78377	10.99%	76477	10.63%	80229	11.29%	76467	10.81%	10.77%
Tomate.....	285585	40.61%	284788	39.95%	294633	40.97%	277689	39.08%	273020	38.60%	41.82%
Produtos Diversos...	264306		291018		302942		307728		332405		
Batata.....	170900	64.66%	182433	62.69%	197786	65.29%	202958	65.95%	218196	65.64%	65.51%
Cebola.....	62305	23.57%	70702	24.29%	70565	23.29%	81250	26.40%	72454	21.80%	22.88%
Demais Setores.....	149171		175334		171459		216685		242913		
TOTAL.....	2702889		2783426		2679348		2826272		2850718		

FONTE: Companhia de Entrepostos e Armazens Gerais de Sao Paulo (CEAGESP)

Ressalta-se porém que o indicador da quantidade comercializada é necessário mas não suficiente para caracterizar a importância do produto no mercado, particularmente quando se convertem todas as unidades de quantificação específicas para cada tipo de produto (caixa, engradado, saco, etc) para uma medida padrão, em razão da necessidade de se estabelecer comparações como no caso da Tabela 4. Assim, o indicador de participação relativa do produto na composição do valor global/setorial transacionado no mercado, possibilita corrigir possíveis distorções na caracterização da importância dos produtos.

A Tabela 5 apresenta a participação relativa dos produtos estudados no valor transacionado pelos setores de comercialização no ETSP no período de 1986/90. Observa-se que: a) no setor de frutas nacionais a banana contribuiu em média com 4,60% e a laranja com 18,34% do valor transacionado neste setor; b) no setor de hortaliças/ verduras a alface contribuiu em média com 18,15% e o repolho com 8.93%, ressalta-se que em termos de valor comercial a alface é mais importante que o repolho o que não ocorre em termos de quantidade; c) a cenoura contribuiu em média com 9,21% e o tomate com 40,84% no valor total do setor de hortaliças/ legumes; d) nos produtos diversos, a batata entrou com 42,85% e a cebola com 27,62% em média.

TABELA 5. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NO VALOR TRANSACIONADO POR SETOR DE COMERCIALIZACAO DO ETSP. (1986/90)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1986 (1)		1987		1988		1989 (2)		1990 (3)		PARTICIPACAO MEDIA
	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil NC\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil Cr\$)	RELATIVA (%)	
Frutas Nacionais....	5107411.00		13202802.00		94233.00		1453829.00		38644988.00		
Banana comum....	223959.00	4.38X	619943.00	4.70X	4722.00	5.01X	58372.00	4.02X	1882799.00	4.87X	4.60X
Laranja pera....	835968.00	16.37X	2581098.00	19.55X	18744.00	19.89X	249548.00	17.16X	7457776.00	19.30X	18.45X
Hortalicas/Verduras..	755165.00		1933654.00		10483.00		153306.00		6362440.00		
Alface.....	157447.00	20.85X	388411.00	20.09X	1812.00	17.29X	23532.00	15.35X	1092567.00	17.17X	18.15X
Repolho.....	69066.00	9.15X	178770.00	9.25X	925.00	8.82X	13056.00	8.52X	566645.00	8.91X	8.93X
Hortalicas/Legumes..	2890059.00		7958582.00		45517.00		684011.00		23192022.00		
Cenoura.....	288148.00	9.97X	676945.00	8.51X	4272.00	9.39X	57977.00	8.48X	2249283.00	9.70X	9.21X
Tomate.....	1198781.00	41.48X	3091824.00	38.85X	18242.00	40.08X	296420.00	43.34X	9386246.00	40.47X	40.84X
Produtos Diversos...	1321914.00		2544296.00		22665.00		343771.00		9438142.00		
Batata comum....	692737.00	52.40X	1110966.00	43.66X	8826.00	38.94X	129106.00	37.56X	3932662.00	41.67X	42.85X
Cebola.....	295365.00	22.34X	623316.00	24.50X	8044.00	35.49X	95384.00	27.75X	2644857.00	28.02X	27.62X
Demais Setores.....	3021340.00		8812656.00		52615.00		1020188.00		29523067.00		
TOTAL.....	12340724.00		32518336.00		215030.00		3501799.00		100798219.00		

FONTE: Companhia de Entrepósitos e Armazens Gerais de São Paulo (CEAGESP).

(1) fevereiro/86: mudança da moeda de cruzeiro para cruzado com corte de três zeros.

(2) janeiro/89: mudança da moeda de cruzado para cruzado novo com corte de três zeros.

(3) março/90: mudança de cruzado novo para cruzeiro.

Por fim, a importância do conjunto dos oito produtos estudados frente ao mercado atacadista do ETSP como um todo, independente dos setores de comercialização, pode ser visualizada pelas Tabelas 6 e 7. A Tabela 6 mostra que estes hortigranjeiros foram responsáveis em média por aproximadamente 49,79% da quantidade total comercializada pelo ETSP no período de 1981/90. Quanto ao valor, a Tabela 7 registra uma contribuição média de aproximadamente 28,97% do valor total transacionado no ETSP no período de 1986/90. Em síntese, quer se dizer que o conjunto de produtos formado pela banana, laranja, alface, repolho, cenoura, tomate, batata e cebola, seguramente constitui um universo representativo do mercado atacadista do Entrepasto Terminal de São Paulo.

TABELA 6. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NA QUANTIDADE TOTAL COMERCIALIZADA NO ETSP. (1981/90).

(continua)

PRODUTO	1981		1982		1983		1984		1985	
	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)
Banana.....	165996	7.26%	186903	7.05%	176229	6.88%	154075	6.25%	162598	6.34%
Laranja.....	441953	19.32%	497288	18.76%	540225	21.09%	348177	14.12%	319158	12.45%
Alface.....	32847	1.44%	30402	1.15%	31251	1.22%	33553	1.36%	25044	0.98%
Repolho.....	64258	2.81%	64374	2.43%	52218	2.04%	72006	2.92%	72787	2.84%
Cenoura.....	58588	2.56%	68601	2.59%	63027	2.46%	78370	3.18%	81318	3.17%
Tomate.....	265556	11.61%	296959	11.20%	283793	11.08%	302346	12.26%	329621	12.86%
Batata.....	149776	6.55%	207358	7.82%	167823	6.55%	188831	7.66%	185741	7.24%
Cebola.....	58093	2.54%	54128	2.04%	57801	2.26%	62796	2.55%	63135	2.46%
Total dos Produtos..	1237066	54.08%	1406014	53.03%	1372368	53.58%	1240153	50.31%	1239402	48.34%
TOTAL.....	2287673	100.00%	2651475	100.00%	2561184	100.00%	2465161	100.00%	2564067	100.00%

TABELA 6. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NA QUANTIDADE TOTAL COMERCIALIZADA NO ETSP. (1981/90).

(conclusao)

PRODUTO	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	
Banana.....	154284	5.71%	157811	5.67%	159760	5.96%	154487	5.47%	120567	4.23%	6.08%
Laranja.....	468717	17.34%	479061	17.21%	353002	13.17%	421728	14.92%	449243	15.76%	16.41%
Alface.....	35304	1.31%	29608	1.06%	27954	1.04%	38967	1.38%	36344	1.27%	1.22%
Repolho.....	68847	2.55%	69557	2.50%	78789	2.94%	76361	2.70%	79313	2.78%	2.65%
Cenoura.....	87132	3.22%	78377	2.82%	76477	2.85%	80229	2.84%	76467	2.68%	2.84%
Tomate.....	285585	10.57%	284788	10.23%	294633	11.00%	277689	9.83%	273020	9.58%	11.02%
Batata.....	170900	6.32%	182433	6.55%	197786	7.38%	202958	7.18%	218196	7.65%	7.09%
Cebola.....	62305	2.31%	70702	2.54%	70565	2.63%	81250	2.87%	72454	2.54%	2.47%
Total dos Produtos..	1333075	49.32%	1352336	48.59%	1258967	46.99%	1333670	47.19%	1325603	46.50%	49.79%
TOTAL.....	2702889	100.00%	2783426	100.00%	2679348	100.00%	2826272	100.00%	2850718	100.00%	100.00%

FONTE: Companhia de Entrepostos e Armazens Gerais de Sao Paulo (CEAGESP)

TABELA 7. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NO VALOR TOTAL TRANSACIONADO NO ETSP. (1986/90)

PRODUTO	1986 (1)		1987		1988		1989 (2)		1990 (3)		PARTICIPACAO
	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (mil NCz\$)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (mil Cr\$)	RELATIVA (X)	MEDIA (X)
Banana.....	223959.00	1.81X	619943.00	1.91X	4722.00	2.20X	58372.00	1.67X	1882799.00	1.87X	1.89X
Laranja.....	835968.00	6.77X	2581098.00	7.94X	18744.00	8.72X	249548.00	7.13X	7457776.00	7.40X	7.59X
Alface.....	157447.00	1.28X	388411.00	1.19X	1812.00	0.84X	23532.00	0.67X	1092567.00	1.08X	1.01X
Repolho.....	69066.00	0.56X	178770.00	0.55X	925.00	0.43X	13056.00	0.37X	566645.00	0.56X	0.49X
Cenoura.....	288148.00	2.33X	676945.00	2.08X	4272.00	1.99X	57977.00	1.66X	2249283.00	2.23X	2.06X
Tomate.....	1198781.00	9.71X	3091824.00	9.51X	18242.00	8.48X	296420.00	8.46X	9386246.00	9.31X	9.10X
Batata.....	692737.00	5.61X	1110966.00	3.42X	8826.00	4.10X	129106.00	3.69X	3932662.00	3.90X	4.14X
Cebola.....	295365.00	2.39X	623316.00	1.92X	8044.00	3.74X	95384.00	2.72X	2644857.00	2.62X	2.68X
Total dos Produtos..	3761471.00	30.48X	9271273.00	28.51X	65587.00	30.50X	923395.00	26.37X	29212835.00	28.98X	28.97X
TOTAL.....	12340724.00	100.00X	32518336.00	100.00X	215030.00	100.00X	3501799.00	100.00X	100798219.00	100.00X	100.00X

FONTE: Companhia de Entrepostos e Armazens Gerais de Sao Paulo (CEAGESP).

(1) fevereiro/86: mudanca da moeda de cruzeiro para cruzado com corte de tres zeros.

(2) janeiro/89: mudanca da moeda de cruzado para cruzado novo com corte de tres zeros.

(3) marco/90: mudanca da moeda de cruzado novo para cruzeiro.

3.10. Considerações Gerais Sobre os Hortifrutigranjeiros Estudados

Apresentam-se a seguir algumas considerações gerais de caráter técnico-econômico, acerca dos hortigranjeiros estudados nesta Dissertação: banana, laranja, alface, repolho, cenoura, tomate, batata e cebola. Procurou-se fundamentalmente discutir as seguintes questões para cada produto: características das culturas, principais regiões produtoras no país e no Estado de São Paulo, fluxos de comercialização e épocas de maiores e menores ofertas, entre outros aspectos.

3.10.1. Banana

A produção de bananas no Brasil ocorre praticamente em todos municípios, ocupando áreas com as mais diversas condições de topografia, solos e altitudes, sendo que as regiões Nordeste e Sudeste respondem por cerca de 70% da produção nacional, numa área estimada em 400 mil hectares. O Estado da Bahia lidera a produção nacional, seguido por São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina. (UM fator de riqueza, 1989).

No Estado de São Paulo a produção de bananas está concentrada predominantemente no Litoral Paulista - atualmente em fase de regressão devido ao envelhecimento das lavouras, dificuldades de mão-de-obra e pressões imobiliárias causadas pelo desenvolvimento turístico da região - e no Vale

do Ribeira - com tendência de estabilização das áreas de plantio. Recentemente, já se observa a implantação de alguns pólos produtivos de banana nanica e nanicão na região do Planalto Paulista. (MOREIRA, 1987)

Apesar do Brasil figurar como o maior produtor mundial de bananas, cerca de 99% desta produção é comercializada no mercado interno "in natura" em cachos, a granel ou em caixas abertas, em pequenos mercados municipais ou através das Centrais de Abastecimento. Seu consumo anual no país é da ordem de 10 quilos 'per capita', um dos mais elevados do mundo. (A ascensão dos hortícolas, 1984).

O exame da entrada deste produto no ETSP, indicava que, em 1983, 66% era do tipo nanica, 25% de nanica climatizada⁽¹²⁾, 6% era do tipo maçã e apenas 3% prata. Quanto à procedência do principal tipo, a banana nanica, o Vale do Ribeira contribuiu com 80%, a Baixada Santista com 10% e outros locais com 10%. (A ascensão dos hortícolas, 1984).

Destinado à exportação resta apenas 1% da produção nacional, que é realizada quase que exclusivamente por São Paulo, em razão principalmente da localização da região produtora no estado (Litoral e Vale do Ribeira) próximo ao

(12) A banana é uma fruta que não pode ser colhida madura pois não resiste ao transporte e não se conserva por muito tempo. Assim, o amadurecimento pós-colheita se processa de forma natural ou em câmaras climatizadoras. Neste caso, as frutas são submetidas por aproximadamente 48 horas, à maturação em câmaras climatizadoras, sob controle de temperatura, umidade e ventilação. Apesar dos custos adicionais, obtém-se um produto final de melhor qualidade e uniformemente amadurecido, de maior valor comercial.

porto marítimo de Santos. (SANTOS, 1986; MOREIRA, 1987).

Em São Paulo, o cultivo da bananeira para fins comerciais já é feito desde o século passado, na época com predominância dos cultivares nanica e maçã. No entanto, somente a partir da década de sessenta que a bananicultura deixa de ter caráter nômade e extrativista para se tornar uma atividade intensiva e relativamente moderna do ponto de vista tecnológico. E justamente nesta década que se observa um crescimento acelerado do rendimento da cultura, da ordem de 6% a.a, em contraposição à redução da área cultivada, também bastante significativo por volta de 5,23% a.a. Isto em consequência da necessidade dos bananicultores ofertarem produtos de melhor qualidade e aparência, por exigência do mercado consumidor, e pela própria incidência do "Mal de Sigatoka" ⁽¹³⁾. Para o controle do "Mal de Sigatoka" foi necessário a utilização de fungicidas, mão-de-obra especializada e equipamentos apropriados, que acabaram por elevar os custos de produção e, conseqüentemente, para que a atividade se mantivesse viável do ponto de vista econômico, era preciso um aumento de produtividade, inclusive pela escolha de regiões onde as condições edafoclimáticas fossem mais apropriadas para o desenvolvimento da cultura.

Na década de 70, a bananicultura ganha um novo

⁽¹³⁾ O "Mal de Sigatoka", causado pelo fungo Mycospharella musicolaleach, constitui-se numa doença bastante séria, cujo controle é feito através de pulverizações com óleo mineral associado a um fungicida sistêmico. Em condições favoráveis e sem controle das plantações, a proliferação do fungo é tão intensa que pode em apenas dois anos, comprometer definitivamente a lavoura. (MOREIRA, 1987).

impulso, seja pelo abandono das plantações de montanha, pelo adensamento do número de pés por hectare, pela redução da implantação de novas áreas em regiões não apropriadas, seja pelo maior uso de insumos químicos (fertilizantes e defensivos) e mecânicos.

Quanto ao mercado interno de banana, HOMEM DE MELLO (1988), demonstra que, no período de 1966/1986, a taxa média de crescimento dos preços reais recebidos pelos produtores brasileiros foi da ordem de 3,18% a.a.

3.10.2. Laranja

MARTINELLI JUNIOR (1987) observa que as regiões de produção citrícola no Estado de São Paulo estão fortemente concentradas geograficamente. Ou seja, em 1968/69, 88,93% da produção de laranja estava localizada nas DIRAs de Campinas (35,67%), Ribeirão Preto (42,50%) e São José do Rio Preto (10,6%); em 1982/83 essa concentração se acentua, pois essas mesmas DIRAs passam a responder por 95,8% da produção total, acusando um acréscimo na participação relativa das DIRAs de Ribeirão Preto (47,62%) e São José do Rio Preto (22,56%) e um decréscimo da participação relativa da DIRA de Campinas (25,38%). Essa tendência de concentração geográfica da cultura advém de razões de prevenção fitossanitária e da concentração geográfica da indústria processadora.

Registra-se que a partir da década de sessenta constituiu-se no Estado de São Paulo uma citricultura com maior homogeneidade na base técnica produtiva e

organizacional e com maior integração com o capital industrial em detrimento do capital comercial, configurando-se assim uma agroindústria citrícola. Antes da formação e consolidação desta agroindústria, a maior parte da produção era comercializada com as firmas de exportação de frutas 'in natura' ou diretamente com os comerciantes do mercado interno. A determinação dos preços da laranja nesta época, era tanto influenciada pelas cotações internacionais (principalmente o mercado europeu), como pelos determinantes internos da oferta e da procura dos mercados urbanos. (MARTINELLI JUNIOR, 1987).

Em meados da década de sessenta, quando se inicia o processamento industrial da laranja, o capital comercial vai deixando progressivamente de participar dos ganhos de intermediação da compra e venda do produto e passa a assumir um papel secundário para a atividade citrícola e/ou se transformando em capital industrial. Ou seja, cria-se um novo tipo de mercado para a produção de laranja, que traz em si uma nova relação entre os determinantes de compra e venda. Assim, em função dos volumes crescentes demandados e do comportamento dos níveis de preços do produto, "a indústria processadora passou a assumir o papel ativo de geração de lucros da atividade citrícola, fazendo com que o processo de acumulação se atrelasse cada vez mais ao processo de acumulação da indústria processadora de sucos." (MARTINELLI JUNIOR, 1987).

E justamente na década de setenta que se observa um

grande impulso na citricultura paulista. Segundo MOREIRA (1980), o aumento da área plantada com laranja em São Paulo, que já vinha sendo rápido até 1965, passou a ser muito mais acentuado nos anos setenta, registrando-se a plantação de alguns milhões de árvores, como pode-se comprovar pelos dados que se seguem: em 1931/1933 a área cultivada com citrus era de 33.700 ha; passando para 46.000 ha em 1961/1963; 105.100 ha em 1970/1972 e, para 489.100 ha em 1982/1984, num incremento de aproximadamente 1300% no período.

Atualmente, as características mais marcantes da citricultura paulista são: estrutura fundiária composta predominantemente de médios estabelecimentos rurais, que utilizam amplamente insumos modernos e mão-de-obra assalariada, comandados diretamente pelo proprietário na figura do 'empresário-rural-citricola', consciente e envolvido no funcionamento dos mecanismos do mercado do produto. Isto, aliado às condições edafo-climáticas favoráveis, como ausência de geadas, melhores solos, etc, propiciaram a constituição em São Paulo de um dos pólos de produção de laranja mais dinâmicos do mundo. (MARTINELLI JUNIOR, 1987).

Este mesmo autor, referindo-se à evolução da oferta e dos fluxos de distribuição da laranja 'in natura' no Estado de São Paulo no período de 1978/79 à 1983/84, constatou que: primeiro, o crescimento da disponibilidade comercial do produto (produção mais importações de outros estados menos perdas não comercializadas) passou de 151 milhões de caixas

no primeiro período para 207 milhões de caixas no segundo período, acusando um acréscimo de aproximadamente 37%; segundo, é significativa a participação relativa das laranjas processadas no total da disponibilidade comercial do produto o que, em termos percentuais, representou mais de 80% em todos os períodos analisados, exceto nos anos de 1982/83 onde simultaneamente ocorrem aumentos nas perdas não comercializadas, no consumo e na exportação de frutas 'in natura'; terceiro, o consumo de laranja 'in natura' manteve-se relativamente constante até 1981/82, elevando-se para 40 milhões de caixas em 1982/83 e decrescendo para 30 milhões de caixas em 1983/84; por último, destinou-se em média aproximadamente 1% da disponibilidade comercial à exportação da fruta 'in natura' em todos os períodos analisados exceto em 1982/83 que foi por volta de 2%.

Pelos dados apresentados por MARTINELLI JUNIOR (1987) e segundo AMARO (1980), pode-se concluir que, sem dúvida, a industrialização tem se constituído no principal canal de comercialização de laranja, mesmo que se pese que o consumo 'per capita' de laranja 'in natura' no Brasil seja um dos maiores do mundo.

No mercado doméstico de laranja 'in natura', que representa aproximadamente 20% do total da produção, as cooperativas e as "parking-houses" são os principais agentes de comercialização junto aos produtores, respondendo pela seleção, beneficiamento e colocação do produto no mercado atacadista e muitas vezes também no mercado varejista de

grande porte (supermercados). As cooperativas destinam-se cerca de 5% da produção paulista total, o restante passa pelas "parking-houses". (AMARO, 1980 e MARTINELLI JUNIOR, 1987).

3.10.3. Alface

A alface é uma das hortaliças folhosas de maior aceitação pelos consumidores e de significativa importância econômica. Apesar de pertencer ao grupo das hortaliças de inverno, sucessivos melhoramentos genéticos de algumas cultivares têm possibilitado ampliar a época de plantio e de colheita da alface, principalmente na região centro-sul do país. (ZATARIN, 1985).

Segundo PANDURO (1986), na época do verão ou em regiões quentes a produção comercial de alface é mais difícil devido principalmente à ocorrência do espigamento prematuro (fase reprodutiva) sem que se tenha completado o desenvolvimento vegetativo, provocando colheitas antecipadas de produtos de qualidade inferior.

De um modo geral a alface produz bem nas condições climáticas do Estado de São Paulo. As principais regiões paulistas de cultivo estão localizadas nos "cinturões verdes" circunvizinhos aos grandes centros consumidores, que têm condições de produzir durante as épocas mais frescas do ano (temperatura máxima na faixa de 20°). Nos períodos mais quentes, a produção se concentra nas regiões de microclima mais ameno como Atibaia, Ibiúna, Jundiaí e Mogi das Cruzes.

(ZATARIN, 1985).

3.10.4. Repolho

Segundo FILGUEIRA (1982), as variedades de repolho cultivadas comercialmente podem ser agrupadas em três grandes grupos segundo as exigências climáticas de cada planta; ou seja, existem os repolhos de inverno, que necessitam de temperaturas baixas para formar a cabeça; os repolhos de verão, que produzem boas cabeças em condições de temperaturas elevadas só que quando expostos ao frio, emitem um pendão floral (início da fase reprodutiva), tornando-se inadequados à comercialização; finalmente aquelas variedades adaptáveis a uma ampla faixa de temperatura tanto as mais amenas como as mais elevadas.

Alguns trabalhos de fitomelhoristas a partir de cultivares européias têm possibilitado aos olericultores, principalmente no centro-sul do país, produzirem repolho fora das épocas tradicionais, levando estas regiões a se destacarem no envio do produto às CEASAs brasileiras. Segundo CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986), do volume total transacionado nestes mercados, o Estado de São Paulo contribui com 40,4%; o Rio de Janeiro com 13,2%, cuja principal região expedidora é a Serrana Fluminense; o Paraná com 10,9%, sendo 8,4% oriundos de Curitiba; Minas Gerais com 9,4%, cuja principal região expedidora é a de Campos da Mantiqueira; e o Estado de Pernambuco com 6,5%, onde o Agreste Meridional é a região expedidora mais importante.

Em São Paulo as principais áreas produtoras de repolho estão localizadas na Grande São Paulo e na região de Paranapiacaba, que produzem praticamente o ano todo, com destaque para os meses de abril-junho e outubro-dezembro. Curitiba tem sua produção predominante no primeiro trimestre do ano. A região Serrana Fluminense e Pernambuco no segundo semestre; Campos da Mantiqueira tem seu auge de produção em outubro-dezembro. (CAMARGO & CAMARGO FILHO, 1986).

3.10.5. Cenoura

CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986) detectaram quatro regiões como de maior expressão na produção de cenoura no Brasil: Paranapiacaba e Grande São Paulo, produzindo praticamente o ano todo, porém com maior concentração nos trimestres agosto-outubro e maio-julho; região da Alta Mantiqueira (MG), com produção predominante de janeiro a abril; e o Estado do Paraná, com maior produção no primeiro trimestre, decrescendo em importância até o quarto trimestre do ano.

Com relação à participação destas principais regiões produtoras no suprimento de cenoura às principais CEASAs brasileiras, o Estado de São Paulo responde por cerca de 48% do total comercializado, sendo que 23% provêm da região de Paranapiacaba e 19% da Grande São Paulo. Minas Gerais e Paraná participam com porcentagens semelhantes (11%), Pernambuco com 7% e o Rio Grande do Sul com 3% em média. (CAMARGO & CAMARGO FILHO, 1986).

As condições climáticas de cada região produtora condicionam a escolha das variedades plantadas. Ou seja, segundo FILGUEIRA (1982), em localidades altas de verão ameno, como as regiões de Paranapiacaba e a Grande São Paulo, as variedades do grupo Nantes podem ser semeadas durante a maior parte do ano. Em localidades baixas e quentes, cultivam-se as variedades do grupo Nantes no outono-inverno ou as variedades do grupo Kuroda, mais adaptadas às condições típicas de verão (temperatura e umidades elevadas). Vale lembrar que o cultivo durante o período chuvoso e quente propicia colheitas em épocas de melhores cotações no mercado devido à relativa escassez do produto.

3.10.6. Tomate

Segundo TSUNECHIRO *et alii* (1989), a produção paulista de tomate de mesa em 1988 foi da ordem de 333,8 mil toneladas (13,4 milhões de caixas K), colocando o estado como o maior produtor brasileiro. A produção está concentrada nas DIRAs de Campinas (53,9% do total paulista) e de Sorocaba (30,7%). O principal destino da produção é o mercado atacadista para venda 'in natura'.

A DIRA de Campinas, principal região produtora de tomate de mesa em São Paulo, realiza sua colheita de maio a outubro e Paranapiacaba (DIRA de Sorocaba), a segunda maior região produtora, colhe sua produção principalmente de janeiro a abril. O Estado do Rio de Janeiro produz principalmente de maio a outubro e Pernambuco de janeiro a

outubro. (CAMARGO & CAMARGO FILHO, 1986)

A produção de tomate de mesa na região centro-sul do país é praticamente toda realizada com variedades agronômicas do grupo Santa Cruz. O tomate Santa Cruz originalmente foi produzido pelo cruzamento natural entre as variedades Rei Humberto e Redondo Japonês, na segunda metade da década de quarenta. De lá para cá predominam, nos cultivos comerciais, as variedades desse grupo, embora atualmente o Santa Cruz já tenha sido substituído por outros cultivares (Santa Elisa, Sul Brasil, Gigante de Piedade, Gigante Kobayashi, entre outros), que na realidade ou são linhagens melhoradas do Santa Cruz ou resultantes de cruzamento deste com variedades pluriloculares importadas dos Estados Unidos. (SANTOS, 1986).

TSUNECHIRO *et alii* (1989) constataram um elevado grau de correlação entre os preços do tomate nas duas principais regiões produtoras de São Paulo (Campinas e Sorocaba) e os preços no mercado atacadista de sete Centrais de Abastecimento do estado. Os altos coeficientes de correlação de preços observados, segundo os autores, não indicam necessariamente que esteja ocorrendo comercialização entre os mercados, mas que provavelmente os preços destes mercados estejam correlacionados com um terceiro, cujo porte acaba por influenciar os demais. No caso, o Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) exerce fortes pressões na formação dos preços do tomate nos demais mercados. Destaca-se ainda que dentre os mercados atacadistas estudados, a

CEASA-Campinas foi a que apresentou menor correlação de preços inter-mercados, exceto com o ETSP, com o qual teve um dos maiores coeficientes de correlação.

Além disto, PEROSA (1985) constatou a importância exercida pelos grandes atacadistas na comercialização de tomate de mesa em São Paulo. Só no Entrepasto Terminal de São Paulo em 1984, dos 432 permissionários que comercializavam tomate, os quinze maiores atacadistas responderam por 50,8% do total transacionado. Entre os sessenta maiores permissionários de tomate, encontravam-se três cooperativas, que comercializavam em conjunto 15,4% do total, sendo que apenas duas delas respondiam por 14,8% e figuravam entre os cinco maiores permissionários.

3.10.7. Batata

Muito embora as condições do país permitam obter três safras anuais, a oferta de batata ainda apresenta acentuada sazonalidade, o que acarreta evidentemente problemas no abastecimento dos principais centros urbanos. Na safra das águas, cuja colheita estende-se, em geral, de dezembro a abril, são obtidos cerca de 55% a 60% da produção; na safra da seca, com pico em junho e julho, a oferta representa de 25% a 30% do total; na de inverno, que pode prolongar-se de agosto a novembro, são colhidos os 10% a 20% restante. "É interessante observar que, como o período das diversas safras é bastante amplo, a colheita nem sempre coincide nos principais estados produtores, levando-os muitas

vezes a intercambiarem o produto entre si". (ZAIDHAFT, 1987)

No período de 1980/86, São Paulo foi o maior produtor de batata no país, participando com 27% da oferta global, que esteve em torno de 2 milhões de toneladas/ano, seguido por Minas Gerais com 26%, Paraná com cerca de 25%, Rio Grande do Sul com 14% e Santa Catarina com aproximadamente 8%. (ZAIDHAFT, 1987)

Com relação à época de produção nas diferentes Microrregiões Homogêneas (MRHs) do país, a Alta Mantiqueira (MG) concentra sua produção de janeiro a abril, e Paranapiacaba (SP) produz praticamente o ano todo, variando nos municípios, porém com maior ênfase de setembro a dezembro. (CAMARGO & CAMARGO FILHO, 1986)

Do ponto de vista da comercialização, ZAIDHAFT (1987) atesta que a batata apresenta "excessiva intermediação (segundo o Censo Agropecuário do Brasil de 1980, praticamente 73% da produção são entregues a intermediários)", bem como sérios problemas advindos da deficiente infra-estrutura de armazenagem (apenas a batata-semente é submetida a conservação por períodos mais longos) e de práticas de pré-processamento desnecessárias como a lavagem, que além de reduzir o tempo de conservação, encarece o produto para o consumidor.

Com relação ao abastecimento, constata-se a predominância do produto paulista no suprimento dos mercados atacadistas do sistema SINAC e da CEAGESP. Para o período de 1983/86, a oferta de São Paulo representou 47% da quantidade

total comercializada naqueles mercados, a participação mineira e paranaense foram respectivamente de 27% e 18%. A oferta de batata paulista predomina em quase todos os meses do ano, exceto de março a abril quando Minas Gerais passa a liderar o abastecimento. A oferta paranaense assume maior proporção no pico da safra das águas (dezembro e janeiro) e no da seca (junho e julho). (ZAIDHAFT, 1987)

As oscilações dos preços no mercado atacadista de batata tende, geralmente, a acompanhar as oscilações de preços recebidos pelos produtores, refletindo em grande parte a disponibilidade do produto na zona de produção. Entretanto, a comercialização deste produto apresenta características bastante peculiares. Segundo ZAIDHAFT (1987), no período de 1980/86, as quantidades comercializadas no atacado de São Paulo e do Rio de Janeiro (os maiores mercados de batata do país com respectivamente 14.851t e 14.885t por mês) não oscilaram com a mesma intensidade que a produção. Outra especificidade é que os preços praticados no ETSP, que funciona à tarde, são influenciados pelas cotações registradas no mercado de Santa Rosa e na Cooperativa Agrícola de Cotia, que operam na parte da manhã.

3.10.8.Cebola

Segundo AMARO *et alii* (1990), a participação das diferentes regiões do país na oferta global de cebola segue, em média, a seguinte distribuição percentual: 13% para o Nordeste (principalmente Pernambuco e Bahia), 45% para o Sul

(detacando-se Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e 42% para o Sudeste (sendo que somente São Paulo responde por 37% do total produzido).

Especificamente no que se refere ao Estado de São Paulo, os principais municípios produtores são: Monte Alto e São José do Rio Pardo, que respondem por cerca de 10% do total comercializado nas principais CEASAs brasileiras e a região de Paranapiacaba em geral, com destaque para o município de Piedade, que participa com aproximadamente 12% das remessas a estes mercados. (CAMARGO & CAMARGO FILHO, 1986).

A produção de cebola no Brasil está distribuída por diferentes períodos do ano em função das condições edafo-climáticas das diferentes regiões produtoras e das variedades plantadas. Assim, a produção sulina (SC e RS) é quase que totalmente da variedade baia piriforme, cuja safra se concentra de novembro a janeiro, abastecendo o país predominantemente de janeiro à abril. Tão logo encerram-se os estoques dessa safra em abril, o mercado passa a ser abastecido pela safra de soqueira de Piedade (SP), que também é de baia piriforme só que pelo sistema de cultivo de bulbinhos. A colheita de Piedade inicia-se em abril e sua comercialização termina em julho; a maior oferta no mercado ocorre em maio/junho. A partir de julho, são as variedades claras precoces, cultivadas no Nordeste (PE e BA) e em São Paulo, que vão abastecer o mercado até outubro. (AMARO *et alii*, 1990; SATO, 1990).

4. MATERIAL E METODOS

4.1. O Objeto de Estudo

Esta dissertação tem como objeto de estudo a CEASA-Campinas (Centrais de Abastecimentos de Campinas S/A.), empresa criada por Lei Municipal nº 4107 de 21 de março de 1972, com início das operações comerciais em 1975 numa área localizada na Rodovia SP-340 - Km 109 no município de Campinas-SP.

Em agosto de 1971 é concluído o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Central de Abastecimento de Campinas que, seguindo as recomendações e diretrizes fixadas pelo GEMAB - Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento, identificou funções a serem assumidas por esse novo entreposto atacadista de hortigranjeiros. Até aquele momento cabia exclusivamente à CEAGESP, através do seu Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP), o papel de centro das operações de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo e de reunião de cargas destinadas ao interior do Estado e a outras unidades da Federação.. O vertiginoso crescimento da metrópole paulistana, acompanhado de aumentos

crescentes da demanda por produtos agrícolas, contribuía para a quase saturação das instalações do ETSP e a existência de sérias limitações para ampliação do mercado, exigindo a sua descentralização.

E interessante lembrar que este movimento de descentralização das atividades do ETSP ocorreu sob duas formas. A primeira, com a criação da CEASA-Campinas em 1972, sob a forma de uma sociedade de economia mista, cujos principais acionistas eram o Governo Federal e a Prefeitura Municipal de Campinas e portanto com ligação ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC). A segunda forma de descentralização das atividades do ETSP, iniciou-se em 1976 com o programa de implantação, pelo Governo do Estado de São Paulo, de outras doze CEASAs no interior, compondo uma rede ligada à CEAGESP. A partir de 1990 a CEASA-Campinas saiu do Sistema SINAC com a transferência das ações do Governo Federal para a Prefeitura Municipal de Campinas.

Neste contexto, objetivava-se para a CEASA-Campinas o exercício de funções de complementaridade às atividades do ETSP, como a distribuição de produtos hortigranjeiros para vários núcleos urbanos do interior do Estado, reservando-se ao ETSP as atividades vinculadas ao abastecimento da Região da Grande São Paulo.

Prevvia-se, no entanto, que a CEASA-Campinas poderia exercer plenamente esse papel de centro exportador em substituição ao ETSP apenas a médio prazo, porque o ETSP representava um mercado seguro para a colocação de produtos

em razão do volume de mercadorias transacionadas e a conseqüente concentração de comerciantes. O Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica apontava que a tendência do ETSP era a de manter-se como o principal centro de formação de preços do país, pois só o abastecimento da Grande São Paulo já implicaria na sustentação desta condição.

Os benefícios esperados com a implantação da CEASA-Campinas eram aqueles previstos no Programa de Modernização do Abastecimento de 1968 (citados no item 3.5. da Revisão de Literatura) que basicamente se consistia na redução de custos e preços e melhores condições higiênico-sanitárias no processo de comercialização de produtos hortigranjeiros.

Assim sendo, a CEASA-Campinas inicia suas operações em 10 de março de 1975 numa área total de aproximadamente 206.043m², com uma superfície coberta de 48.125m², e uma área externa de 157.918 m². Exclusivamente às atividades comerciais foram destinados 16.500m².

Resgatar historicamente a evolução da Ceasa-Campinas desde a sua implantação até os dias atuais exigiria uma pesquisa bastante ampla e que não foi objeto de estudo desta Dissertação. No entanto, procura-se a seguir levantar algumas questões de caráter geral acerca da evolução das quantidades comercializadas e dos valores transacionados neste mercado nos últimos anos.

A Tabela 8 mostra a evolução das quantidades comercializadas na CEASA-Campinas no período de 1981 à 1990 por grupos de produtos. Observa-se que: a) ocorrência de uma

tendência crescente nas quantidades comercializadas, exceto nos anos de 1983, 1984 e 1985; b) os principais setores de comercialização foram os de Frutas Nacionais, as Hortalças de Folha, Flor e Haste, as Hortalças de Fruto e as Raízes, Tubérculos, Bulbos e Rizomas, que responderam em média respectivamente por cerca de 48,48%, 9,61%, 20,41% e 16,36% da quantidade total comercializada no período; c) a participação dos setores de Frutas Importadas, Flores, Aves, Ovos, Pescados, Cereais, Outros Gêneros Alimentícios e Diversos foi relativamente pequena em comparação aos demais setores.

Em termos do valor global transacionado, a Tabela 9 aponta para um quadro semelhante ao das quantidades comercializadas, ou seja, os setores de Frutas Nacionais; Folha, Flor e Haste; Fruto; Raiz, Tubérculo, Bulbo e Rizoma, mantêm uma posição de destaque, com respectivamente de 47.16%, 8.25%, 17.55%, 15.14% de participação relativa em média no período de 1987/90. O aumento da participação relativa do setor de Frutas Importadas (9.25%) deve-se ao alto valor comercial unitário destes produtos.

TABELA 8. PARTICIPACAO DOS SETORES DE COMERCIALIZACAO NA QUANTIDADE TOTAL COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

(continua)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)
Frutas Nacionais.....	117792	46.78X	141340	48.89X	138107	51.02X	114557	43.35X	107338	44.88X	147977	50.74X
Frutas Importadas.....	7325	2.91X	7960	2.75X	6726	2.48X	5492	2.08X	4283	1.79X	3475	1.19X
Folha, Flor, Haste.....	27750	11.02X	29124	10.07X	24072	8.89X	28030	10.61X	25421	10.63X	27710	9.50X
Fruto.....	51880	20.60X	56448	19.52X	52997	19.58X	60304	22.82X	53096	22.20X	56866	19.50X
Raiz,Tuber., Bulbo,Rizoma	37918	15.06X	42127	14.57X	38565	14.25X	46531	17.61X	39803	16.64X	43763	15.01X
Flores.....	0	0.00X	548	0.19X	134	0.05X	65	0.02X	27	0.01X	36	0.01X
Aves.....	865	0.34X	2576	0.89X	2089	0.77X	1879	0.71X	2072	0.87X	1414	0.48X
Ovos.....	1857	0.74X	1904	0.66X	1484	0.55X	1140	0.43X	761	0.32X	1495	0.51X
Pescado.....	28	0.01X	28	0.01X	9	0.00X	42	0.02X	164	0.07X	32	0.01X
Cereais.....	1720	0.68X	1674	0.58X	1848	0.68X	1619	0.61X	1753	0.73X	2164	0.74X
Outros Generos Aliment..	1826	0.73X	2366	0.82X	2133	0.79X	2002	0.76X	2381	1.00X	3374	1.16X
Diversos.....	2839	1.13X	3031	1.05X	2531	0.93X	2614	0.99X	2069	0.87X	3311	1.14X
TOTAL.....	251799	100.00X	289126	100.00X	270694	100.00X	264272	100.00X	239167	100.00X	291616	100.00X
VARIACAO (%).....	...		14.82X		-6.38X		-2.37X		-9.50X		21.93X	

TABELA B. PARTICIPACAO DOS SETORES DE COMERCIALIZACAO NA QUANTIDADE TOTAL COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS. (1981/90).
(conclusao)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1987		1988		1989		1990		TOTAL (1981/90) (t)	PARTICIPACAO MEDIA (%)
	ABSOLUTA RELATIVA		ABSOLUTA RELATIVA		ABSOLUTA RELATIVA		ABSOLUTA RELATIVA			
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)		
Frutas Nacionais.....	150234	50.94%	145629	46.82%	170364	49.31%	198140	52.09%	1431477	48.48%
Frutas Importadas.....	6187	2.10%	6138	1.97%	8164	2.36%	10318	2.71%	66068	2.24%
Folha, Flor, Haste.....	27521	9.33%	31298	10.06%	32781	9.49%	24630	6.48%	278336	9.61%
Fruto.....	55525	18.83%	64187	20.64%	70482	20.40%	76270	20.05%	598055	20.41%
Raiz,Tuber.,Bulbo,Rizoma	49734	16.86%	58413	18.78%	59818	17.32%	66554	17.50%	483225	16.36%
Flores.....	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	809	0.03%
Aves.....	11	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	10906	0.41%
Ovos.....	439	0.15%	488	0.16%	859	0.25%	777	0.20%	11202	0.40%
Pescado.....	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	303	0.01%
Cereais.....	1821	0.62%	1891	0.61%	1262	0.37%	1320	0.35%	17070	0.60%
Outros Generos Aliment..	2031	0.69%	1417	0.46%	929	0.27%	1562	0.41%	20021	0.71%
Diversos.....	1447	0.49%	1573	0.51%	805	0.23%	802	0.21%	21022	0.75%
TOTAL.....	294950	100.00%	311034	100.00%	345462	100.00%	380373	100.00%	2938494	100.00%
VARIACAO (%).....	1.14%		5.45%		11.07%		10.11%			

FONTE: CEASA-Campinas

TABELA 9. PARTICIPACAO DOS SETORES DE COMERCIALIZACAO NO VALOR COMERCIAL ANUAL TRANSACIONADO NA CEASA-CAMPINAS. (1987/90)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1987		1988		1989 (1)		1990 (2)		PARTICIPACAO MEDIA
	ABSOLUTO (mil Cz\$)	RELATIVO (%)	ABSOLUTO (mil Cz\$)	RELATIVO (%)	ABSOLUTO (mil NCz\$)	RELATIVO (%)	ABSOLUTO (mil Cr\$)	RELATIVO (%)	
Frutas Nacionais.....	1485.94	45.04X	13349.44	50.43X	210321.00	49.48X	6004475.50	43.71X	47.16X
Frutas Importadas.....	320.21	9.71X	1998.87	7.55X	42255.03	9.94X	1345003.71	9.79X	9.25X
Folha, Flor, Haste.....	342.53	10.38X	2219.84	8.39X	27816.92	6.54X	1055191.17	7.68X	8.25X
Fruto.....	579.34	17.56X	3973.79	15.01X	78265.86	18.41X	2638240.98	19.20X	17.55X
Raiz,Tuber.,Bulbo,Rizoma	460.14	13.95X	4251.84	16.06X	60505.63	14.23X	2239789.28	16.30X	15.14X
Flores.....	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00X
Aves.....	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00X
Ovos.....	8.25	0.25X	94.62	0.36X	998.94	0.23X	291002.83	2.12X	0.74X
Pescado.....	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00	0.00X	0.00X
Cereais.....	36.49	1.11X	291.87	1.10X	2082.92	0.49X	58397.35	0.43X	0.78X
Outros Generos Aliment..	35.51	1.08X	153.29	0.58X	2221.48	0.52X	95955.07	0.70X	0.72X
Diversos.....	30.50	0.92X	137.40	0.52X	633.77	0.15X	10021.94	0.07X	0.42X
TOTAL.....	3298.91	100.00X	26470.96	100.00X	425101.55	100.00X	13738077.83	100.00X	100.00X

FONTE: CEASA-Campinas

(1) janeiro/89: mudanca da moeda de cruzado para cruzado novo com corte de tres zeros.

(2) marco/90: mudanca da moeda de cruzado novo para cruzeiro.

Quanto ao tipo de agente econômico envolvido no processo de comercialização dos hortigranjeiros, o Relatório Anual do Departamento de Atacado da CEASA-Campinas, de 1990, mostra a presença de 382 permissionários que estão classificados em 5 categorias distintas, a saber: 131 firmas individuais, 73 comerciantes individuais, 166 sociedades comerciais, 10 sociedades de produtores e 02 cooperativas. A capacidade de ocupação das áreas de comercialização foi total em todos os setores do mercado atacadista o que obrigou a administração da CEASA-Campinas a realizar uma seleção de cadastramento de produtores avulsos. A Tabela 10 mostra a distribuição desses permissionários no mercado, segundo o tipo de instalação comercial

TABELA 10. OCUPAÇÃO DO MERCADO ATACADISTA DA CEASA-CAMPINAS, SEGUNDO O TIPO DE INSTALAÇÃO E A CATEGORIA DO PERMISSIONÁRIO. (1990).

INSTALAÇÃO	CATEGORIA DO PERMISSIONÁRIO					Total
	Produtor Individual	Comerciante Individual	Sociedade Comercial	Sociedade Produtores	Coope- rativa	
Galpão Permanente...	0	02	65	02	02	71
Mercado Livre.....	86	55	73	08	0	222
Barracões Metálicos....	45	16	28	0	0	89
Total.....	131	73	166	10	02	382

FONTE: Departamento de Atacado/CEASA-Campinas.

Cabe lembrar que os Galpões Permanentes são instalações compostas de boxes individuais, de dimensões variadas, destinados basicamente à comercialização de frutas, legumes e outros produtos como batata, cebola, alho e cereais. Em 1990 os Galpões Permanentes ocuparam uma área de 3.242 m² na CEASA-Campinas. Já o Mercado Livre, com uma área de 2.839 m² e os Barracões Metálicos, com 1.500 m², se destinam essencialmente à comercialização diária de verduras, frutas estacionais e flores.

Assim, em resumo, pode-se observar pela Tabela 10 que em termos da ocupação do mercado por tipo de permissionário, a CEASA-Campinas apresenta características bastante semelhantes às demais CEASAs brasileiras pois: a) numericamente, as sociedades comerciais compõem a categoria de permissionário mais importante, seguida dos produtores individuais e dos comerciantes individuais; b) é reduzida a participação de sociedades de produtores e cooperativas; c) a participação de produtores individuais está praticamente restrita ao Mercado Livre e aos Barracões Metálicos; d) os Galpões Permanentes estão em quase sua totalidade ocupados por Sociedades Comerciais.

4.2. Material

Para a realização desta Dissertação foram utilizados fundamentalmente dados secundários, cujos resultados foram posteriormente apresentados a técnicos e a um conjunto de atacadistas de assídua presença na CEASA, visando a obtenção de elementos empíricos para aprimorar a discussão.

As principais fontes de levantamento destes dados junto à CEASA-Campinas foram os boletins Evolução Histórica da Quantidade Comercializada para os anos de 1981 à 1985 e 1990, e o Boletim para Captação de Informação sobre Comercialização nas CEASAs para os anos de 1986 à 1989. Para o Entrepasto Terminal de São Paulo utilizou-se o Boletim Informativo Mensal e Anual da CEAGESP para o período de 1981 à 1990.

Guardadas algumas especificidades que serão abordadas a seguir, de uma maneira geral todos os informativos fornecem os dados de preços médios mensais, quantidade comercializada e município de procedência dos produtos.

Estas informações, presentes nos citados boletins, são levantadas de maneira semelhante tanto na CEASA-Campinas como no ETSP. As informações sobre os preços praticados são obtidas através de pesquisa por amostragem realizada pela administração do entreposto nos dias de funcionamento de mercado e nos horários de maior movimento. Nesta pesquisa

levantam-se os preços máximos e mínimos mais verificados, para posterior cálculo do preço médio diário, através de uma média ponderada. Ao final do mês tem-se o preço médio mensal, que também é uma média ponderada com base no preço médio diário, na quantidade comercializada com o produto e dias de funcionamento do mercado naquele mês. A mensuração da quantidade de produto afluída ao mercado e a procedência destes produtos é feita no portão de entrada do entreposto, através das notas fiscais que acompanham as cargas dos caminhões assim como pela equipe de funcionários da Central.

A diferença destes informativos está na forma de apresentação das quantidades comercializadas. Enquanto na CEASA-Campinas os dados estão em quilogramas de produto, no ETSP há uma unidade de medida específica para cada tipo de produto, que no caso dos produtos analisados nesta Dissertação são: Banana Climatizada - caixa de 21,00 Kg; Laranja - caixa de madeira de 27,00 Kg; Alface - engradado de 12,00 Kg; Repolho - saco de 30,00 Kg; Cenoura - caixa tipo K de 25,00 Kg; Tomate - caixa tipo K de 25,00 Kg; Batata - saco de 60,00 Kg e Cebola em saco de 20,00 Kg. Os dados de quantidade do ETSP foram convertidos para a unidade quilograma, através da multiplicação da quantidade comercializada pelo peso líquido das diferentes embalagens, apenas quando se realizou análises da participação relativa dos produtos na quantidade e no valor total/setorial transacionado.

No levantamento dos dados secundários junto à

CEASA-Campinas constatou-se a inexistência dos seguintes registros: para a banana nanica, quantidade e preço em dezembro/1985; para a laranja pera, preço em dezembro/1985; para a alface, quantidade e preço em julho/1984 e fevereiro/1986; para o tomate Santa Cruz, preço em dezembro/1985; para a batata, preço em dezembro/1985 e para a cebola, preço em setembro/1981. Adotou-se o seguinte método de interpolação dos dados faltantes: no caso das quantidades, calculou-se a média aritmética entre os valores daquele mesmo mês no ano anterior e posterior; no caso dos preços, calculou-se a média aritmética entre os preços praticados no mês anterior e posterior do mesmo ano, ou do ano subsequente quando o registro faltante estava no mês de dezembro. A possibilidade de ocorrência de erro com esta interpolação fica minimizada na medida em que a composição das séries temporais de preços e quantidades contemplou dez anos, indo de 1981 a 1990.

Outro problema enfrentado com os dados da CEASA-Campinas refere-se à banana nanica. De 1981 à 1985 os boletins Evolução das Quantidades Comercializadas registram separadamente as informações sobre banana nanica climatizada e não climatizada, de 1986 em diante não é mais registrada esta separação. Assim, optou-se pela somatória das quantidades de banana climatizada e a não climatizada por Microrregião de procedência, no período 1981/85, já que a unidade de medida era a mesma, ou seja, quilograma. Quanto aos preços, calculou-se a média ponderada entre os preços da

banana climatizada e não climatizada, resultando em um preço médio em moeda corrente por quilograma de produto.

Complementando o levantamento dos dados secundários, foram realizadas quatro entrevistas pessoais com dois técnicos do Departamento de Atacado da CEASA-Campinas e dois técnicos do Departamento de Economia da CEAGESP. Estas entrevistas tiveram apenas um caráter de discussão de algumas questões de natureza qualitativa. Os dados sobre o padrão sazonal de quantidade e preços dos produtos no ETSP foram obtidos pelo documento "Índice de Variação Estacional (IVE) - Relativos às Quantidades e Preços nos Principais Produtos Hortigranjeiros Comercializados no ETSP - Período 1981 à 1988" (14). Este é um documento técnico de circulação interna, produzido pelo Departamento de Economia da CEAGESP. A determinação do padrão de variação sazonal da série temporal de preços e quantidades dos principais hortigranjeiros na CEASA-Campinas foram objeto de trabalho desta Dissertação.

Por fim, teve-se acesso também ao Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Implantação da CEASA-Campinas realizado pela Prefeitura Municipal de Campinas e pela Sociedade Civil de Planejamento Ltda (SOCIPLAN), realizado em 1971, bem como a Relatórios Técnicos Internos do Departamento de Atacado da CEASA-Campinas.

(14) A análise da metodologia de cálculo utilizada neste documento mostrou tratar-se de índices de variação sazonal e não índices de variação estacional. Maiores explicações sobre a diferença entre os dois índices encontram-se no item 4.3.2 deste capítulo.

4.3. Métodos

4.3.1. Seleção dos Produtos

Tendo em vista as dificuldades metodológicas em se trabalhar com um mercado tão complexo e heterogêneo como é o de hortigranjeiros, optou-se pela seleção de alguns produtos principais. O critério de seleção dos produtos foi a maior representatividade dentro dos setores de comercialização. Esta representatividade foi calculada a partir dos dados de quantidade comercializada e valor comercial do produto junto à CEASA-Campinas.

O primeiro corte feito referiu-se aos setores de comercialização, apresentados nas Tabelas 8 e 9, que resultou na seleção de quatro setores: a) Frutas Nacionais; b) Folhas, Flores e Hastes; c) Frutos e, d) Raízes, Tubérculos, Bulbos e Rizomas. O setor de Frutas Importadas foi excluído por apresentar uma pequena participação relativa (2.24%) em termos de quantidade comercializada em comparação a outros setores, apesar de figurar como o quarto setor em importância no valor comercial.

Em seguida, para cada setor de comercialização selecionado, elegeram-se os principais produtos em termos de quantidade comercializada e valor comercial, conforme apresentado nas Tabelas 11 e 12. Entrevistas junto a técnicos da CEASA-Campinas e do ETSP confirmaram a indicação dos seguintes produtos como sendo os principais: banana nanica e

laranja pera no setor de Frutas Nacionais; alface e repolho no setor de Folhas, Flores e Hastes; cenoura e tomate Santa Cruz no setor de Frutos; e, batata e cebola no setor de Raízes, Tubérculos, Bulbos e Rizomas.

A título de mensurar a representatividade destes produtos em termos da quantidade comercializada, a Tabela 11 mostra que, na média do período de 1981/90, a banana nanica (com 18.86%) e a laranja pera (com 25.38%), compuseram 44.24% do setor de Frutas Nacionais; a alface com 20.11% e o repolho com 32.65% formaram 52.76% do setor de Folhas, Flores e Hastes; a cenoura com 11,96% e o tomate com 49.99%, responderam por 61.95% do setor de Frutos e, por fim, 61.98% do setor de Raízes, Tubérculos, Bulbos e Rizoma, são provenientes da batata comum (40.03%) e da cebola (21.95%).

Em termos de valor comercial, constata-se, pela Tabela 12, que no período de 1987/90 a banana nanica com 9.11% e a laranja pera com 12.93% representavam, em média, 22.04% do valor total transacionado no setor de Frutas Nacionais. A alface com 17.22% e o repolho com 14.21%, responderam em conjunto por cerca de 31.43% do setor de Folhas, Flores e Hastes. No setor de Frutos, cerca de 62.52% do valor transacionado ocorreu pela comercialização da cenoura (12.21%) e do tomate Santa Cruz (50.31%). Por fim, aproximadamente 55.86% do valor global do setor de raízes, Tubérculos, Bulbos e Rizomas foram provenientes da batata comum (30.47%) e da cebola (25.39%).

TABELA 11. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NA QUANTIDADE COMERCIALIZADA POR SETOR DE COMERCIALIZACAO DA CEASA-CAMPINAS. (1981/90)

(continua)

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1981		1982		1983		1984		1985	
	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (%)
Frutas Nacionais.....	117792	100.00%	141340	100.00%	138107	100.00%	114557	100.00%	107338	100.00%
Banana Nanica..	26077	22.14%	34851	24.66%	27598	19.98%	20169	17.61%	20407	19.01%
Laranja Pera...	28883	24.52%	35475	25.10%	42053	30.45%	25765	22.49%	24963	23.26%
Folha, Flor, Haste.....	27750	100.00%	29124	100.00%	24072	100.00%	28030	100.00%	25421	100.00%
Alface.....	6841	24.65%	6204	21.30%	5988	24.88%	5528	19.72%	5174	20.35%
Repolho.....	9199	33.15%	10057	34.53%	7554	31.38%	10458	37.31%	10090	39.69%
Fruto.....	51880	100.00%	56448	100.00%	52997	100.00%	60304	100.00%	53096	100.00%
Cenoura.....	5138	9.90%	5981	10.59%	5758	10.86%	6731	11.16%	5754	10.84%
Tomate Sta Cruz	27173	52.38%	28802	51.02%	28937	54.60%	30292	50.23%	28140	53.00%
Raiz, Tub., Bulbo, Rizoma	37918	100.00%	42127	100.00%	38565	100.00%	46531	100.00%	39803	100.00%
Batata Comum...	14883	39.25%	17527	41.61%	13684	35.48%	19105	41.06%	17191	43.19%
Cebola.....	9582	25.27%	8700	20.65%	9138	23.69%	9977	21.44%	7634	19.18%

TABELA 11. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NA QUANTIDADE COMERCIALIZADA POR SETOR DE COMERCIALIZACAO DA CEASA-CAMPINAS. (1981/90)

											(conclusao)
SETOR DE COMERCIALIZACAO	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA (X)
	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (X)	ABSOLUTA (t)	RELATIVA (X)	
Frutas Nacionais.....	147977	100.00X	150234	100.00X	145629	100.00X	170364	100.00X	198140	100.00X	
Banana Manica..	27150	18.35X	28175	18.75X	26972	18.52X	27986	16.43X	26102	13.17X	18.86X
Laranja Pera...	33910	22.92X	42594	28.35X	32119	22.06X	45293	26.59X	55670	28.10X	25.38X
Folha, Flor, Haste.....	27710	100.00X	27521	100.00X	31298	100.00X	32781	100.00X	24630	100.00X	
Alface.....	5552	20.03X	4862	17.67X	5222	16.68X	5269	16.07X	4872	19.78X	20.11X
Repolho.....	8151	29.42X	8220	29.87X	9344	29.85X	10497	32.02X	7199	29.23X	32.65X
Fruto.....	56866	100.00X	55525	100.00X	64187	100.00X	70482	100.00X	76270	100.00X	
Cenoura.....	6966	12.25X	7316	13.18X	8827	13.75X	9536	13.53X	10345	13.56X	11.96X
Tomate Sta Cruz	26153	45.99X	26967	48.57X	31970	49.81X	33039	46.88X	36137	47.38X	49.99X
Raiz, Tub., Bulbo, Rizoma	43763	100.00X	49734	100.00X	58413	100.00X	59818	100.00X	66554	100.00X	
Batata comum...	15441	35.28X	18684	37.57X	26845	45.96X	23986	40.10X	27147	40.79X	40.03X
Cebola.....	11291	25.80X	10708	21.53X	11737	20.09X	12782	21.37X	13643	20.50X	21.95X

FONTE: CEASA-Campinas

TABELA 12. PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS HORTIGRANJEIROS NO VALOR TRANSACIONADO POR SETOR DE COMERCIALIZACAO DA CEASA-CAMPINAS. (1987/90).

SETOR DE COMERCIALIZACAO	1987		1988		1989 (1)		1990 (2)		PARTICIPACAO MEDIA
	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil Cz\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil NCz\$)	RELATIVA (%)	ABSOLUTA (mil Cr\$)	RELATIVA (%)	
Frutas Nacionais.....	1485.94	100.00X	13349.44	100.00X	210321.00	100.00X	6004475.50	100.00X	
Banana Nanica..	149.19	10.04X	1127.58	8.45X	17336.10	8.24X	583107.73	9.71X	9.11X
Laranja Pera...	214.38	14.43X	1797.87	13.47X	22194.00	10.55X	797898.68	13.29X	12.93X
Folha,Flor,Haste.....	342.53	100.00X	2219.84	100.00X	27816.92	100.00X	1055191.17	100.00X	100.00X
Alface.....	60.90	17.78X	347.61	15.66X	4711.52	16.94X	195348.10	18.51X	17.22X
Repolho.....	82.20	24.00X	254.78	11.48X	3292.51	11.84X	100402.76	9.52X	14.21X
Fruto.....	579.34	100.00X	3973.79	100.00X	78265.86	100.00X	2638240.98	100.00X	100.00X
Cenoura.....	68.19	11.77X	557.50	14.03X	8020.15	10.25X	337149.59	12.78X	12.21X
Tomate Sta Cruz	271.57	46.88X	1983.51	49.91X	42724.10	54.59X	1315326.99	49.86X	50.31X
Raiz,Tub.,Bulbo,Rizoma	460.14	100.00X	4251.84	100.00X	60505.63	100.00X	2239789.28	100.00X	100.00X
Batata Comun...	132.66	28.83X	1247.67	29.34X	20495.46	33.87X	667892.97	29.82X	30.47X
Cebola.....	96.49	20.97X	1289.68	30.33X	15071.19	24.91X	567610.92	25.34X	25.39X
Demais Setores.....	430.96		2676.05		48192.14		1800380.90		
TOTAL.....	3298.91		26470.96		425101.55		13738077.83		

FONTE: CEASA-Campinas

(1) janeiro/89: mudanca da moeda de cruzado para cruzado novo com corte de tres zeros.

(2) marco/90: mudanca da moeda de cruzado novo para cruzeiro.

Em resumo, para a definição do conjunto de produtos estudados neste trabalho percorreu-se a seguinte seqüência: primeiro foram escolhidos os setores de comercialização mais importantes na CEASA-Campinas, através do critério de representatividade em relação à quantidade total comercializada no período de 1981/90 e ao valor total transacionado no período de 1987/90. Segundo, a partir deste primeiro corte foram extraídos os produtos mais representativos de cada setor de comercialização, definindo-se assim o seguinte grupo de hortigranjeiros: banana nanica, laranja pera, alface, repolho, cenoura, tomate Santa Cruz, batata comum e cebola.

4.3.2. Variação Estacional

Para a determinação do padrão de variação estacional de preços e quantidades dos produtos comercializados na CEASA-Campinas utilizou-se o Método de Médias Móveis em Modelo Multiplicativo, através do programa computacional STATGRAPHICS - Statistical Graphics System (1987).

Séries temporais $(Z_1, \dots, Z_N)$ de quantidade ou de preço de produtos agrícolas podem ser expressas, no caso de modelo multiplicativo, pelo produto de três componentes: uma tendência (T_t) , uma componente sazonal (S_t) e um termo aleatório (a_t) :

$$Z_t = T_t \cdot S_t \cdot a_t, \quad t = 1, \dots, N \quad (1)$$

onde Z_t referem-se aos preços ou quantidades de um determinado produto, mês a mês, durante n anos, que também pode ser representado por Z_{ij} , onde $i = 1, \dots, n$ indica o ano e $j = 1, \dots, 12$ indica o mês.

A componente sazonal, de interesse para este estudo, é estimada no Método de Médias Móveis (Método Não-paramétrico) pelo seguinte procedimento:

a) estimativa da T_t

$$\hat{T}_t = \sum_{j=-k}^k c_j Z_{t+j}, \quad t = k+1, \dots, N-k \quad (2)$$

b) dado (1) estimamos T_t através de (2) e consideramos

$$Y_t = \frac{Z_t}{\hat{T}_t} \quad (3)$$

Esta série, denominada série livre de tendência fornecerá meios para estimar S_t ;

c) as componentes sazonais, supostas constantes, são estimadas através das médias dos meses (estamos supondo $s=12$):

$$\bar{Y}_{.j} = \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} Y_{ij}, \quad j = 1, \dots, 12 \quad (4)$$

Como a soma dos $Y_{.j}$ em geral não é zero, tomamos como uma das constantes sazonais

$$\hat{S}_j = \frac{\bar{Y}_{.j}}{\bar{Y}}, \quad (5)$$

onde
$$\bar{Y} = \frac{1}{12} \sum_{j=1}^{12} Y_{.j}; \quad (6)$$

No caso de modelo multiplicativo, por (5), $\sum_{j=1}^{12} \hat{S}_j = 1$

Multiplicando-se os valores de $\hat{S}_j$ por 100 obtêm-se os índices sazonais que caracterizam o padrão de variação estacional do preço (ou quantidade) do produto.

Em síntese, o índice sazonal mostra se os preços ou quantidades do produto num determinado mês estão abaixo ou acima da média anual do período analisado cujo índice é igual a 100.

A amplitude dos índices sazonais, que de certa forma mede a magnitude de oscilação dos preços ou das quantidades no decorrer do ano, é calculada pela diferença entre o maior e o menor índice médio observado.

Por fim, segundo HOFFMANN (1980), para o cálculo dos índices sazonais de preços pode-se utilizar tanto os preços correntes como os preços reais. Entretanto, como o efeito da inflação é captado pela média móvel, ele é praticamente eliminado quando, para obter-se os índices sazonais, divide-se o preço mensal pela correspondente média móvel. O autor afirma que "os índices obtidos a partir dos preços correntes são muito semelhantes aos obtidos utilizando preços reais; portanto, é indispensável calcular previamente os preços reais". Assim, adotou-se para este trabalho os preços médios mensais correntes.

4.3.3. Procedência dos Produtos

A partir dos dados estatísticos contidos nos informativos Evolução Histórica da Quantidade Comercializada e no Boletim para Captação de Informações sobre Comercialização da CEASA-Campinas e nos Boletins Informativos Mensais e Anuais da CEAGESP para o Entrepósito Terminal de São Paulo (ETSP), foram elaboradas planilhas contendo as informações relativas às quantidades afluídas a estes mercados dos seguintes produtos: banana nanica, laranja pera, alface, repolho, cenoura, tomate para mesa, batata e cebola para o período de 1981 a 1990, segundo suas Microrregiões de procedência.

Estas duas Centrais de Abastecimento adotam como primeira unidade de agregação de dados as Microrregiões Homogêneas (MRH)⁽¹⁸⁾ definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) para realização do Censo Agropecuário, e como segunda unidade de agregação os Estados da Federação. Adotou-se neste estudo a Microrregião Homogênea como unidade de análise da procedência dos produtos.

Tanto para a CEASA-Campinas como para o ETSP foram elaboradas planilhas específicas para cada tipo de produto para cada ano do período 1981/90. As planilhas contém na primeira coluna as Microrregiões expendedoras, nas doze

⁽¹⁸⁾ Microrregião Homogênea (MRH) é o termo utilizado pela FIBGE para designar cada pequena região que apresente características sócio-econômicas e edafo-climáticas semelhantes dentro das Unidades da Federação, num total de 361 MRHs.

colunas seguintes inseriu-se as quantidades de produtos provenientes de cada Microrregião para todos os meses do ano; a décima-quarta coluna fornece a quantidade total do produto proveniente de cada Microrregião; na décima-quinta coluna procedeu-se o cálculo da participação percentual de determinada Microrregião em relação ao total afluído ao mercado naquele ano. A penúltima linha da planilha mostra o total comercializado do produto, procedente de todas as Microrregiões, para cada mês e o total anual global. Na última linha entram os preços médios mensais praticados no mercado.

A partir da participação percentual da Microrregião no total anual global comercializado com o produto, selecionou-se aquelas Microrregiões que pelo menos uma vez, durante o período estudado, tivesse uma participação relativa de no mínimo 10%.

Assim, foi possível identificar as principais Microrregiões Homogêneas expendedoras dos produtos estudados para os dois entrepostos de comercialização de hortigranjeiros.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira apresenta os resultados e a discussão a respeito do padrão de variação sazonal de preço e quantidade dos principais hortigranjeiros, nos mercados atacadistas da CEASA-Campinas e do Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) da CEAGESP. A segunda seção aborda as questões relativas à origem destes produtos afluídos aos dois mercados em termos de Microrregiões Homogêneas (MRH) de procedência. Uma questão que deve ser colocada de início, pois será retomada ao longo das discussões que se seguem, é que a CEASA-Campinas, mesmo sendo uma das maiores Centrais de Abastecimento do país, é cerca de dez vezes menor que o ETSP, tanto no que se refere à quantidade total comercializada quanto ao valor transacionado (ver Tabelas 6, 7, 11, 12). Isto, aliado ao fato que os dois mercados encontram-se localizados muito próximos, implica em forte influência do mercado de São Paulo em relação ao de Campinas. Por outro lado, como apontaram diversos autores, a formação de preços no mercado de produtos hortigranjeiros ocorre num ambiente de praticamente inexistência de estoque, pelo alto grau de perecibilidade da maioria dos produtos, que

resulta em elevados custos de conservação; além de elevada flexibilidade renda. Assim sendo, verifica-se forte instabilidade nos movimentos dos preços. (OLIVEIRA, 1990; GRAZIANO DA SILVA, 1986; GRAZIANO DA SILVA & QUEDA, 1977; AGUNE, 1982; PEROSA, 1985; MALUF, 1988).

5.1. Padrão de Variação Sazonal de Preço e Quantidade na CEASA-Campinas e no ETSP.

5.1.1. Banana

O padrão de variação sazonal de preço da banana nanica comercializada na CEASA-Campinas, expresso na Figura 1 e na Tabela 13 (Anexo I), registra índices maiores que a média anual no período de setembro a janeiro e menores que a média de fevereiro a agosto. Outubro é o mês de maior preço e julho o de menor. A amplitude de variação dos índices de preço é 33,1340, indicando uma pequena variação de preços no decorrer do ano.

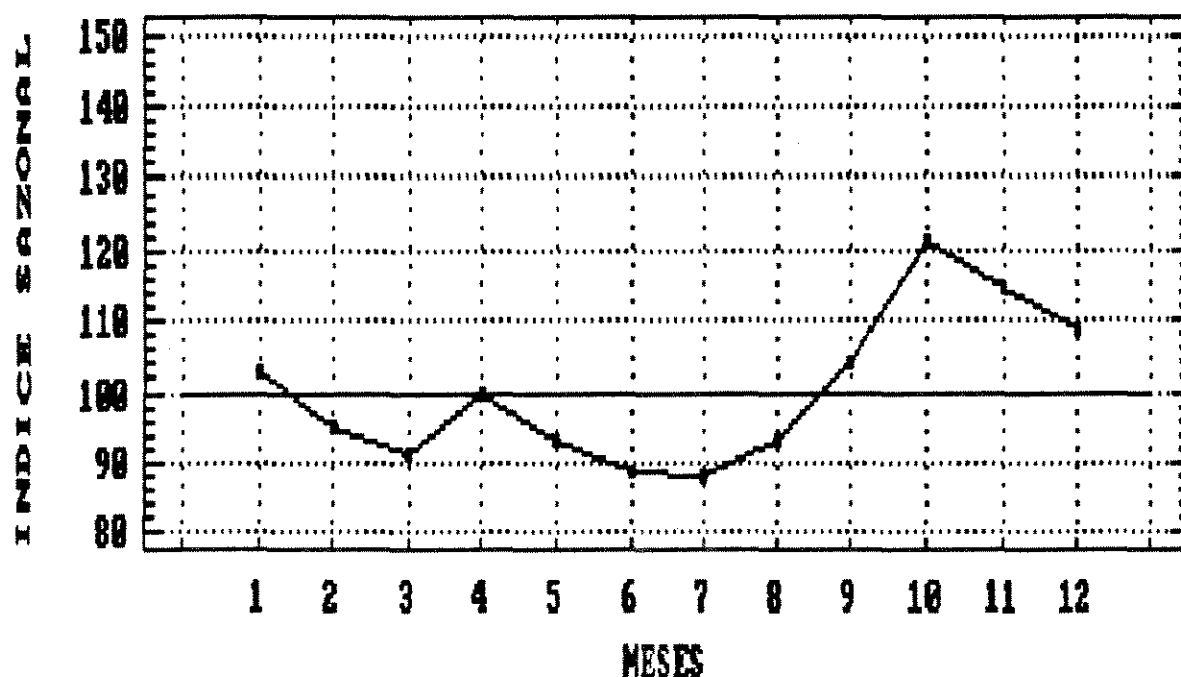


FIGURA 1. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE BANANA NANICA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Os maiores índices sazonais de quantidade ocorrem nos períodos de fevereiro a março e de julho a agosto; as menores ofertas vão de abril a junho e de setembro a janeiro. O maior índice sazonal de quantidade ocorre em fevereiro e o menor em junho. A amplitude de variação dos índices sazonais de quantidade é 12,4543, indicativo de grande estabilidade da oferta ao longo do ano ou seja, tanto os aumentos como as reduções nas ofertas são relativamente pequenas (Figura 2; Tabela 13- Anexo I).

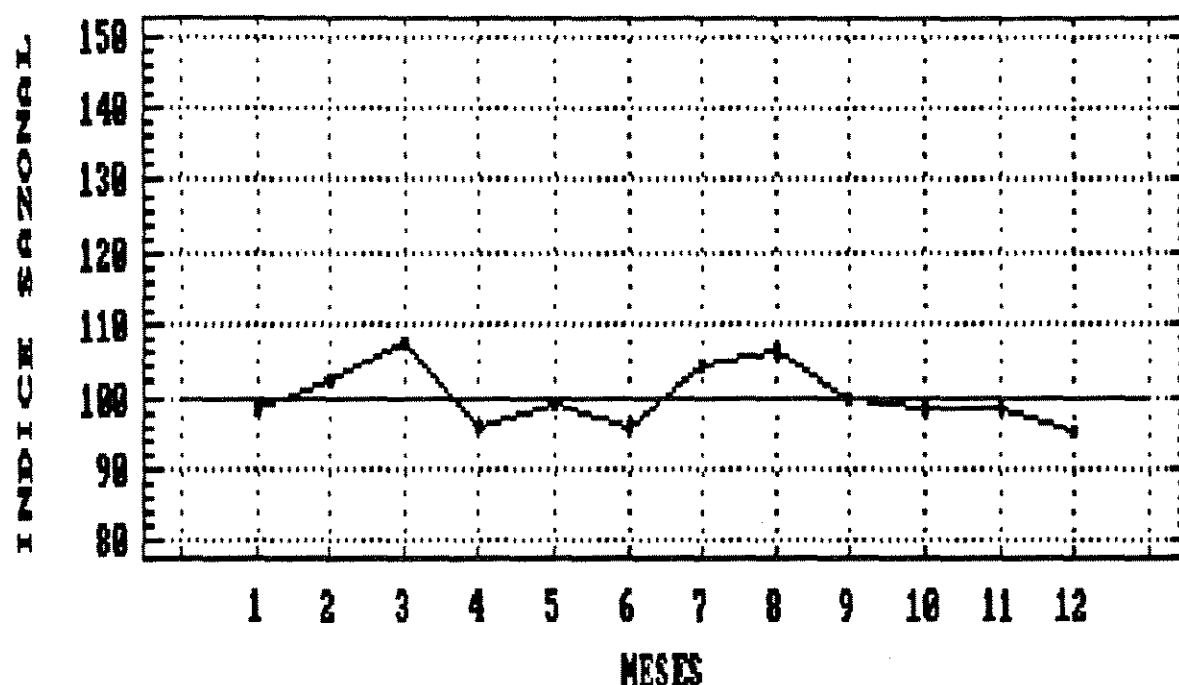


FIGURA 2. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE BANANA NANICA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Em nível do ETSP, as estatísticas da CEAGESP relativas à comercialização de banana nanica não climatizada, (Figura 3; Tabela 14- Anexo I), acusam a ocorrência de

tendência altista nos preços nos meses de agosto, setembro e outubro; período este de redução da oferta decorrente principalmente da incidência de frio nos meses anteriores. (A ascensão dos hortícolas, 1984). O período de menores preços vai de fevereiro a agosto, sendo o mês de menor índice sazonal o de julho. A amplitude dos índices sazonais é 50, indicando a ocorrência de oscilações de preços ao longo do ano.

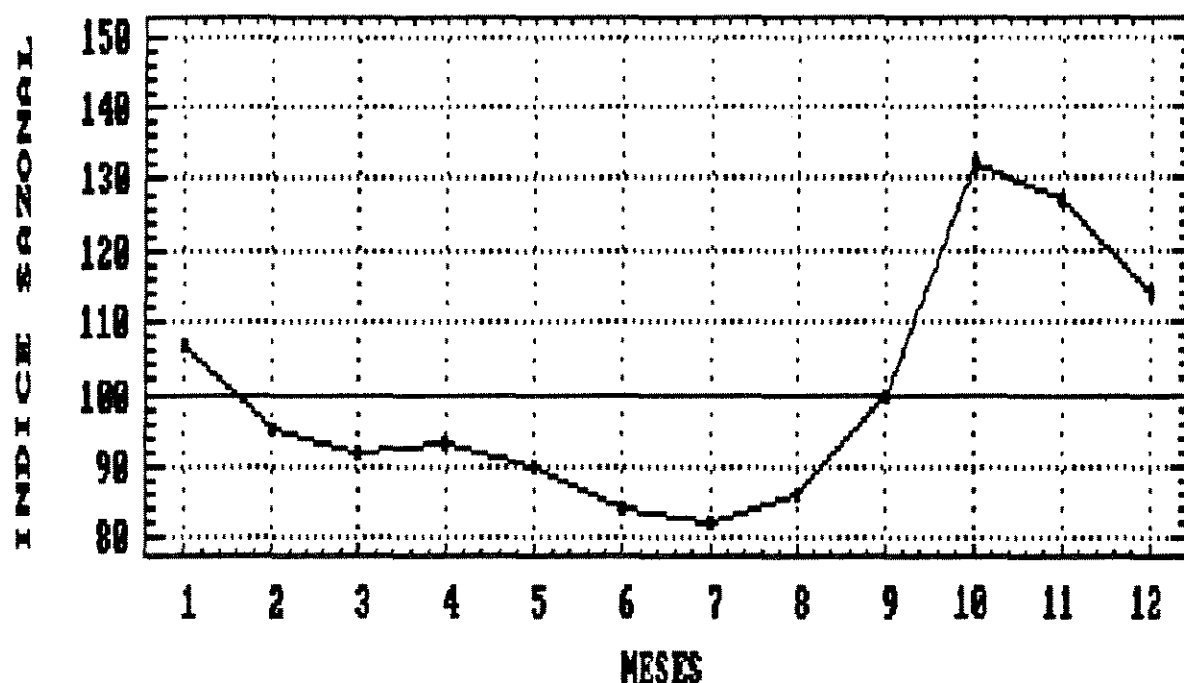


FIGURA 3. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE BANANA NA-NICA NÃO CLIMATIZADA. ETSP. (1981/88).

O padrão sazonal de quantidade tem características inversas ao de preços, exceto no período de abril a junho onde coincide menores ofertas e menores preços, como

verificado na CEASA-Campinas, que no entanto não são significativamente relevantes. O maior índice sazonal de quantidade ocorre em março e o menor em novembro. A amplitude dos índices sazonais de quantidade é 46, indicativo que a oferta não é estável ao longo do ano, como é de se esperar no comércio de banana verde. (Figura 4; Tabela 14-Anexo I).

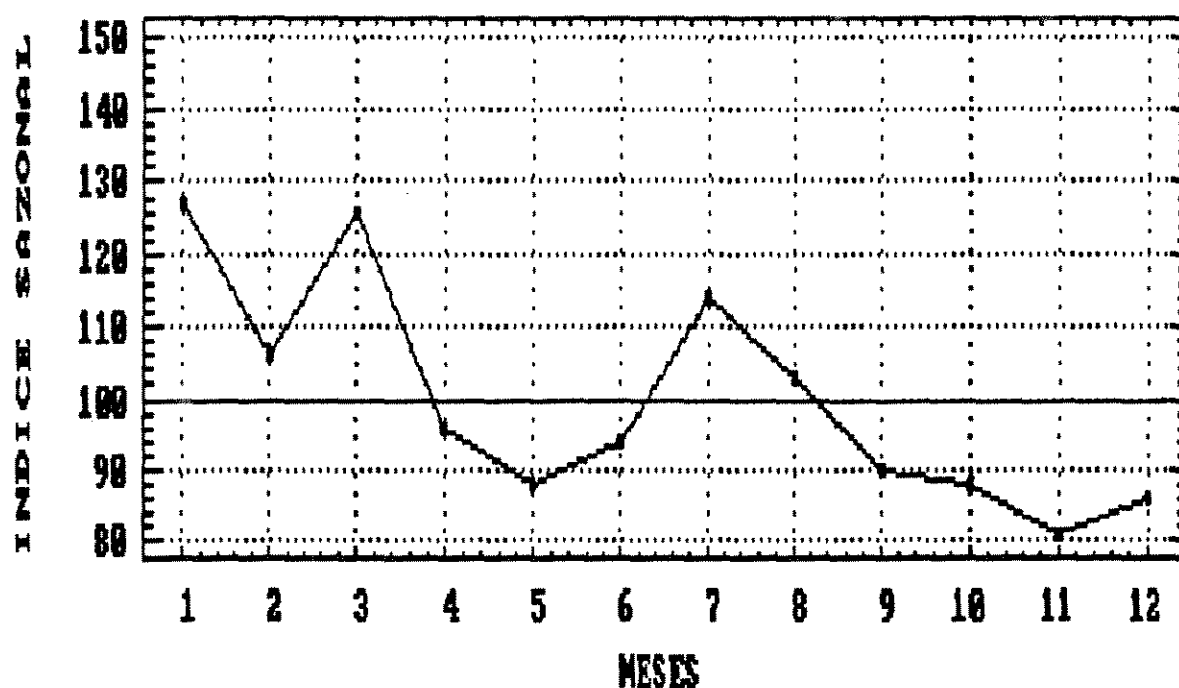


FIGURA 4. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE BANANA NANICA NÃO CLIMATIZADA. ETSP. (1981/88).

No caso da banana nanica climatizada (Figura 5; Tabela 14-Anexo I), os índices sazonais de preços também apresentam tendência altista a partir de agosto, atingindo o máximo em outubro e decaindo nos meses posteriores. A amplitude de variação dos índices sazonais de preço é maior

para a banana climatizada (65) que para a não climatizada, por ser um produto de melhor qualidade e que alcança maior cotação de preço. Em termos da oferta, os índices sazonais tendem a se localizar próximo à média anual, como pode ser constatado pela baixa amplitude de variação dos índices sazonais que é 18. (Figura 6; Tabela 14-Anexo I)⁽¹⁷⁾.

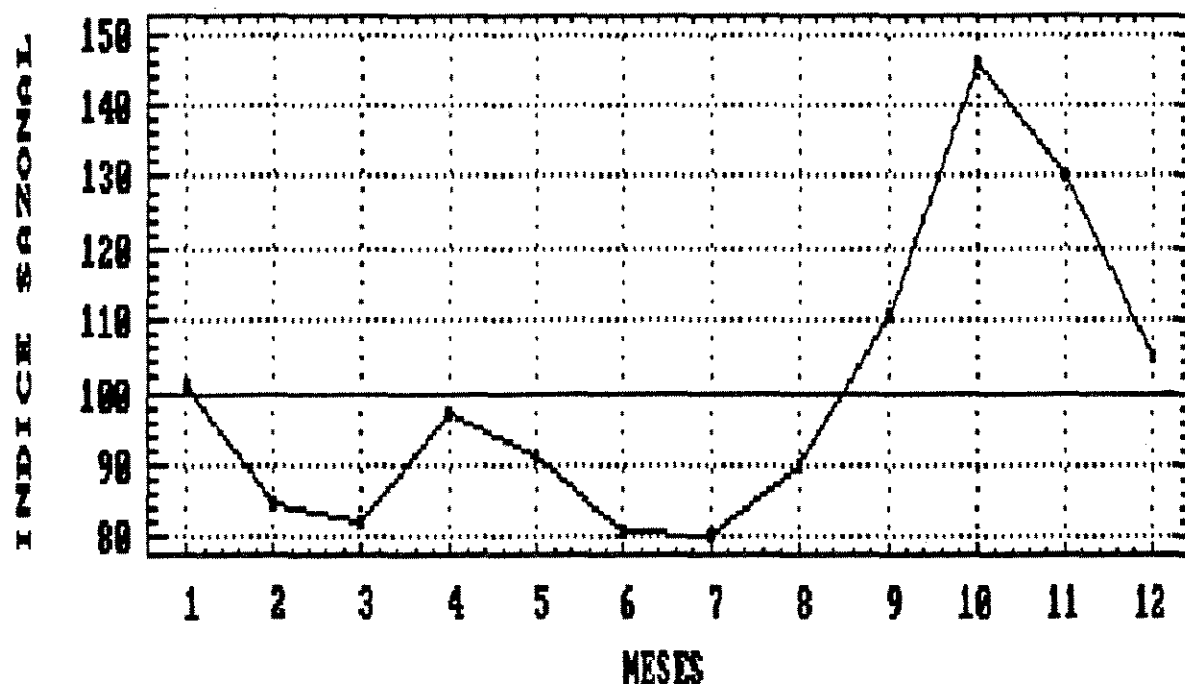


FIGURA 5. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE BANANA NATIVA CLIMATIZADA. ETSP. (1981/88).

⁽¹⁷⁾ Cabe lembrar que os resultados aqui apresentados a respeito de banana climatizada referem-se aqueles produtos que já chegaram no mercado nesta condição, ou seja, receberam tratamento de amadurecimento fora do ETSP, na zona de produção ou em outro local. Em termos quantitativos o comércio de banana climatizada e não climatizada (banana verde) no ETSP é bastante equilibrado, girando em torno de 50% para cada tipo.

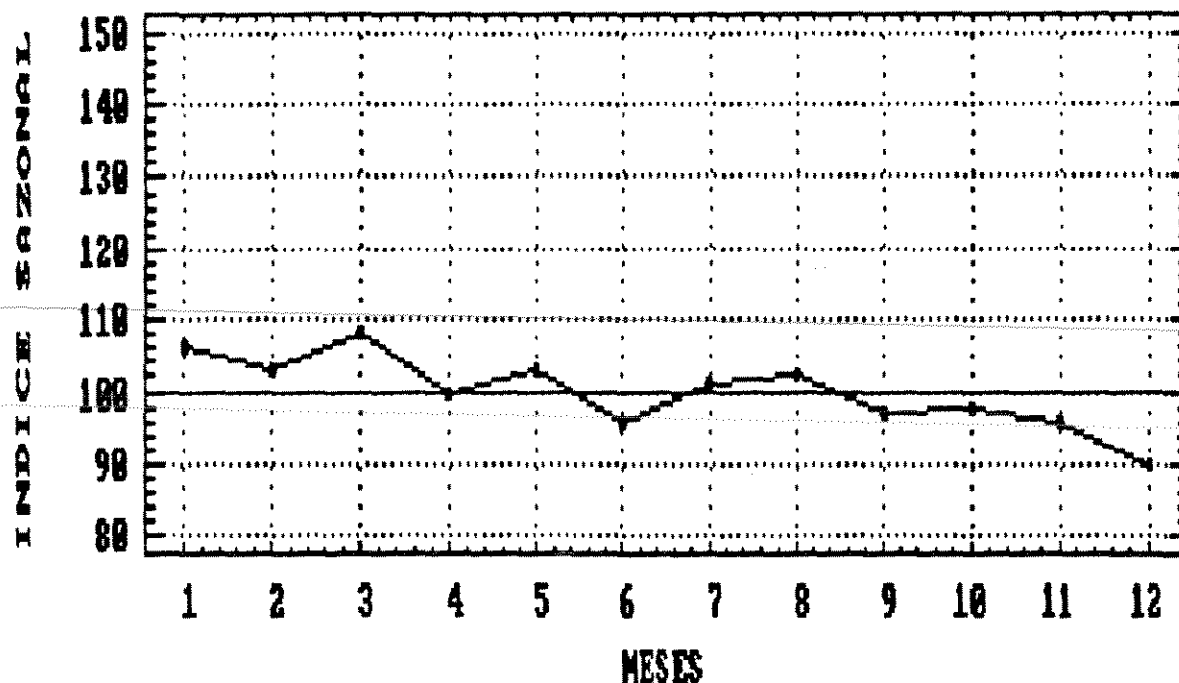


FIGURA 6. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE BANANA NANICA CLIMATIZADA. ETSP. (1981/88).

Uma análise comparativa a respeito de sazonalidade na comercialização de banana na CEASA-Campinas no ETSP apresenta algumas limitações já que na primeira não há uma separação entre banana climatizada e não climatizada. Mesmo assim, pode-se perceber que em geral os padrões de variação sazonal de preços são semelhantes nos dois mercados e se caracterizam por dois períodos básicos: de setembro a janeiro onde os preços são maiores que a média anual e outro de fevereiro a agosto onde os preços são menores. Quanto ao padrão de variação sazonal de quantidade, observa-se uma relativa estabilidade na oferta ao longo do ano, isto porque as condições edafo-climáticas das principais regiões produtoras de banana nanica no Estado de São Paulo (Baixada Santista e Baixada do Ribeira, segundo MOREIRA, 1987), permitem o

plantio em praticamente todas as épocas do ano e em consequência colheitas equilibradas, com alguma restrição apenas nos meses mais frios em razão de possíveis geadas.

5.1.2. Laranja

O padrão de variação sazonal de preço da laranja pera no mercado atacadista da CEASA-Campinas registra maiores índices sazonais nos meses de janeiro a abril, sendo que em março ocorrem os maiores preços. No período de maio a dezembro os índices sazonais de preços ficam abaixo da média anual, localizando-se em setembro o menor índice. A amplitude de variação dos índices de preço é igual a 44,6818, indicando de ocorrência de instabilidade de preços ao longo do ano. (Figura 7; Tabela 13-Anexo I).

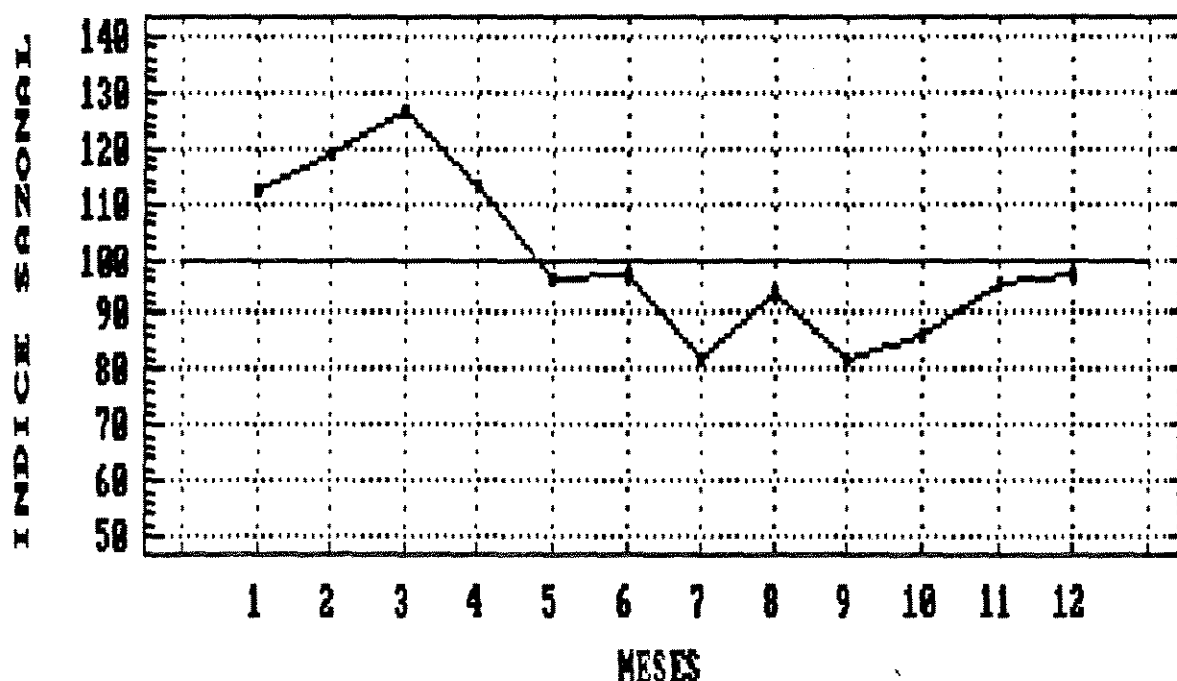


FIGURA 7. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE LARANJA PERA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Em termos da oferta, os maiores índices sazonais são observados no período de setembro a março, com o maior índice localizado no mês de novembro. Especificamente no período de janeiro a março, apesar de registrar índices sazonais de quantidade acima da média, os preços também são mais elevados, isto provavelmente em razão do maior consumo desta fruta na época do verão. A partir de março as ofertas tendem a se reduzir até um patamar mínimo em junho, quando então tornam a se elevar. A amplitude de variação dos índices sazonais de quantidade é 86,2211, evidenciando que a oferta de laranja pera ao mercado atacadista da CEASA-Campinas é instável ao longo do ano. (Figura 8; Tabela 13-Anexo I).

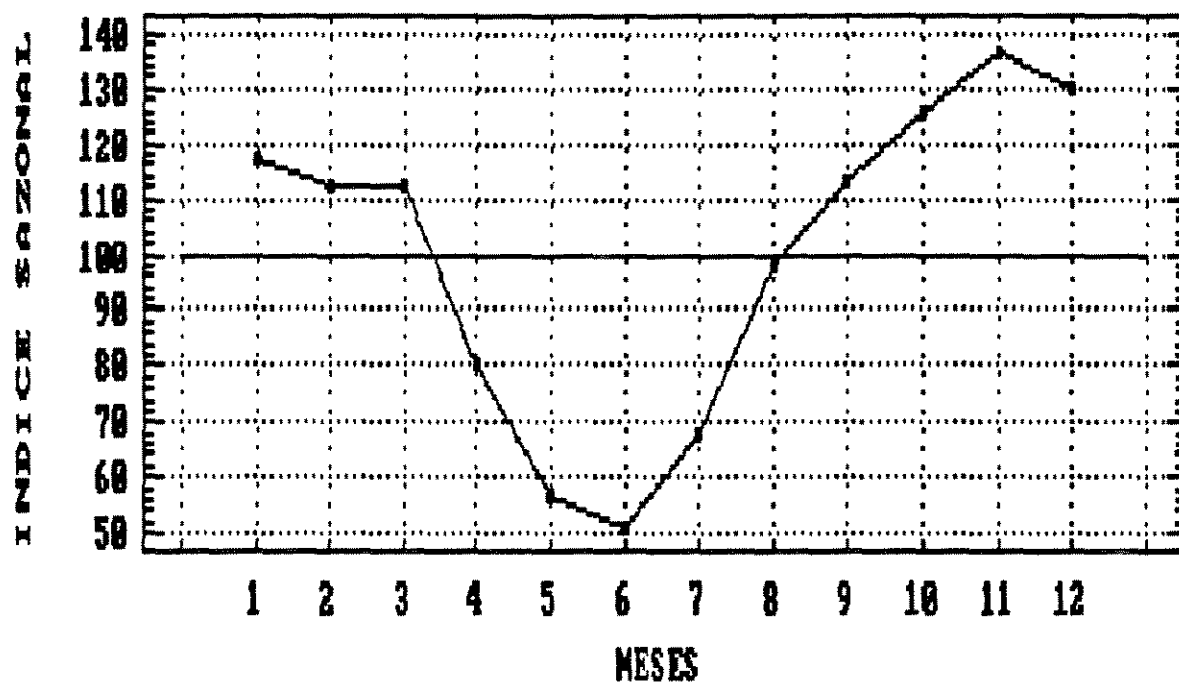


FIGURA 8. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE LARANJA PERA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Quanto ao padrão sazonal de quantidade e preço da laranja comercializada no ETSP, apresentado nos Figuras 9 e 10 e Tabela 14 (Anexo I), observa-se a ocorrência do maior índice de variação estacional de preço no mês de janeiro, decaindo nos meses seguintes até atingir o menor valor em junho, quando torna a elevar-se. Assim, pode-se caracterizar o período de fevereiro a junho como meses de tendência baixista de preços e o período de julho a janeiro como de tendência altista. Já os menores índices sazonais de quantidade ocorrem de abril a junho, e o maior em outubro. A amplitude de variação dos índices sazonais de preços é 60 e de quantidade é 28, indicando que não ocorrem grandes oscilações na oferta, porém instabilidade nos preços.



FIGURA 9. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE LARANJA. ETSP. (1981/88).

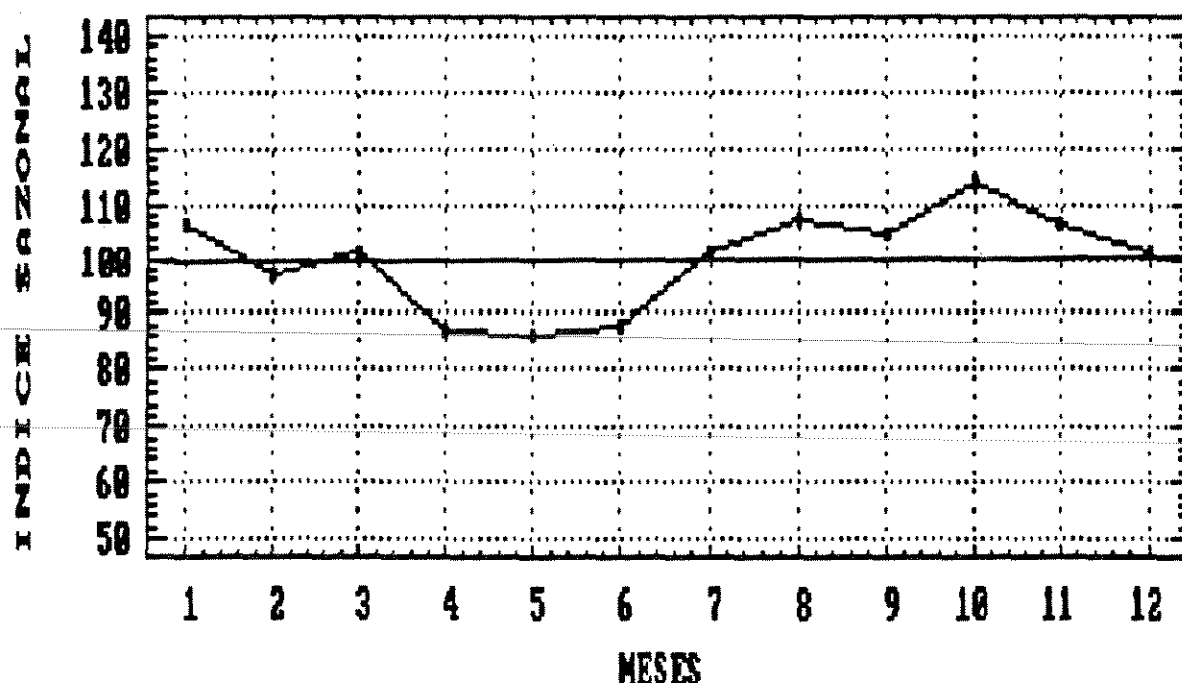


FIGURA 10. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE LARANJA. ETSP. (1981/88).

Em termos gerais observa-se que o comportamento dos preços e das ofertas de laranja pera comercializada na CEASA-Campinas e no ETSP tem um mesmo padrão, destacando-se porém duas questões. A primeira é que a amplitude de variação dos índices sazonais de preços no ETSP é maior que na CEASA-Campinas (respectivamente 60 e 44,6810) e ao contrário para a amplitude dos índices de quantidades (28 no ETSP e 86,2281 na CEASA-Campinas), apesar da região de Campinas ser um dos principais pólos de produção de laranja do Estado de São Paulo. A explicação para isto encontra-se no tamanho dos mercados, pois a comercialização de laranja pera na CEASA-Campinas representa um mercado secundário para o produto, ou seja é um mercado cerca de dez vezes menor que o ETSP (em quantidade e valor), portanto é evidente a capacidade do ETSP

de atração de produtos e definição de preços.

A segunda questão que se levanta é a coincidência de períodos de maiores preços e ofertas (de setembro a março) e de menores preços e ofertas (de abril a junho). Lembrando que a laranja pera é a variedade mais plantada no Estado de São Paulo, aproximadamente 60% dos pés em produção são desta variedade (AMARO, 1980); que a demanda por laranja pera é maior que para as demais variedades, tanto por parte da agroindústria processadora devido a obtenção de suco de melhor qualidade (MARTINELLI JUNIOR, 1987), como pelos consumidores da fruta 'in natura' (segundo PEREZ & SERRALHEIRO, 1987, cerca de 80% do total de laranja consumida pelas famílias paulistas são desta variedade); e, que a produção de laranja pera em São Paulo divide-se em duas safras: a principal, nos meses de maio a outubro, e a secundária nos demais meses do ano. Supõe-se que o comportamento semelhante de preços e ofertas seja decorrente da variação do consumo ao longo do ano (maior no verão e menor no inverno, o que é confirmado pelas entrevistas junto aos atacadistas do setor) e da concorrência entre a agroindústria citrícola e o mercado atacadista pela compra do produto.

Nos anos de preços favoráveis no mercado internacional de sucos concentrados, esta competição é bastante forte, pois, via de regra, a indústria absorve também parte da fruta que normalmente seria colocada para o consumidor, promovendo a elevação dos preços domésticos. Como

exemplo, no ano de 1983/84, em razão da quebra da safra norte-americana, a indústria entrou comprando no mercado atacadista de fruta 'in natura', causando retração de oferta de laranja para o consumidor interno e elevações de preço no atacado da ordem de 50%. Numa situação como esta, os agricultores acabam preferindo enviar sua produção à indústria de extração de suco, a preços mais vantajosos, sem arcarem com o ônus dos fretes, lavagem, classificação e embalagem do produto. (A ascensão dos hortícolas, 1984).

5.1.3. Alface

Como a maioria dos hortigranjeiros, os preços e as quantidades de alface no mercado atacadista sofrem acentuadas flutuações estacionais no decorrer do ano por razões inerentes à produção (PANDURO, 1986). Nota-se também a ocorrência de oscilações de demanda conforme a época do ano, ou seja, o consumo de alface tende a ser maior durante o verão quando o consumo de saladas se eleva devido ao calor. No caso da alface isto tem uma significativa importância pois, por ser uma hortaliça de inverno, apresenta problemas que limitam sua produção no verão, coincidindo assim, maior consumo e menor oferta, o que contribui para o aumento de preços.

Estas observações se confirmam pela análise do padrão de sazonalidade de quantidade e preço da alface a

nível do mercado atacadista.

No caso da CEASA-Campinas, o comportamento dos preços ao longo do ano pode ser dividido em dois períodos distintos: de janeiro a junho quando os índices sazonais são maiores que a média anual e de julho a dezembro, quando são menores. O maior índice ocorre em fevereiro e o menor em setembro. A amplitude de variação dos índices sazonais de preços é bastante elevada (130,0633), indicando extrema instabilidade nos preços ao longo do ano. (Figura 11; Tabela 15-Anexo I).

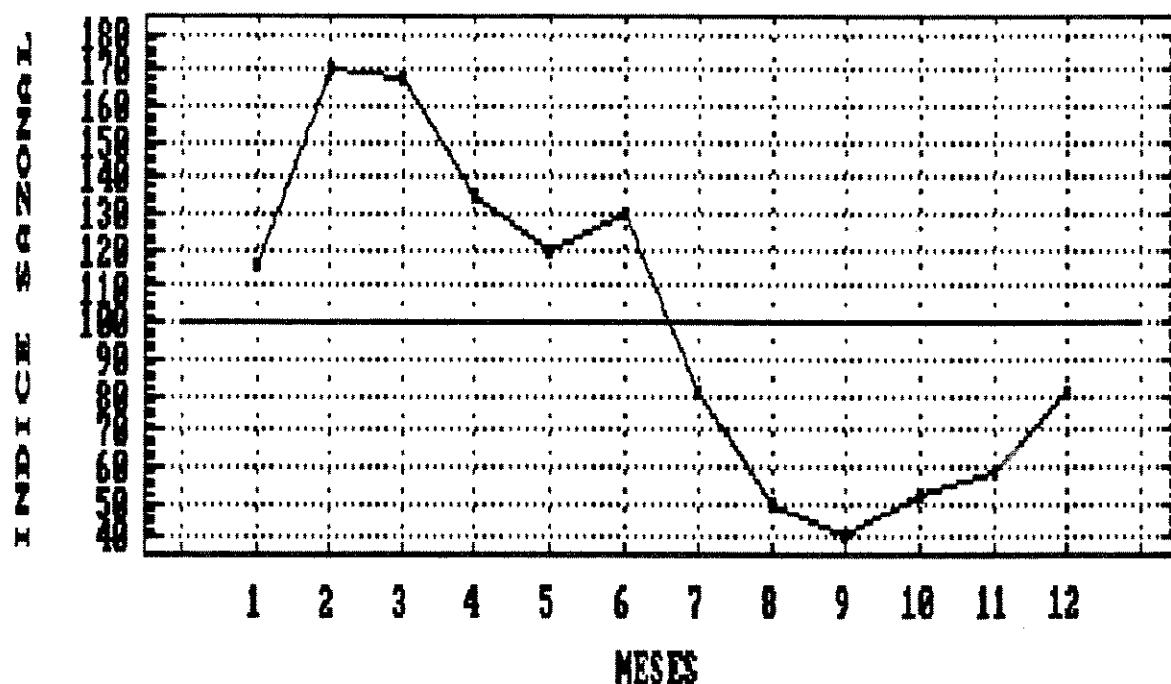


FIGURA 11. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE ALFACE.
CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Esta tendência de comportamento dos preços é, em parte, reflexo da oferta do produto, pois os períodos de menores índices de preços coincidem com os de maiores ofertas

Para o ETSP os índices de variação sazonal de preço e quantidade, apresentados nas Figuras 13 e 14 e Tabela 16 (Anexo I), configuram um padrão estacional exatamente inverso ou seja, quanto as quantidades ofertadas de alface apresentam tendência altista os preços decrescem e vice versa. Assim, observa-se a ocorrência de maiores índices de preços nos meses de fevereiro e março, sendo que nesse período registram-se as menores quantidades ofertadas. No mês de junho observa-se outra ocorrência marcante de alta nos preços e redução na oferta. O período de agosto a dezembro se caracteriza por preços menores e ofertas maiores. Tanto a amplitude de variação dos índices sazonais de preço como de quantidade são elevadas, respectivamente 118 e 56, indicativo de instabilidade de mercado, o que está de acordo com UENO & TSUNECHIRO (1989), que observaram inclusive que a amplitude de variação de preços no atacado é maior que no varejo.

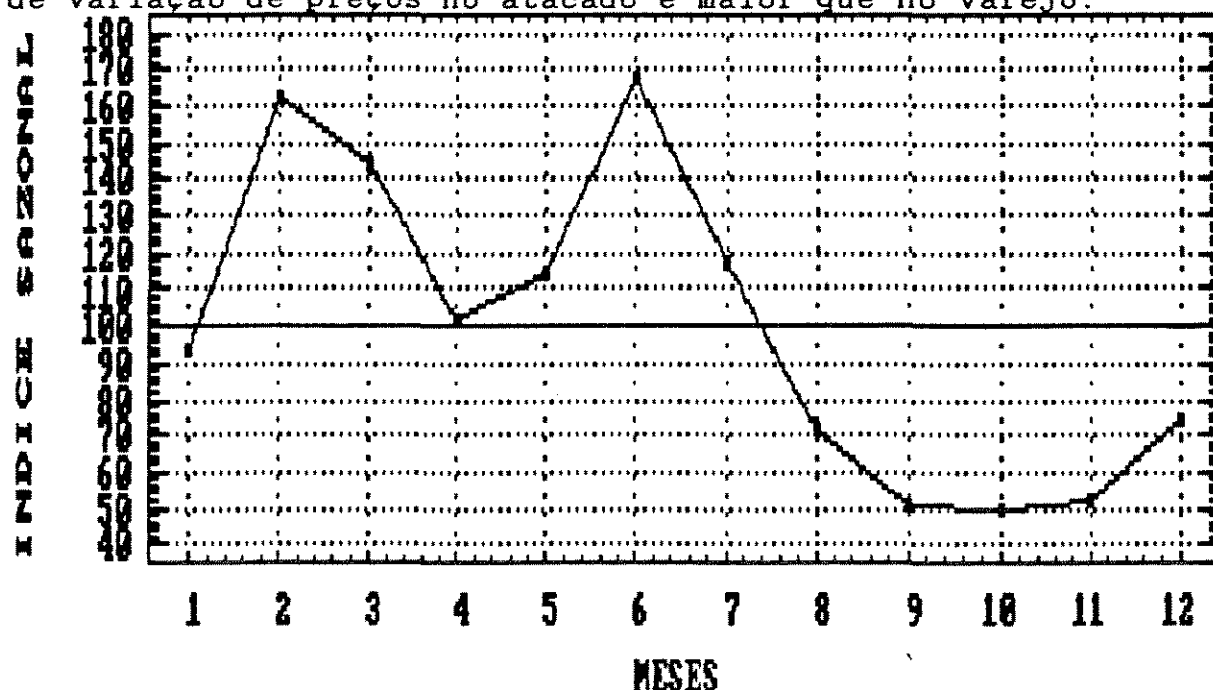


FIGURA 13. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE ALFACE. ETSP. (1981/88).

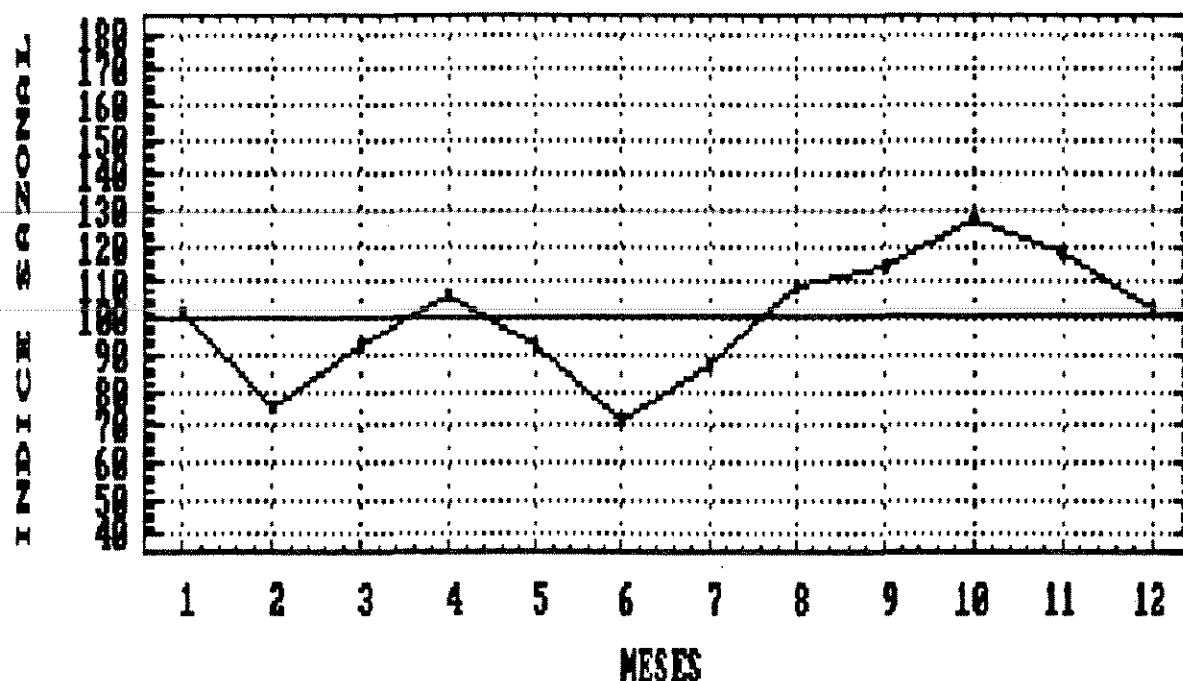


FIGURA 14. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE ALFACE. ETSP. (1981/88).

Por fim, observa-se que os padrões de sazonalidade de preço e quantidade de alface no mercado atacadista da CEASA-Campinas e do ETSP são bastante semelhantes e que, resumidamente, se caracteriza pelo período de janeiro a março em que os preços são relativamente maiores e as ofertas menores, e outro período, de agosto a novembro, onde os preços são menores e as ofertas maiores, em razão de restrições tecnológicas para a produção de alface nos períodos mais quentes do ano e por ser esta a época de maior consumo do produto, como apontaram os atacadistas entrevistados junto à CEASA-Campinas.

5.1.4. Repolho

A comercialização de repolho no mercado atacadista da CEASA-Campinas registra os maiores índices sazonais de preço no período de fevereiro a julho e os menores de agosto a dezembro. Junho é o mês de maior índice e dezembro o de menor. A amplitude de variação dos índices sazonais de preços é 81,8844, indicativo de instabilidade de preços ao longo do ano. (Figura 15; Tabela 15 - Anexo I).

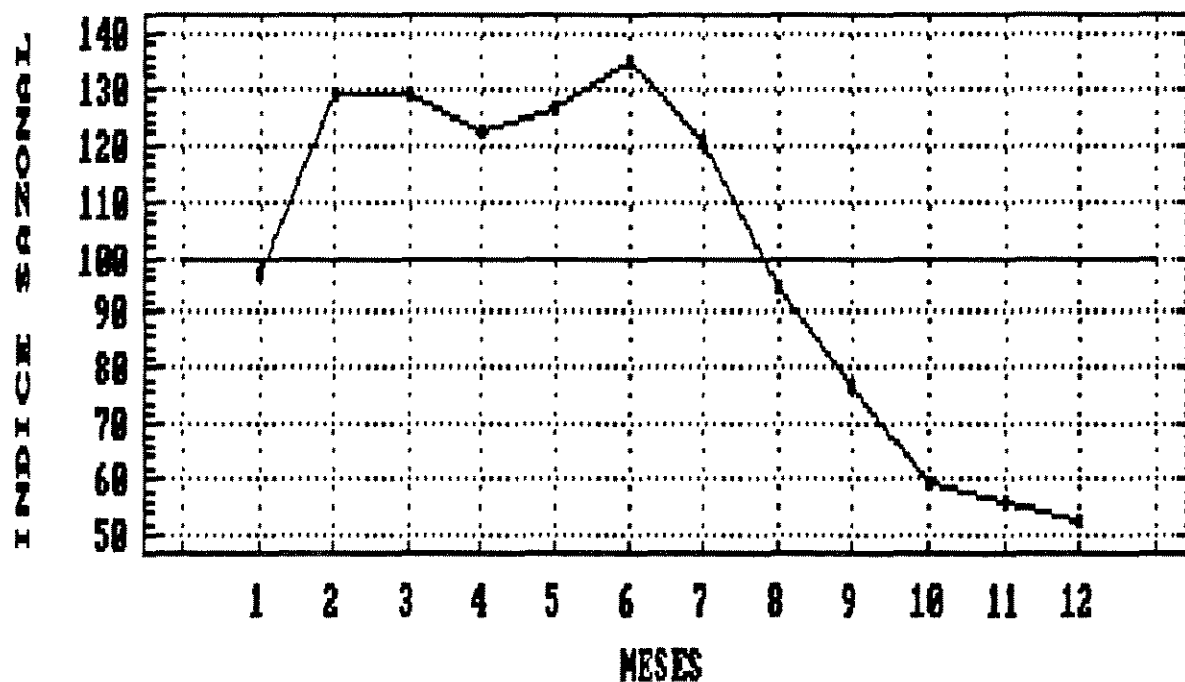


FIGURA 15. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE REPOLHO. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Por outro lado, as ofertas são relativamente estáveis ao longo do ano (a amplitude de variação dos índices

de quantidade é 31,4490), registrando pequenos aumentos no período de março a maio e diminuições de setembro a fevereiro. O maior índice sazonal de quantidade ocorre em abril e o menor em dezembro. (Figura 16; Tabela 15-Anexo I).

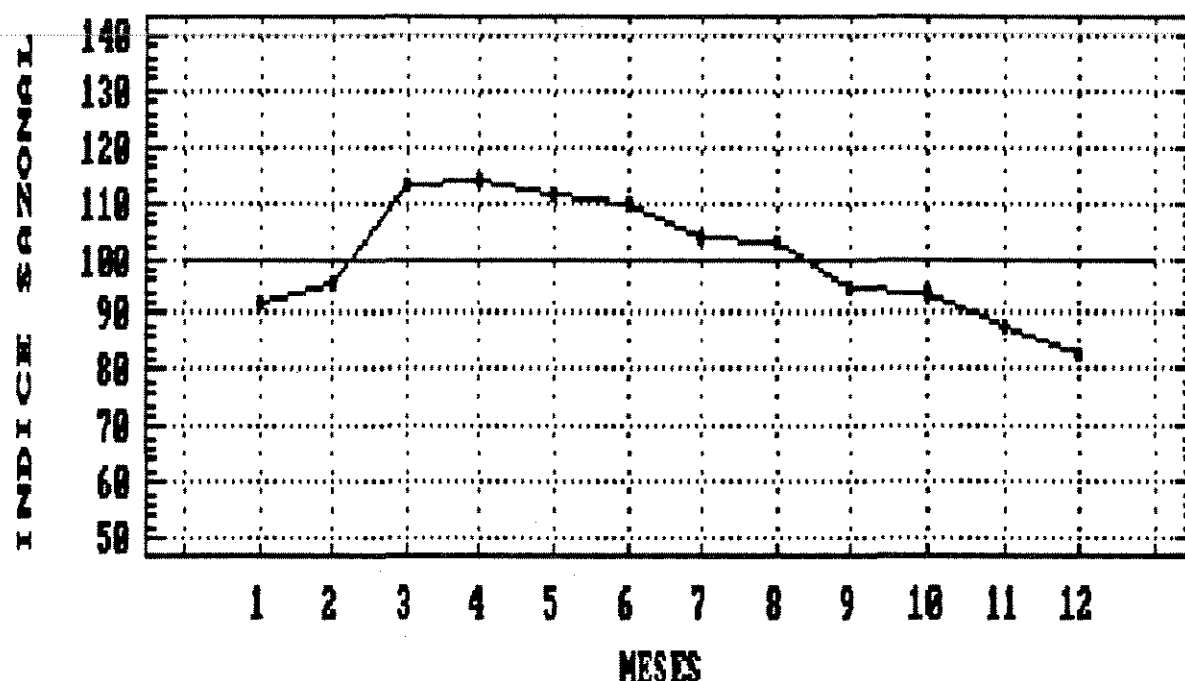


FIGURA 16. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE REPOLHO. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Já as estatísticas da CEAGESP relativas à comercialização de repolho no ETSP acusam a ocorrência de maiores índices sazonais de preços de janeiro a julho, com exceção do mês de abril; e os menores índices de agosto a dezembro. (Figura 17; Tabela 16-Anexo I). A variação sazonal de quantidade apresenta comportamento relativamente estável de janeiro a julho com índices um pouco abaixo da média anual, e índices acima da média nos meses de agosto a

dezembro (Figura 18; Tabela 16-Anexo I). O maior índice sazonal de preço ocorre em junho e o menor em dezembro. Outubro é o mês de maior índice de quantidade e janeiro o de menor. A amplitude de variação dos índices sazonais de preços é 89 e de quantidade é 35, sendo portanto maiores que os da CEASA-Campinas.

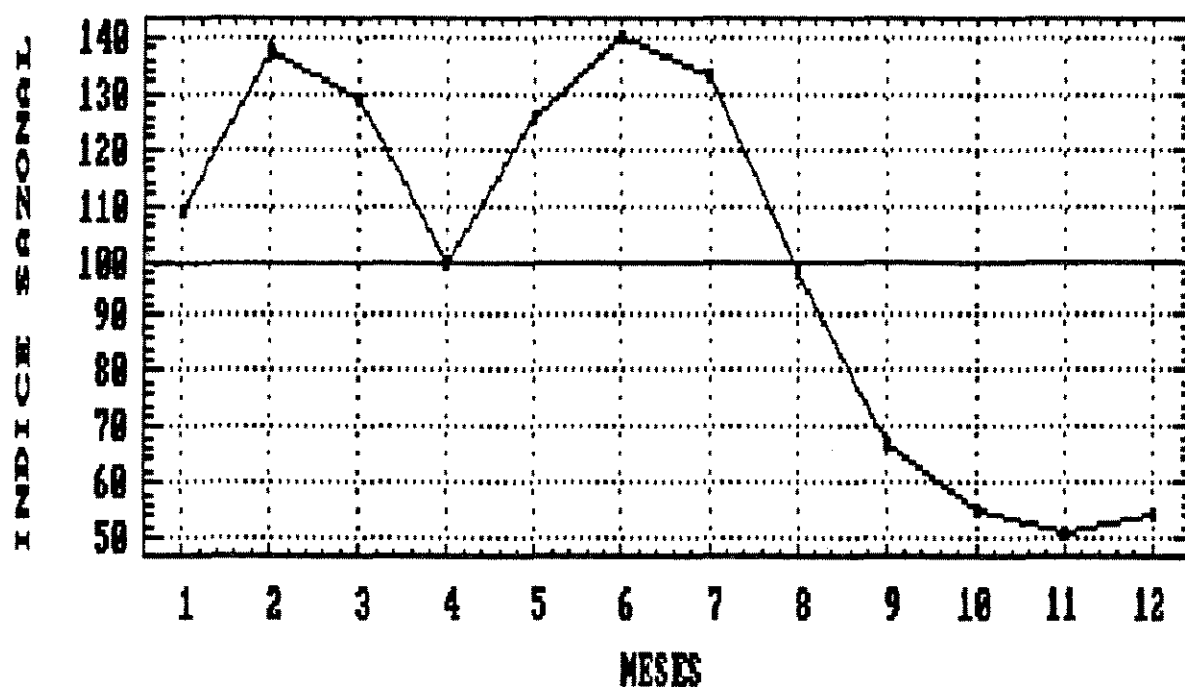


FIGURA 17. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE REPOLHO. ETSP. (1981/88).

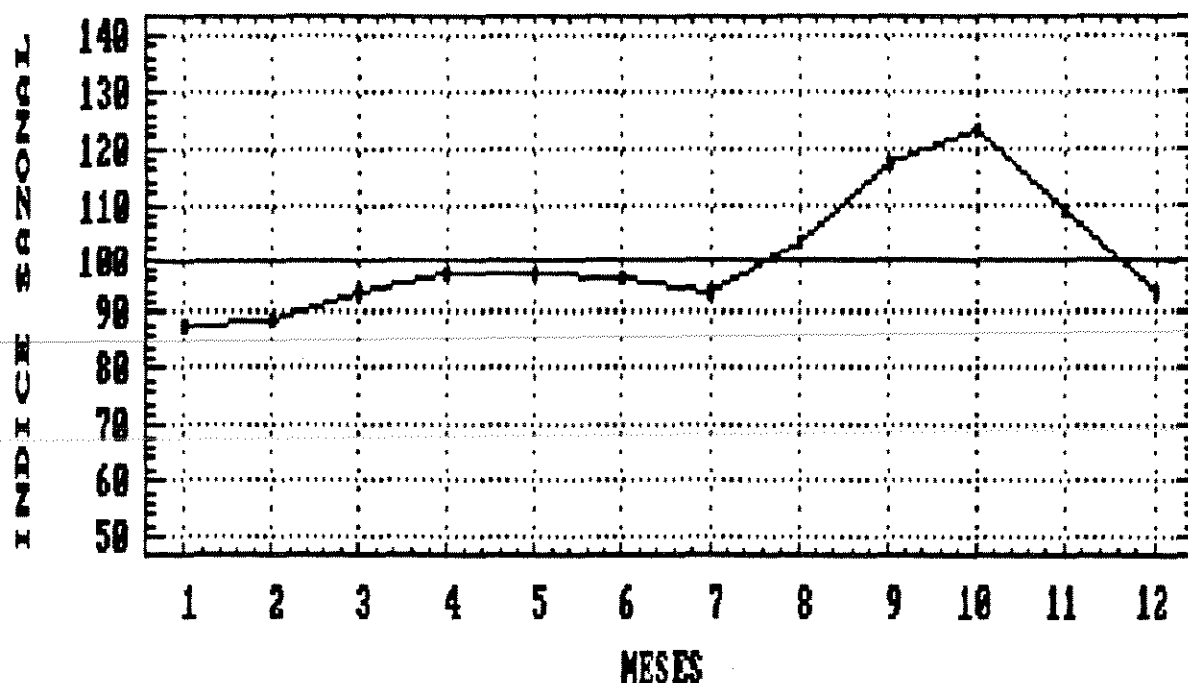


FIGURA 18. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE REPOLHO. ETSP. (1981/88).

HOFFMANN (1970), lembra que temperaturas elevadas além de serem desfavoráveis para o crescimento do repolho, que como a maioria das crucíferas desenvolve-se melhor em condições de clima mais ameno, também favorece o desenvolvimento da "podridão negra" (doença do repolho causada pela bactéria *Xanthomonas Campestris*), dificultando assim a produção e conseqüentemente determinando a elevação do preço no verão, como pode se observar pelas Figuras 15; 16; 17 e 18.

Comparativamente, observa-se que o padrão sazonal de preço do repolho é semelhante na CEASA-Campinas e no ETSP e, mais que isto, é praticamente o mesmo da alface (Figuras 11 e 13). Isto evidencia que a definição dos preços do repolho tem seus determinantes não apenas na oferta do

produto, que como foi visto apresenta algumas limitações de produção no verão (HOFFMANN, 1970), mas também no comportamento do mercado da alface que sem dúvida é mais importante que o repolho do ponto de vista da demanda. Esta hipótese de forte correlação entre o comércio de repolho na CEASA-Campinas e no ETSP e do repolho em relação à alface, foi submetida aos atacadista destes produtos que a confirmaram.

Quanto às ofertas, observam-se semelhanças e diferenças nos dois mercados. A partir do mês de janeiro as ofertas tendem a uma pequena elevação que vai até junho, sendo que na CEASA-Campinas os índices sazonais de quantidade ultrapassam a média anual a partir de março e o ETSP estes índices ainda se mantêm abaixo da média anual. A partir do mês de julho as quantidades ofertadas elevam-se no ETSP e caem na CEASA-Campinas, ou seja, ocorre um comportamento inverso. Para se explicar este quadro é preciso que se retome algumas questões.

CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986), apontaram que as principais áreas de produção de repolho no Estado de São Paulo estão localizadas na região da Grande São Paulo e de Paranapiacaba, que produzem praticamente em todas as épocas do ano, com destaque para os meses de abril a junho e outubro a dezembro.

Verificando-se as regiões de procedência de repolho à CEASA-Campinas e ao ETSP, segundo os meses do ano⁽¹⁸⁾,

(18) Para a CEASA-Campinas consultou-se os boletins Evolução Histórico da Quantidade Comercializada (1981 à 1985 e 1990) e Boletim para Captação de

contata-se que a CEASA-Campinas é abastecida pelas Microrregiões Homegêneas de Paranapiacaba (64,29% da oferta global), principalmente no meses de março a junho; de Campinas (10,00%), que se destaca no período de setembro à novembro; e um conjunto de outras MRs (23,40%), sem destaque especial em nenhuma época do ano. Já o ETSP é abastecido pelas MRs de Paranapiacaba (57,88% da oferta global) que se destaca no período de setembro a abril; da Grande São Paulo (33,40%), cujas ofertas são maiores de julho a novembro, e outras localidades (8,73%). (TABELAS 35 e 36-Anexo III).

Portanto, na medida em que o mercado de repolho na CEASA-Campinas é cerca de dez vezes menor que o do ETSP; que a região de Paranapiacaba é o principal centro expedidor do produto; e que, o ETSP ainda conta com as ofertas da segunda principal região de produção (Grande São Paulo), o que não ocorre com a CEASA-Campinas; conclui-se que o período de maior oferta de Paranapiacaba (de abril a junho) é suficiente para elevar os índices sazonais de quantidade da CEASA-Campinas para níveis acima da média anual e que, no período de setembro a novembro, quando entram novas ofertas de Paranapiacaba e da Grande São Paulo, elevam-se os índices sazonais do ETSP mas não os da CEASA-Campinas, pois esta não tem na região da Grande São Paulo um pólo de expedição.

5.1.5. Cenoura

O mercado atacadista da CEASA-Campinas registra para a cenoura maiores índices sazonais de preço no período de fevereiro a junho, sendo março o mês de maiores preços. No período de setembro a janeiro ocorrem os menores índices sazonais de preços. (Figura 19; Tabela 17 -Anexo I). A amplitude do índice sazonal é de 62,0730, o que evidencia uma razoável variação de preços no decorrer do ano.



FIGURA 19. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE CENOURA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Com relação aos índices sazonais de quantidade, observa-se a ocorrência de maiores valores nos meses de maio, agosto e de outubro a dezembro, sendo este o mês de maior

índice. Os menores índices ocorreram no período de fevereiro a abril. Fevereiro é o mês de menor índice. A amplitude do índice sazonal de quantidade é 23,9856, evidenciando estabilidade na oferta de cenoura no mercado atacadista da CEASA-Campinas. (Figura 20; Tabela 17-Anexo I).

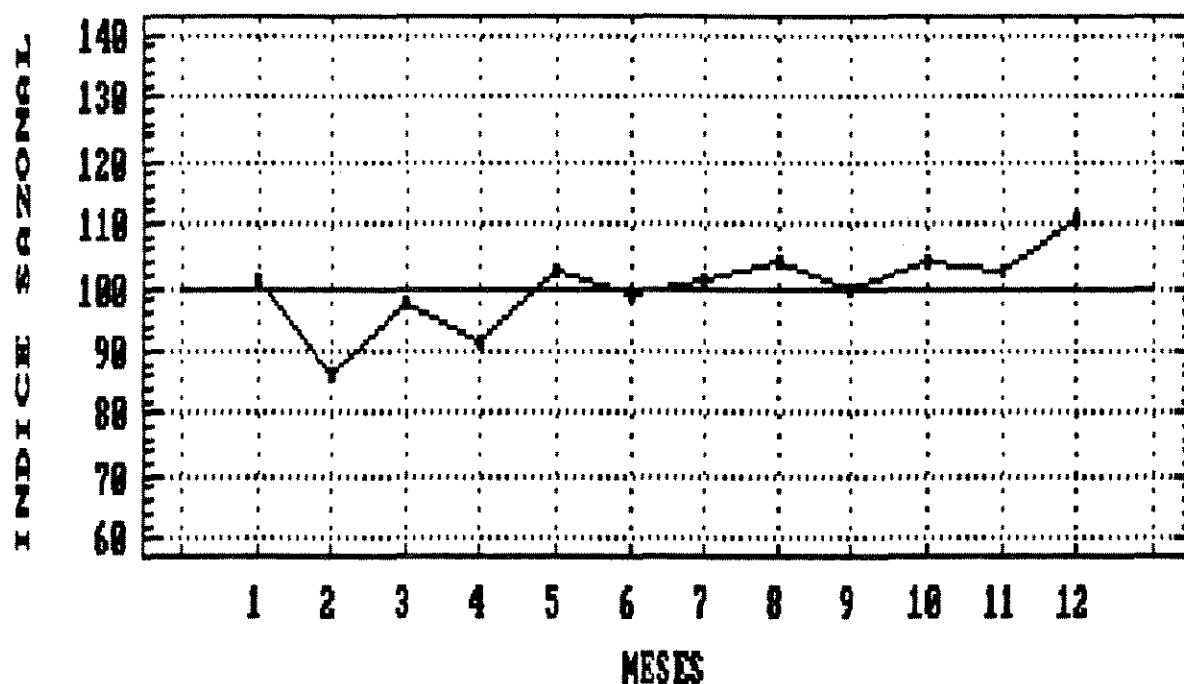


FIGURA 20. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE CENOURA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

As estatísticas da CEAGESP para o ETSP registram nos meses de fevereiro a julho os maiores índices sazonais de preços, cujo pico está no mês de fevereiro. A partir de julho os preços apresentam uma tendência baixista até um mínimo em outubro, quando tornam a se elevar. A amplitude de variação dos índices é 71, indicativo de instabilidade dos preços ao longo do ano, sendo coerente com UENO & TSUNECHIRO (1989).

(Figura 21; Tabela 18-Anexo I).

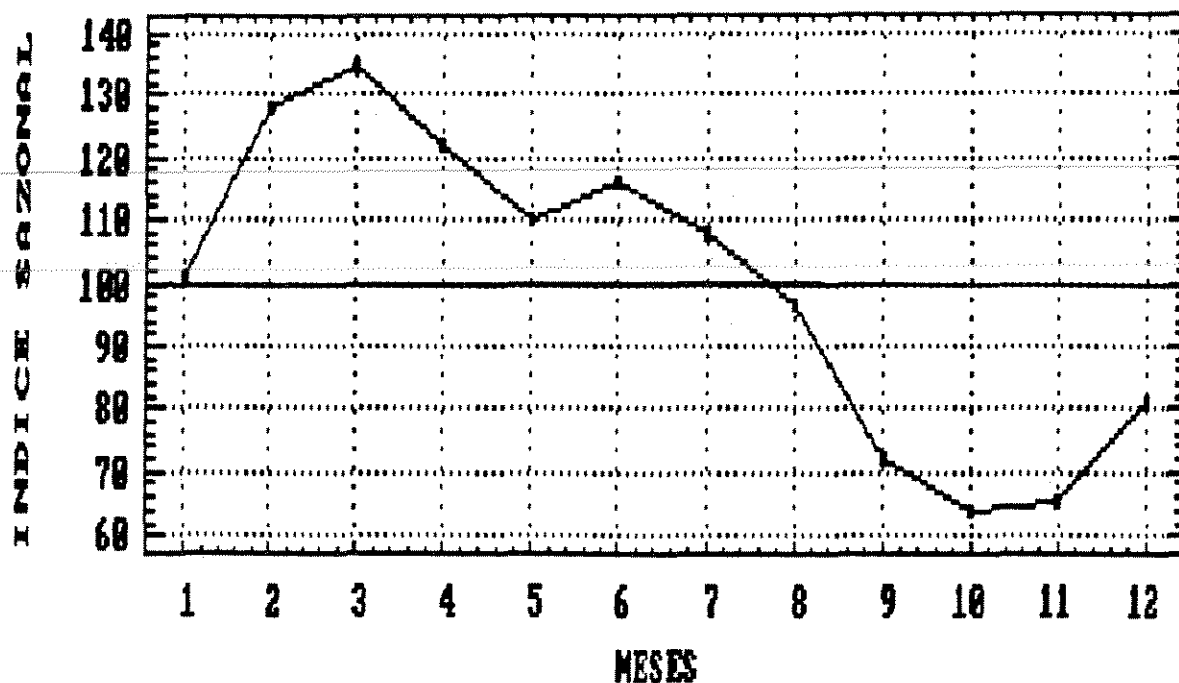


FIGURA 21. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE CENOURA. ETSP. (1981/88).

As ofertas, por sua vez, são relativamente constantes no decorrer dos meses (a amplitude de variação dos índices é 26), também registrada na CEASA-Campinas. Os menores índices de quantidade ocorrem em fevereiro, junho e julho e os maiores de setembro a janeiro. (Figura 22; Tabela 18-Anexo I).

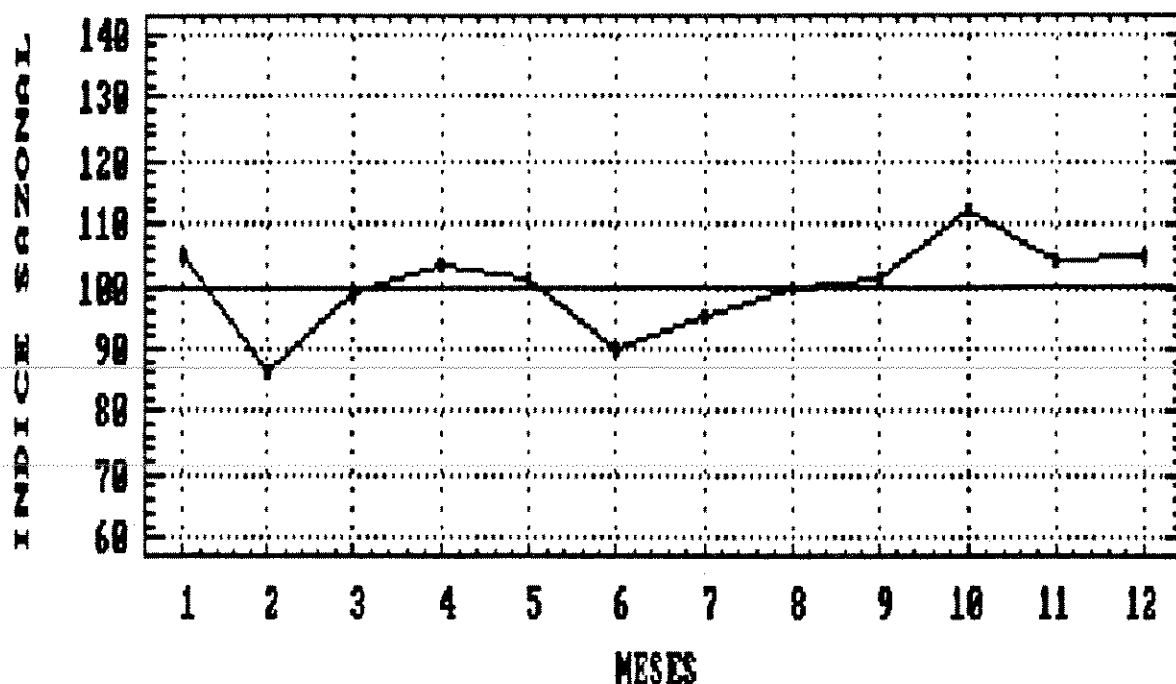


FIGURA 22. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE CENOURA. ETSP. (1981/88).

Em síntese, observa-se que a variação sazonal de preço e quantidade de cenoura comercializada na CEASA-Campinas e no ETSP segue em geral, um mesmo padrão, exceto para o período de março a abril, onde as ofertas no ETSP são superiores à média anual e na CEASA-Campinas são menores, o que pode ser explicado, conforme já o foi para outros produtos, pelo tamanho do mercado do ETSP frente ao da CEASA-Campinas, já que as regiões de procedência de cenoura são praticamente as mesmas: no Estado de São Paulo, as Microrregiões de Paranapiacaba, da Grande São Paulo, da Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista; no Estado de Minas Gerais, a Microrregião da Alta Mantiqueira e, Estado do Paraná, Norte Novo de Londrina e Campos de Ponta Grossa.

(TABELAS 37 e 38- Anexo III; CAMARGO & CAMARGO FILHO, 1986).

A incidência de índices sazonais de preços elevados em ambos os mercados, nos meses de março à maio pode ser explicada por um lado na relativa dificuldade em se produzir cenoura nos períodos quentes do ano que antecedem esses meses (FILGUEIRA, 1982) e num pequeno aumento no consumo, como apontam os atacadistas de cenoura entrevistados junto à CEASA-Campinas.

5.1.6. Tomate

O padrão de variação sazonal de preço de tomate na CEASA-Campinas registra índices maiores que a média anual no período de fevereiro a junho, com pico no mês de abril. O período de menores índices ocorre nos meses de julho a janeiro, mês este de menor valor no índice. A amplitude de variação dos índices é da ordem de 56,8238, o que indica instabilidade de preços ao longo do ano, apesar das ofertas serem relativamente estáveis, cuja amplitude de variação de seus índices é 14,3468. O fato do tomate ser um produto cuja possibilidade de substituição é baixa, constitui um agravante para a instabilidade dos preços. (Figura 23; Tabela 17 - Anexo I).

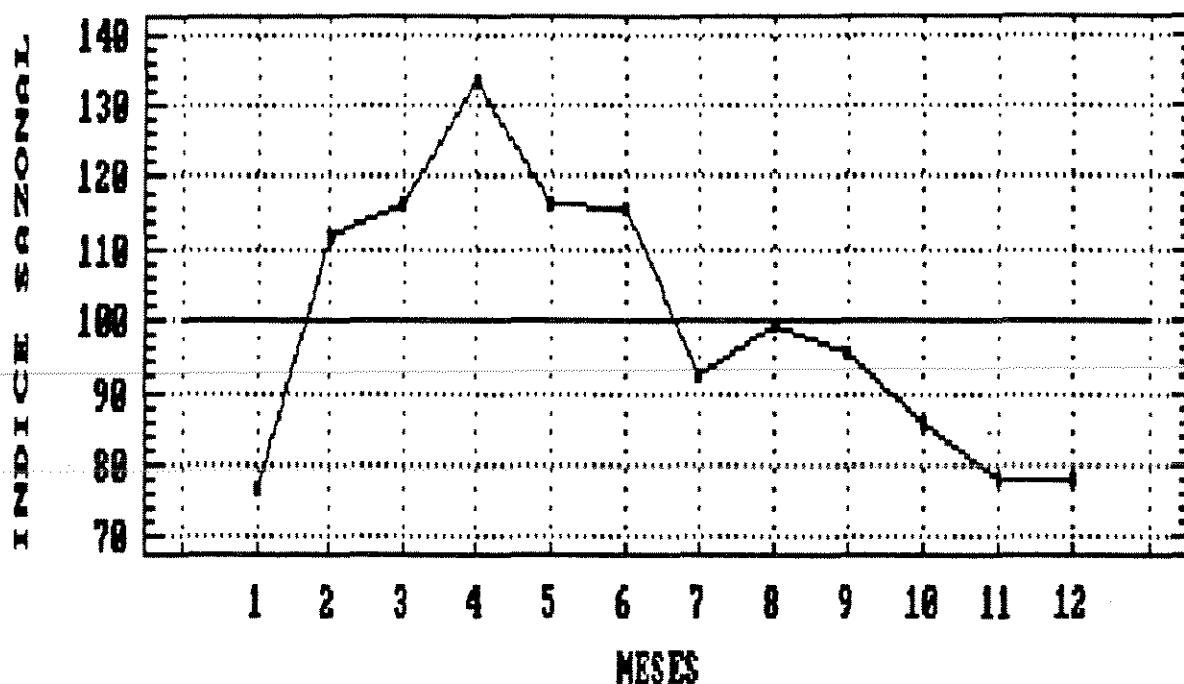


FIGURA 23. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE TOMATE.
CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Quanto às quantidades comercializadas, os meses de janeiro e março registram os maiores índices sazonais e o período de abril a junho os menores. A partir de julho, indo até dezembro, os índices tendem a permanecer próximos à média anual. (Figura 24; Tabela 17-Anexo I).

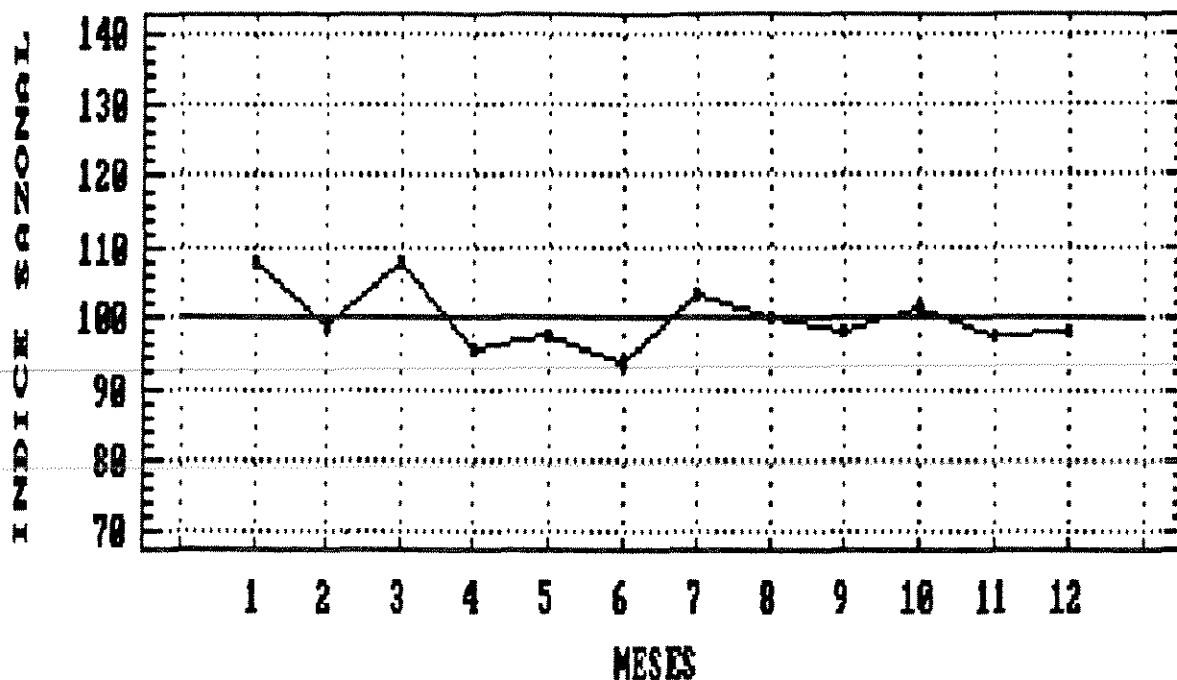


FIGURA 24. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE TOMATE. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Quanto ao mercado atacadista do ETSP, a variação sazonal de preço de tomate, acusa maiores índices de fevereiro a maio, sendo abril o mês de maior índice de preço. Os menores índices ocorreram de setembro a janeiro e no mês de julho. Janeiro é o mês de menor índice. a amplitude de variação dos índices sazonais é 67, indicativo de instabilidade nos preços ao longo do ano. (Figura 25; Tabela 18- Anexo I).

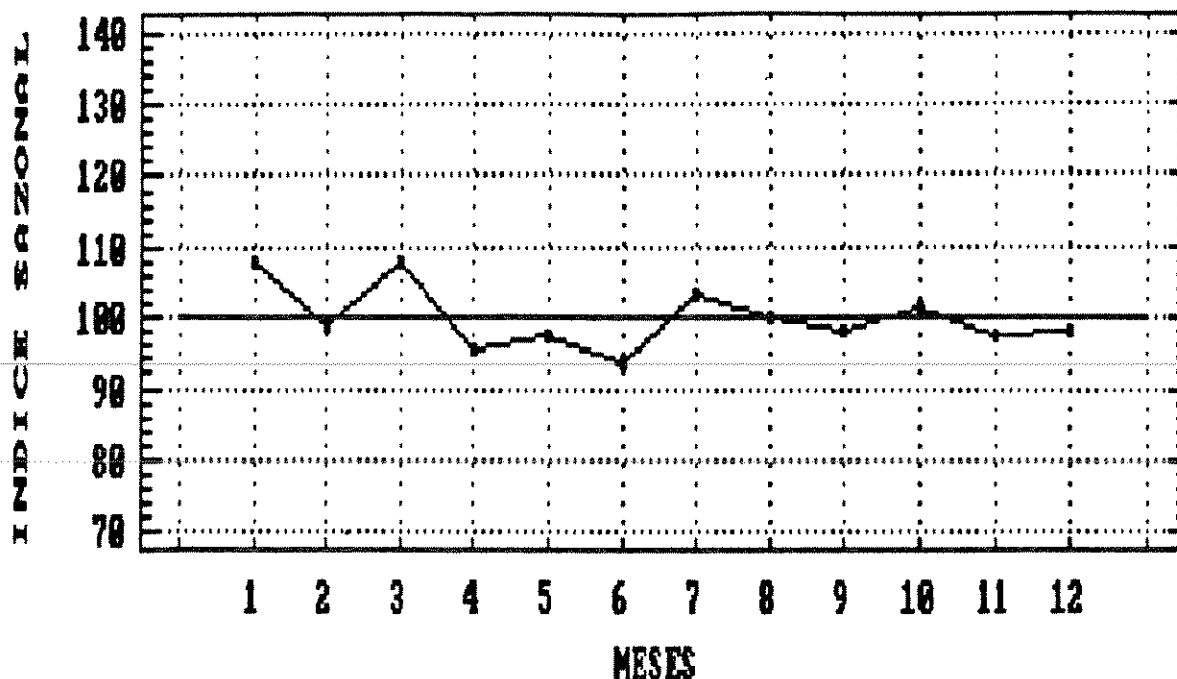


FIGURA 24. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE TOMATE. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Quanto ao mercado atacadista do ETSP, a variação sazonal de preço de tomate, acusa maiores índices de fevereiro a maio, sendo abril o mês de maior índice de preço. Os menores índices ocorreram de setembro a janeiro e no mês de julho. Janeiro é o mês de menor índice. a amplitude de variação dos índices sazonais é 67, indicativo de instabilidade nos preços ao longo do ano. (Figura 25; Tabela 18- Anexo I).

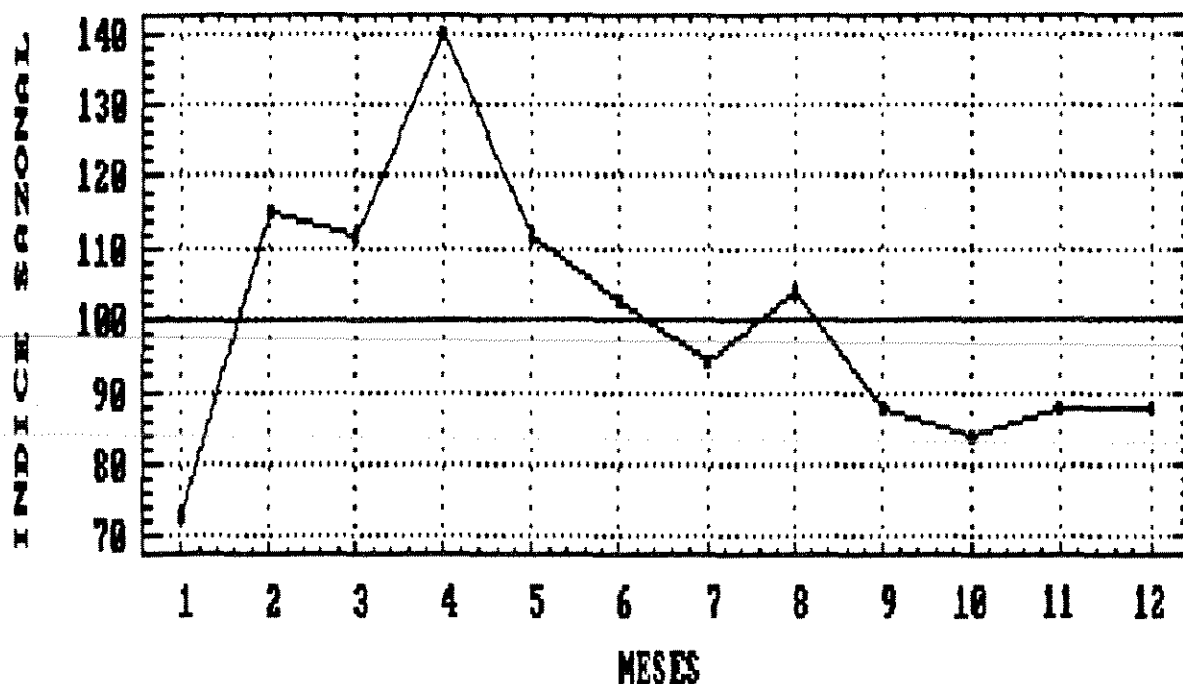


FIGURA 25. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE TOMATE. ETSP. (1981/88).

O padrão de variação sazonal de quantidade, registra o maior índice em outubro e o menor em abril. (Figura 26; Tabela 18-Anexo I). A amplitude do índice sazonal de quantidade é 27, indicativo da pequena variação que ocorre na oferta de tomate ao ETSP ao longo do ano, como também se observa mais intensamente na CEASA-Campinas (a amplitude de variação é 14,6438). Isto ocorre provavelmente em razão da proximidade da CEASA-Campinas às principais regiões de produção de tomate em São Paulo, que segundo TSUNECHIRO *et alii* (1989) são: as Divisões Regionais Agrícolas de Campinas (53,90% da oferta global do Estado) e de Sorocaba (30,70% da oferta global). Esta explicação ganha força quando verifica-se que os padrões de variação sazonal de preços da CEASA-Campinas e do ETSP são extremamente semelhantes (Figuras 23 e

25) e, portanto, a possibilidade de redução dos custos de transporte não pode ser descartada.

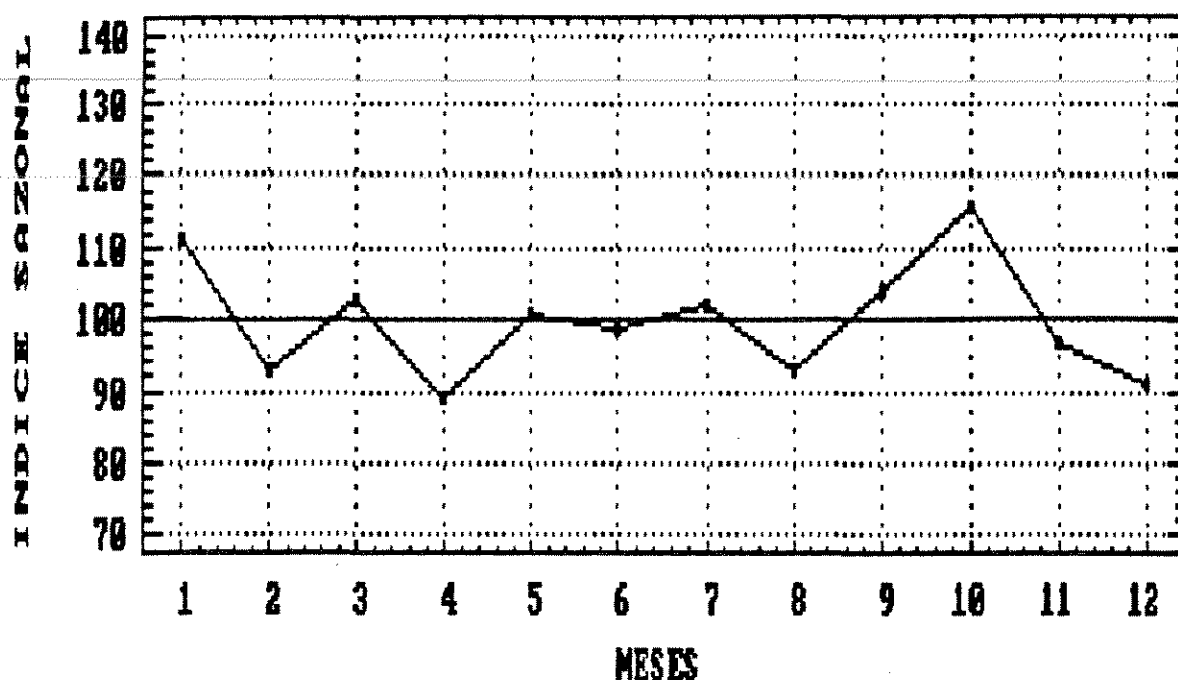


FIGURA 26. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE TOMATE. ETSP. (1981/88).

Em resumo pode-se afirmar que o tomate apresenta um padrão de variação sazonal de preço e de quantidade bastante semelhante nos mercados da CEASA-Campinas e do ETSP, exceto que a queda dos preços verificada a partir de abril é mais rápida no ETSP que na CEASA-Campinas; por outro lado, no período de outubro a dezembro, apesar dos índices sazonais serem inferiores à média anual, no ETSP eles são relativamente maiores que na CEASA-Campinas. Estes resultados são coerentes com TSUNECHIRO *et alii* (1989) que, ao estudarem a correlação entre os preços do tomate de mesa praticados nos

mercados atacadistas de sete Centrais de Abastecimento do Estado, verificaram que a CEASA-Campinas foi a que apresentou menor correlação de preços inter-mercados, exceto para com o ETSP, com o qual teve um dos maiores índices de correlação.

Segundo HOFFMANN (1970), este comportamento de preços do tomate decorre de problemas na produção, pois temperaturas muito baixas ou muito elevadas dificultam o desenvolvimento da cultura. Assim, os elevados índices sazonais de preço verificados nos meses de março a maio decorrem das dificuldades de produção a partir de dezembro, devido ao calor excessivo e ao aumento da população de insetos transmissores de doenças. Ademais, os resultados mostram que a redução da oferta de tomate neste período não é de grande magnitude, o que fortalece o referencial apontado por OLIVEIRA (1990), que quando se trata de um produto que não apresenta substitutos, como é o caso do tomate, a instabilidade dos preços é maior.

5.1.7. Batata

A batata do tipo comum, comercializada na CEASA-Campinas, tem um padrão sazonal de preço que registra o menor índice sazonal em janeiro; a partir deste mês os preços apresentam uma tendência altista até junho, quando então tendem a cair. A amplitude de variação dos índices sazonais de preço é 53,2098, havendo portanto uma certa instabilidade

no mercado. (Figura 27, Tabela 19-Anexo I).

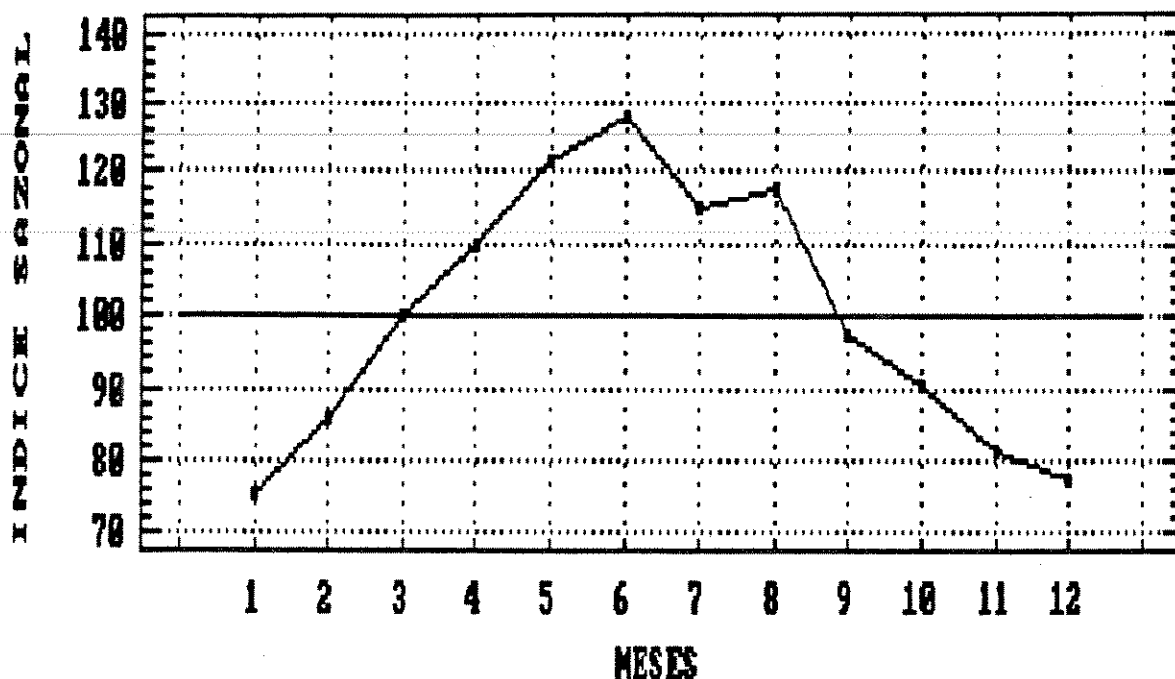


FIGURA 27. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE BATATA COMUM. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

De um modo geral, as quantidades ofertadas não apresentam um comportamento inverso ao dos preços, pois observa-se que particularmente nos meses de abril a julho os índices sazonais são maiores que a média anual e os de preço também. O mesmo pode ser dito para o período de setembro a novembro, que registra ofertas reduzidas e preços comprimidos. O maior índice sazonal de quantidade ocorre em maio e o menor em novembro. A amplitude do índice sazonal de quantidade é 42,9294, indicativo que a oferta não é constante ao longo do ano. (Figura 28, Tabela 19-Anexo I).

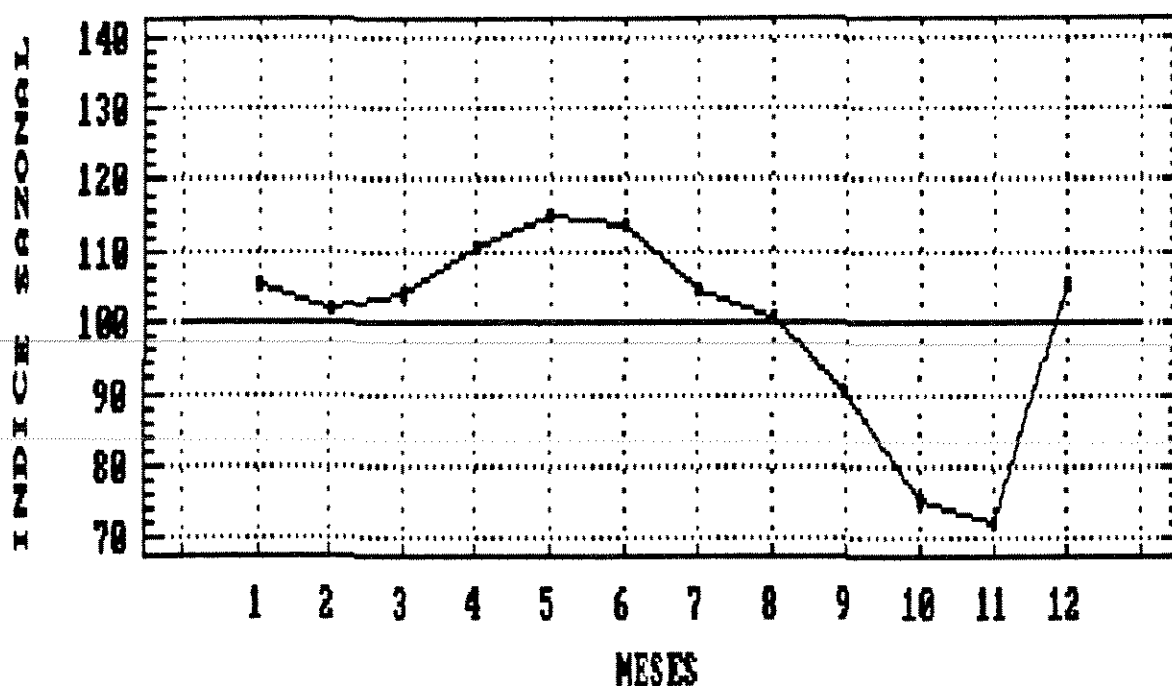


FIGURA 28. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE BATATA COMUM. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Os dados referentes à variação sazonal de preços e quantidade da batata comercializada no ETSP, (Figuras 29 e 30, Tabela 20-Anexo I), apontam a ocorrência de maiores índices de preços de abril a setembro, período em que se observam os menores índices de quantidade. Nos meses de novembro a março ocorrem os menores índices de preços e os maiores índices de quantidade ofertada. O maior índice sazonal de preço ocorre em agosto, mês de menor oferta e o menor índice em janeiro, mês de maior oferta. A amplitude de variação dos índices sazonais de preço é 57 e de quantidade é 40.

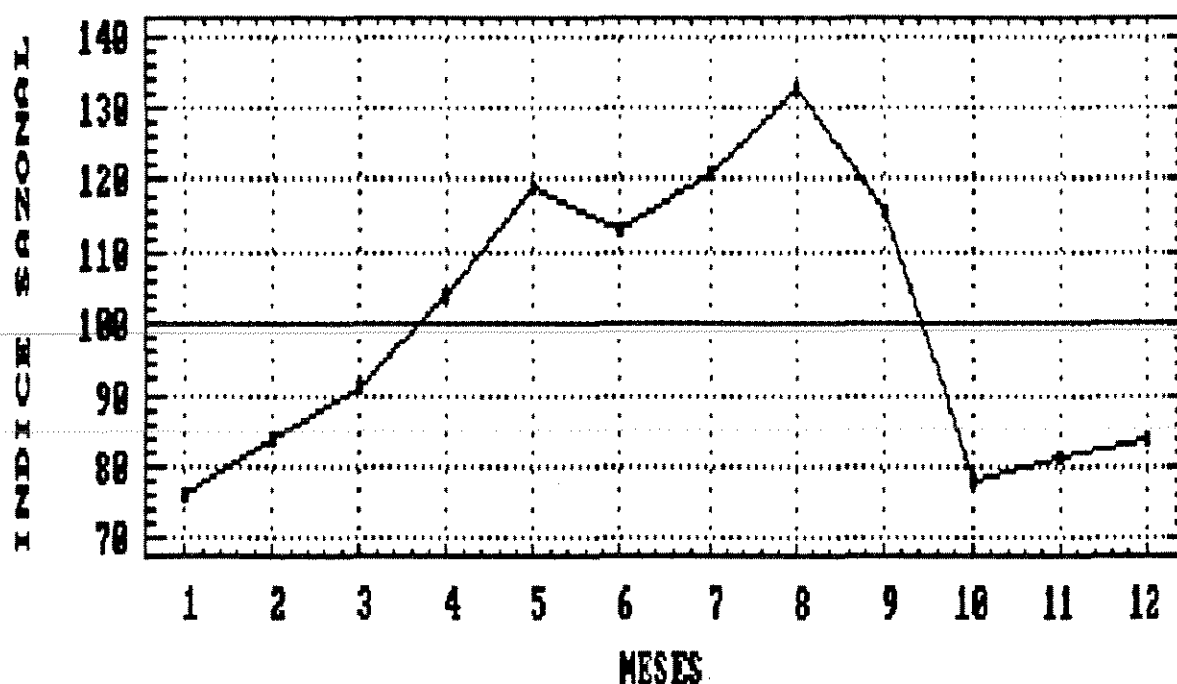


FIGURA 29. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE BATATA .
COMUM. ETSP. (1981/88).

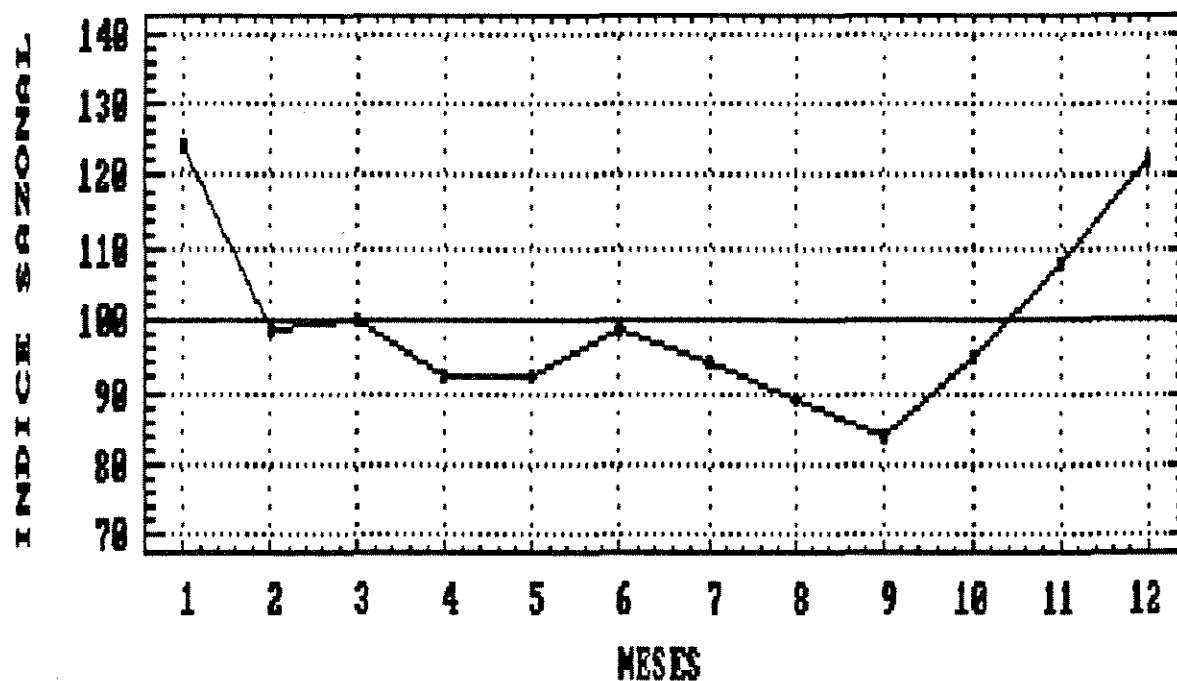


FIGURA 30. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE BA-
TATA COMUM. ETSP. (1981/88).

Quando se analisam as variações sazonais de preço e

quantidade na comercialização atacadista de batata é preciso ter como referencial que sua produção no Brasil apresenta três safras distintas, a saber: a safra das águas, com colheita de dezembro a abril, representando 55% à 60% da oferta global; a safra da seca, com colheita em junho e julho (25% a 30% da produção); e a safra de inverno de agosto a novembro (10% a 20% da oferta global). (ZAIDHAFT, 1987).

A título de comparação, observa-se que os padrões de variação sazonal de preço da batata comum comercializada no ETSP e na CEASA-Campinas são semelhantes, destacando-se a ocorrência de tendência baixista nos preços no período de novembro a maio, que se deve fundamentalmente à entrada da grande safra das águas. (ZAIDHAFT, 1987). É importante ressaltar que este autor constatou que o mercado de batata no ETSP é fortemente influenciado pelos preços praticados no mercado da Santa Rosa e da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Quanto aos padrões sazonais de quantidade, verifica-se apenas uma diferença relevante: na CEASA-Campinas registram-se índices sazonais de quantidade acima da média anual nos meses de abril a junho, que representa um período de relativa escassez do produto por compreender o final da safra das águas e o início da safra de inverno, como pode se verificar pelos índices sazonais do ETSP.

Tal comportamento pode ser explicado pelas regiões de procedência da batata comercializada nestes mercados segundo as épocas do ano⁽¹⁸⁾. Ou seja, no período de abril a

(18) Para a CEASA-Campinas consultou-se os boletins Evolução Histórico da Quantidade Comercializada (1981 à 1985 e 1990) e Boletim para Captação de

junho a CEASA-Campinas é abastecida por três Microrregiões: a de Campinas, a de Tatuí e a de Curitiba, enquanto que o ETSP é abastecido pelas Microrregiões da Alta Mantiqueira, de Paranapiacaba e por transferências inter-mercados. Assim, a produção de Campinas e Tatuí direcionando-se para a comercialização na CEASA-Campinas em razão da possibilidade de redução dos custos de transporte pela menor distância percorrida, é suficiente para colocar os índices sazonais acima da média anual. Soma-se a isto o fato de que o mercado campineiro é sensivelmente menor que o paulistano e que, nesta época, São Paulo acusa preços elevados que são seguidos por Campinas (conforme atestam os atacadistas do setor).

5.1.8. Cebola

O padrão de variação sazonal de preço da cebola no mercado atacadista registra uma tendência de ascensão dos preços a partir de dezembro, que é o mês de menor índice sazonal, indo até o mês de pico em junho, quando então os índices decrescem. Assim, tem-se dois períodos distintos: um de outubro a março, onde os preços são inferiores à média anual e, outro de abril a setembro, onde os preços são maiores que a média anual. A amplitude sazonal é 78,3791, indicando que os preços têm um comportamento instável ao

longo do ano. (Figura 31; Tabela 19 - Anexo I)

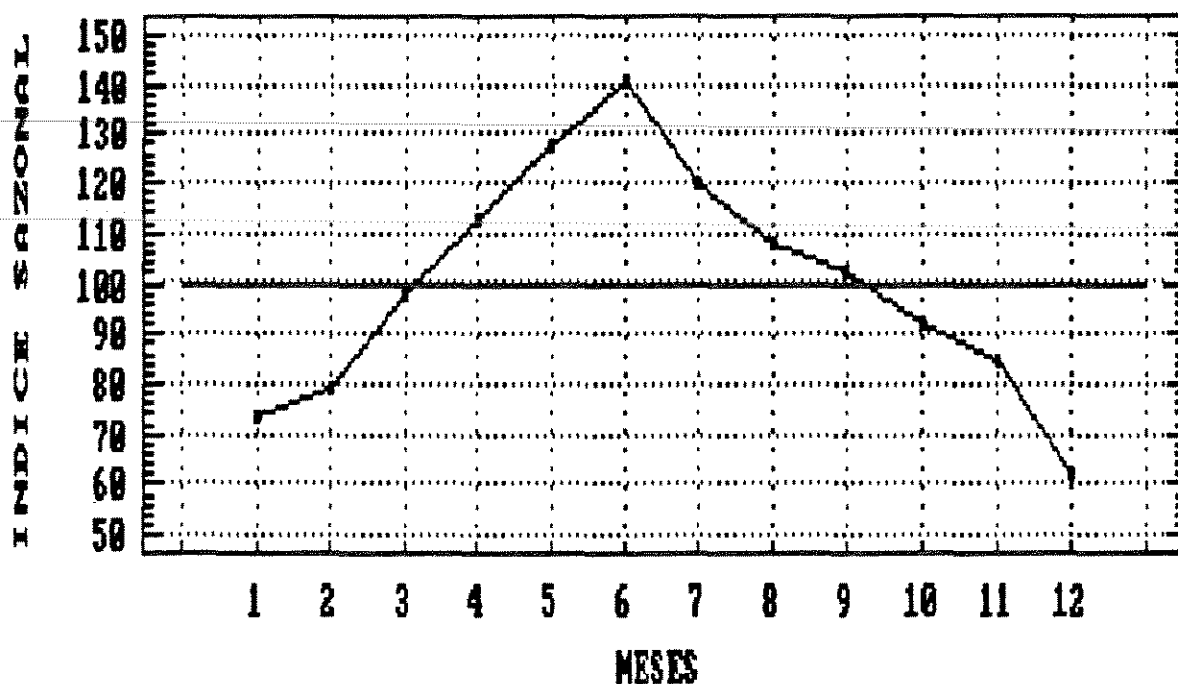


FIGURA 31. PADRÃO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE CEBOLA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

Em termos do padrão sazonal de quantidade, registram-se índices acima da média anual em janeiro, março-abril e agosto, sendo este o mês de maior oferta. Os meses de maio a julho e de setembro a dezembro acusam os menores índices sazonais de quantidade. O menor valor ocorre em novembro. A amplitude sazonal é de 35,7768, evidenciando que as oscilações de oferta ao longo do ano não são tão intensas quanto as dos preços. (Figura 32; Tabela 19-Anexo I).

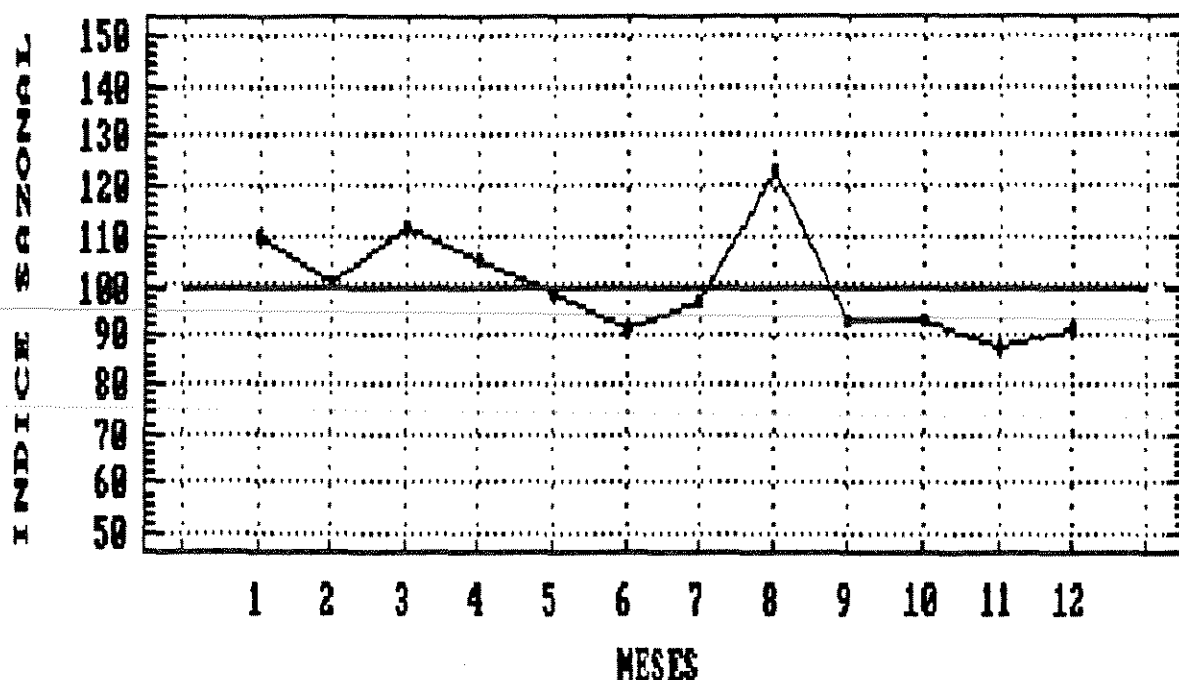


FIGURA 32. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE CEBOLA. CEASA-CAMPINAS. (1981/90).

O comércio de cebola no ETSP tem como característica mais marcante uma relativa estabilidade nos índices de quantidade, que pode ser constatado pelo pequeno valor da amplitude de variação, cujo valor é 11. O maior índice sazonal ocorre em janeiro e o menor em junho. (Figura 34, Tabela 20-Anexo I).

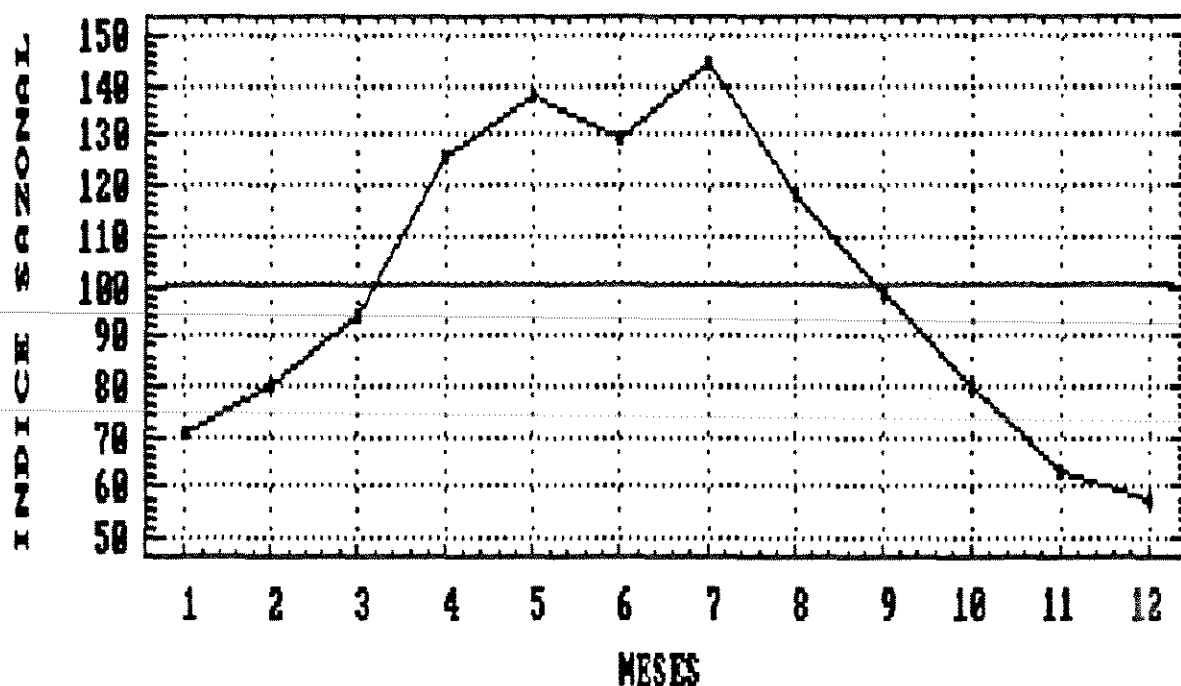


FIGURA 33. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE PREÇO DE CEBOLA. ETSP. (1981/88).

Quanto aos preços, os maiores índices ocorrem de abril a agosto, período no qual o mercado é abastecido quase que exclusivamente pela safra de soqueira de São Paulo e pelo início da safra de claras precoces também de São Paulo e do Nordeste. Os menores índices de preços são observados de novembro a janeiro, época da safra da baia piriforme de São Paulo e dos estados do Sul (AMARO *et alii*, 1990; SATO, 1990). A amplitude de variação do índice sazonal de preço é 86, indicando instabilidade dos preços apesar da amplitude do índice de quantidade ser pequena. (Figura 34, Tabela 20-Anexo I).

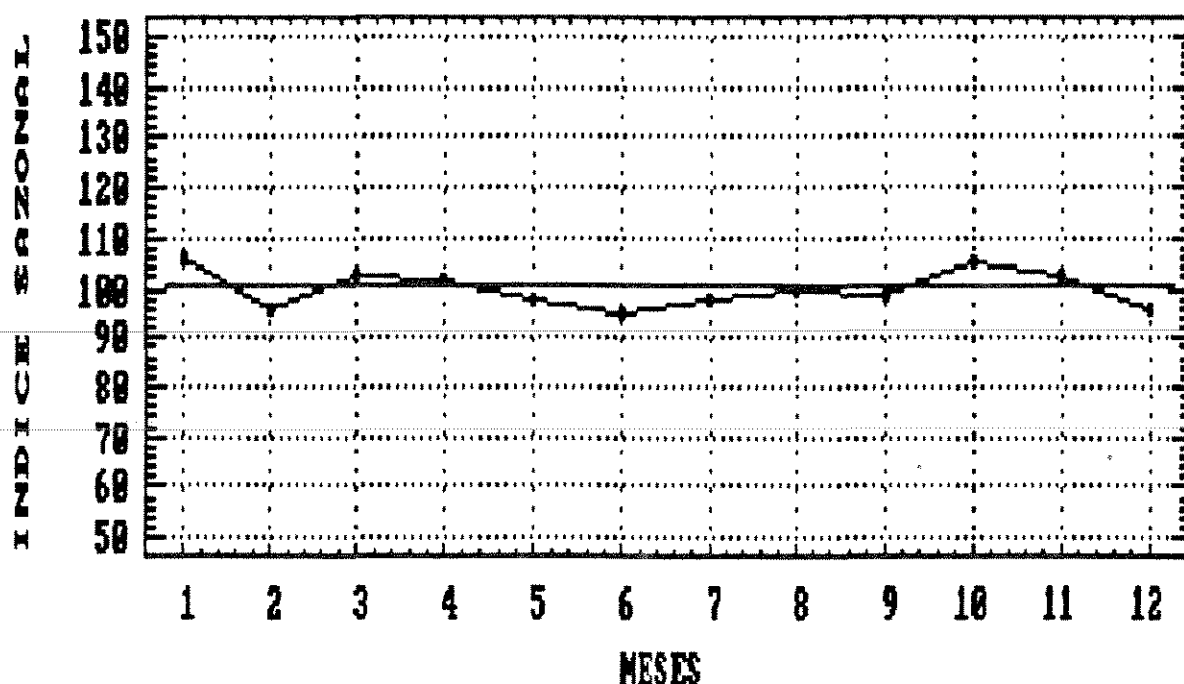


FIGURA 34. PADRAO DE VARIAÇÃO SAZONAL DE QUANTIDADE DE CEBOLA. ETSP. (1981/88).

Em termos gerais, os formatos das curvas de variação sazonal de preço e quantidade para a cebola comercializada na CEASA-Campinas e no ETSP são semelhantes.

Cabendo porém, registrar que as ofertas são relativamente estáveis ao longo do ano em ambos os mercados, principalmente no ETSP, inclusive no período considerado como entressafra (de maio a julho)^{<20>}. Mesmo assim, registram-se fortes movimentos dos preços, com valores elevados no período de abril a agosto e baixos de outubro a fevereiro.

Com isto pode-se concluir que a definição de preços

^{<20>} Segundo AMARO *et alii*, 1990; SATO, 1990, o abastecimento de cebola nos mercados brasileiros pode ser dividido em três períodos: o primeiro, de novembro a abril proveniente da Região Sul e Sudeste; o segundo, de maio a julho, período de entressafra, no qual tem-se disponível apenas a safra de bulbinhos de Piedade (SP) e, o terceiro, do final de julho a outubro, que entram a safra do Nordeste, a segunda safra de Piedade (mudas) e a safra das Regiões de Monte Alto e São José do Rio Pardo (SP).

na comercialização de cebola não é uma relação direta e exclusiva entre maior ou menor disponibilidade do produto, nem devido aos maiores custos em razão de possíveis importações, já que, segundo os atacadistas entrevistados junto à CEASA-Campinas, estes custos não são maiores do que aqueles para trazer a cebola do Nordeste nos meses finais de setembro e outubro nos quais os preços são inferiores.

5.2. Procedência dos Produtos Comercializados na CEASA-Campinas e no ETSP.

Tendo como referência as quantidades totais comercializadas por produto, ano a ano no período de 1981 a 1990, nos mercados atacadistas da CEASA-Campinas e no ETSP, selecionou-se as principais Microrregiões (MR) de procedência dos hortigranjeiros em estudo. Foram consideradas como Microrregiões importantes aquelas que pelo menos num ano do período analisado tivessem sido responsáveis por no mínimo dez por cento (10%) do total comercializado no entreposto em análise naquele momento.

A seguir, apresentam-se estas principais Microrregiões de procedência dos hortigranjeiros estudados, para ambos os mercados, destacando-se a ocorrência de alterações ou não no quadro das regiões expedidoras ao longo do período, mensurando a participação relativa das MRs frente ao total afluído aos entrepostos, bem como, estabelecendo comparações entre a CEASA-Campinas e o ETSP. Como informação complementar, o Anexo II traz essas Microrregiões com os respectivos municípios que as compõem.

5.2.1. Banana

A análise da procedência da banana nanica comercializada na CEASA-Campinas e no ETSP destaca duas

Microrregiões como sendo as mais importantes: a MR 265-Baixada do Ribeira e a MR 266-Baixada Santista. Estas duas MRs foram responsáveis, em média, no período de 1981/90, por respectivamente 82,13% das entradas de banana na CEASA-Campinas e 79,65% no ETSP. (Figuras 35 e 36; Tabelas 29 e 30-Anexo III). Estes resultados são coerentes com MOREIRA (1987) que afirma que a produção de banana no Estado de São Paulo está concentrada nas regiões do Litoral Paulista e do Vale do Ribeira.

Uma tendência crescente de participação relativa da MR 265-Baixada do Ribeira é observada ao longo dos anos em ambos os mercados, exceto no biênio 83/84, que justamente apresenta uma maior participação da MR 266-Baixada Santista, particularmente no ETSP.

A MR 248-Campinas apresenta uma tendência de maior participação na oferta de banana à CEASA-Campinas no período de 1981 até 1987, saindo de 3,62% e chegando a 13,38%, decaindo em seguida até 2,37% em 1990, o que não ocorre no ETSP. (Tabelas 29 e 30-Anexo III). O ETSP, por sua vez, tem importância nas transferências intermercados, que representou uma média de 19,35% das quantidades afluídas. (Tabela 30-Anexo III).

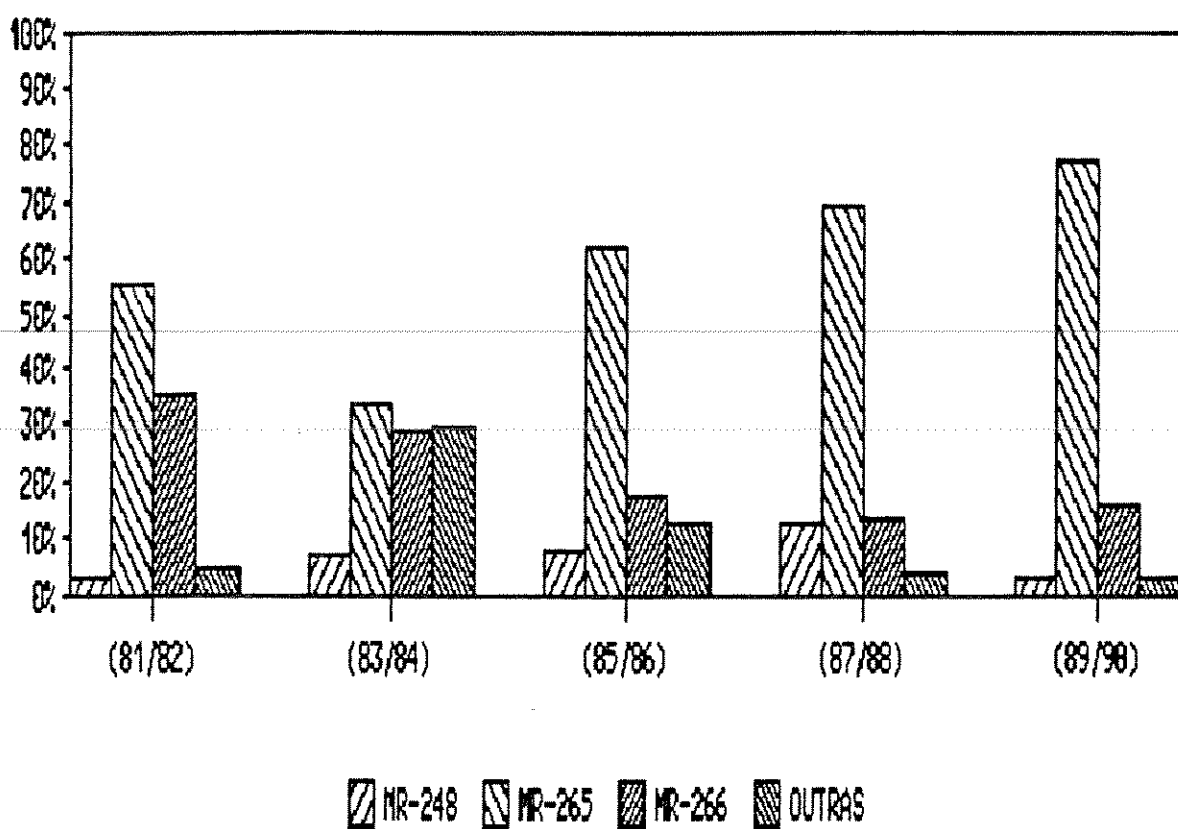


FIGURA 35. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE BANANA NANICA A CEASA-CAMPINAS. MEDIAS BIANUAIS. (1981/90).

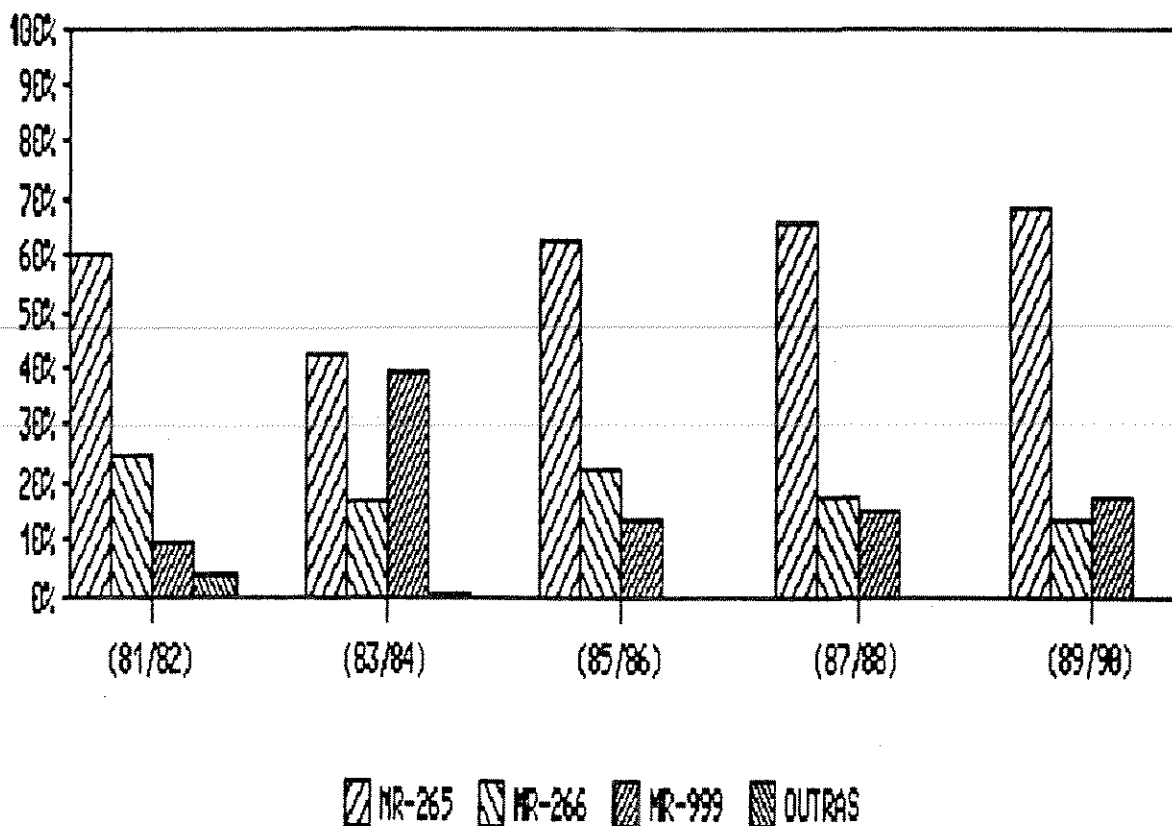


FIGURA 36. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-CEDENCIA DE BANANA NANICA AO ETSP. MEDIAS BIANU-AIS. (1981/90).

5.2.2. Laranja

Do total de laranja pera comercializada na CEASA-Campinas, destacam-se quatro principais Microrregiões expedidoras: a MR 225-Alta Araraquarense de Fernandópolis, a MR 236-Serra de Jaboticabal, a MR 243-Depressão Periférica Setentrional e a MR 248-Campinas, que ofertaram em média no período, respectivamente 9,06%, 6,17%, 20,13% e 55,17% deste total. Ou seja, a laranja comercializada na CEASA-Campinas tem origem fundamentalmente na própria região de Campinas, sendo que até 1987 a participação da MR 248-Campinas esteve

em torno de 60%. No biênio 89/90 observa-se um crescimento da oferta de laranja proveniente das MRs 236-Serra de Jaboticabal e 243-Depressão Periférica Setentrional. (Figura 37; Tabela 31-Anexo III).

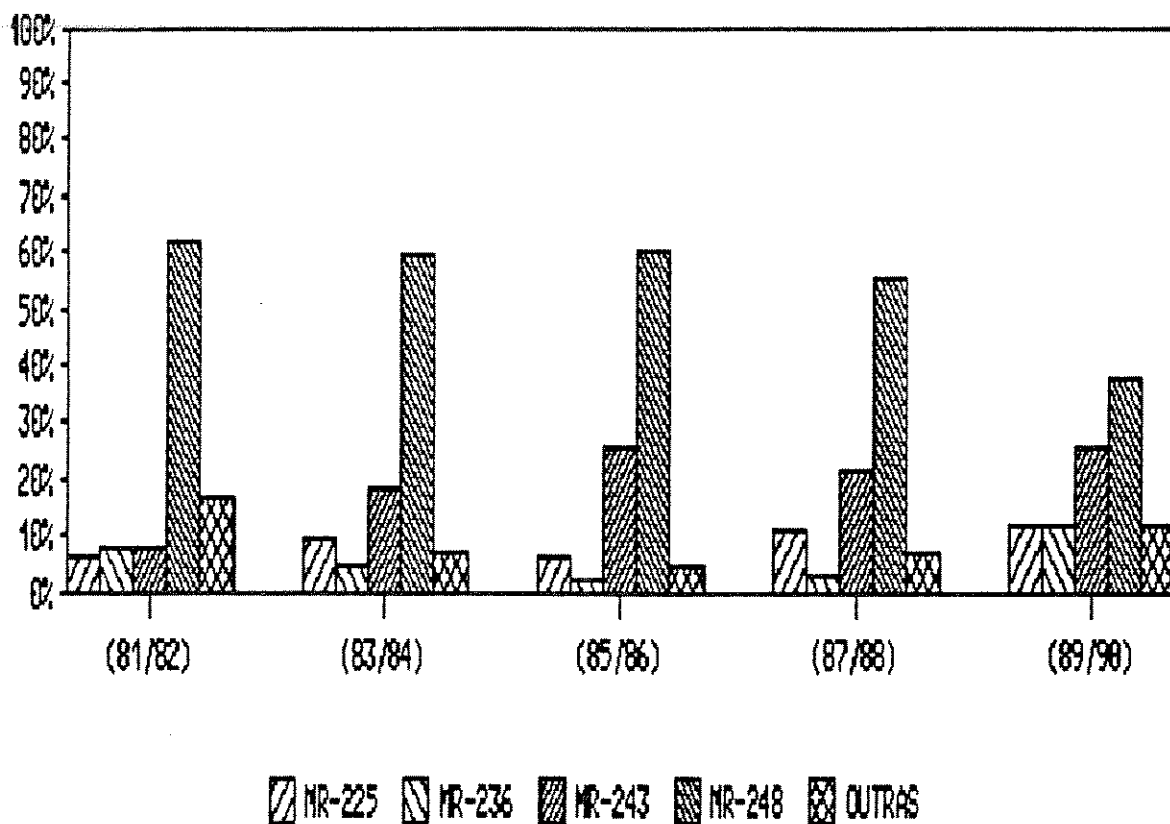


FIGURA 37. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE LARANJA PARA A CEASA-CAMPINAS. MÉDIAS BIANUAIS. (1981/90).

Quanto ao ETSP, as principais Microrregiões ofertantes são praticamente as mesmas da CEASA-Campinas, exceto no caso da MR 225-Alta Araraquarense de Fernandópolis. Ressalta-se que a participação média da MR 236-Serra de Jaboticabal é maior no ETSP que na CEASA-Campinas, ocorrendo

o contrário para a MR 248-Campinas. (Figuras 37 e 38; Tabelas 31 e 32-Anexo III).

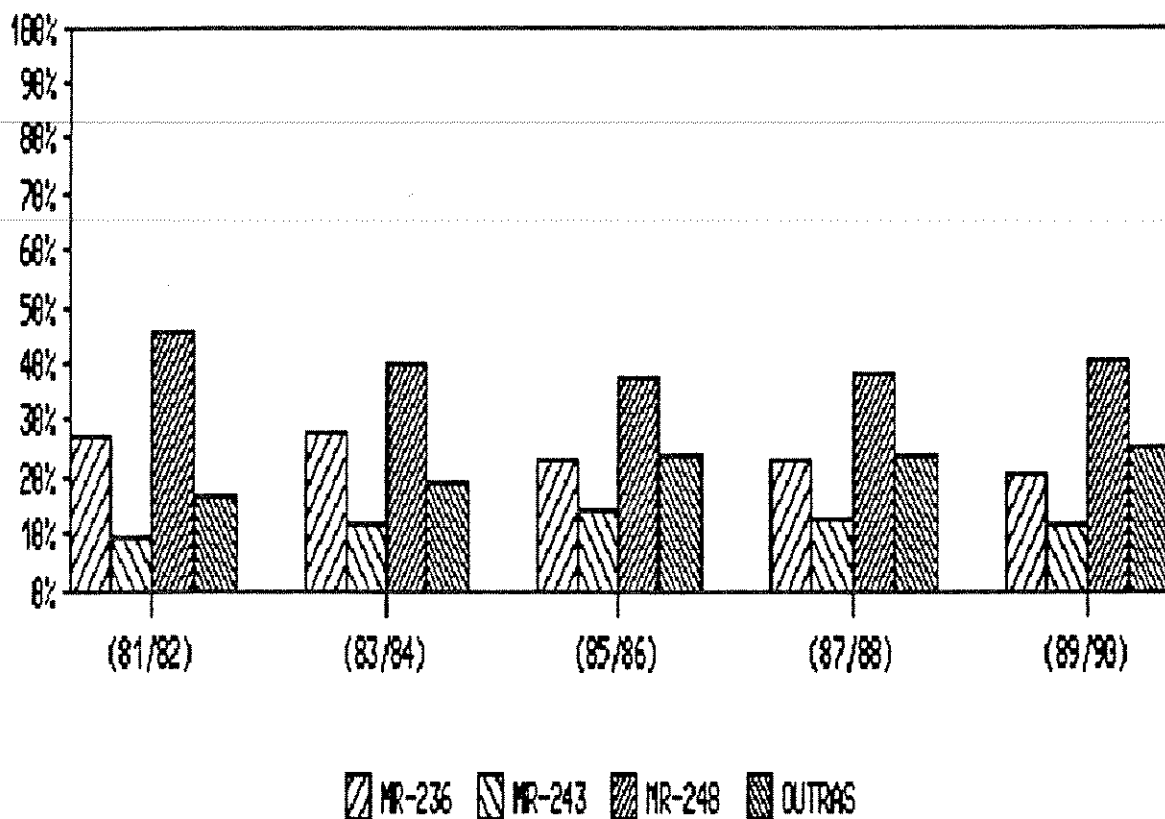


FIGURA 38. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-CEDENCIA DE LARANJA PERA AO ETSP.MEDIAS BIANUAIS. (1981/90).

MARTINELLI JUNIOR (1987), mostra que as principais regiões citrícolas de São Paulo estão localizadas nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Campinas e Rio Preto, e analisando-se os principais municípios produtores de laranja por DIRA, constata-se que estes estão inseridos nas Microrregiões apresentadas acima.

5.2.3. Alface

Pelas Figuras 39 e 40 e Tabelas 33 e 34 (Anexo III), observa-se uma clara distinção quanto à procedência da alface comercializada na CEASA-Campinas e no ETSP.

Enquanto a CEASA-Campinas é quase que exclusivamente abastecida pela MR 248-Campinas (96,80% em média no período), o ETSP tem na MR 262-Grande São Paulo sua principal Microrregião ofertante (56,61% em média no período), seguida da MR 248-Campinas (17,29%) e a MR 261-Paranapiacaba (10,94%). (Figuras 39 e 40; Tabelas 33 e 34-Anexo III).

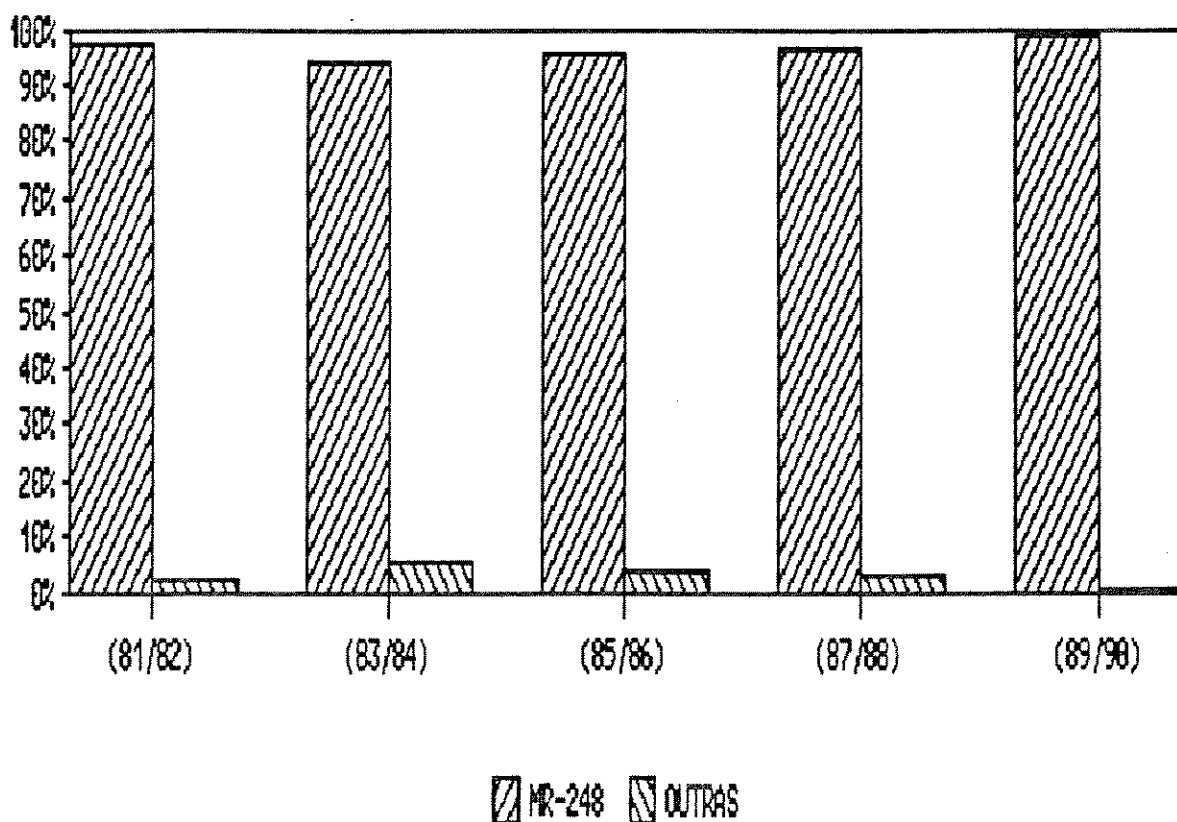


FIGURA 39. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE ALFACE A CEASA-CAMPINAS. MÉDIAS BIANUAIS. (1981/90).

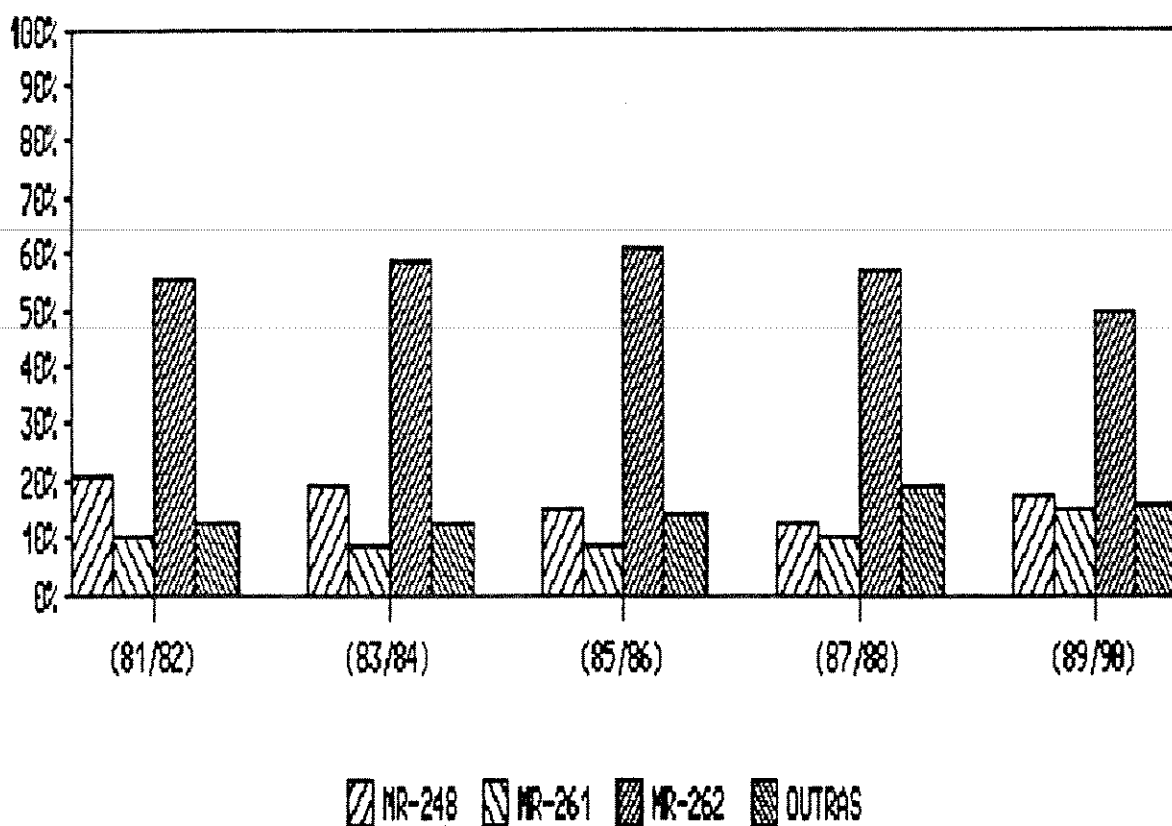


FIGURA 40. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-CEDENCIA DE ALFACE AO ETSP. MEDIAS BIANUAIS. (1981/90).

Desta forma, os resultados confirmam as conclusões de ZATARIN (1985) quanto à importância dos "cinturões verdes" circunvizinhos aos grandes centros consumidores no fornecimento de hortaliças folhosas, especialmente de alface, às Centrais de Abastecimento, ainda que se pese as constatações de UENO (1989) acerca do afastamento do "cinturão verde" de São Paulo e de TOLEDO (1990) com relação ao de Campinas.

O fato é que sendo a alface um produto altamente perecível, cuja comercialização necessariamente deve ocorrer

logo após a colheita, acaba por definir as condições básicas para que a produção se localize o mais próxima possível do centro de consumo.

5.2.4. Repolho

A principal Microrregião expedidora de repolho para a CEASA-Campinas e ETSP é a MR 261-Paranapiacaba, coincidindo com as conclusões de CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986). No caso da CEASA-Campinas, a MR 261 participou em média com 64,29% do total comercializado, inclusive registrando uma tendência de participação crescente. Para o ETSP, a MR 261 ofertou em média 57,88%, também registrando uma participação crescente ao longo do período estudado. (Figuras 41 e 42; Tabelas 35 e 36-Anexo III).

Para a CEASA-Campinas, a MR 248-Campinas também tem desempenhado um papel relativamente importante, destacando-se especialmente os biênios 83/84 e 87/88. Já a MR 244-Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista registrou uma participação expressiva apenas no ano de 1989. (Figura 41; Tabela 35-Anexo III).

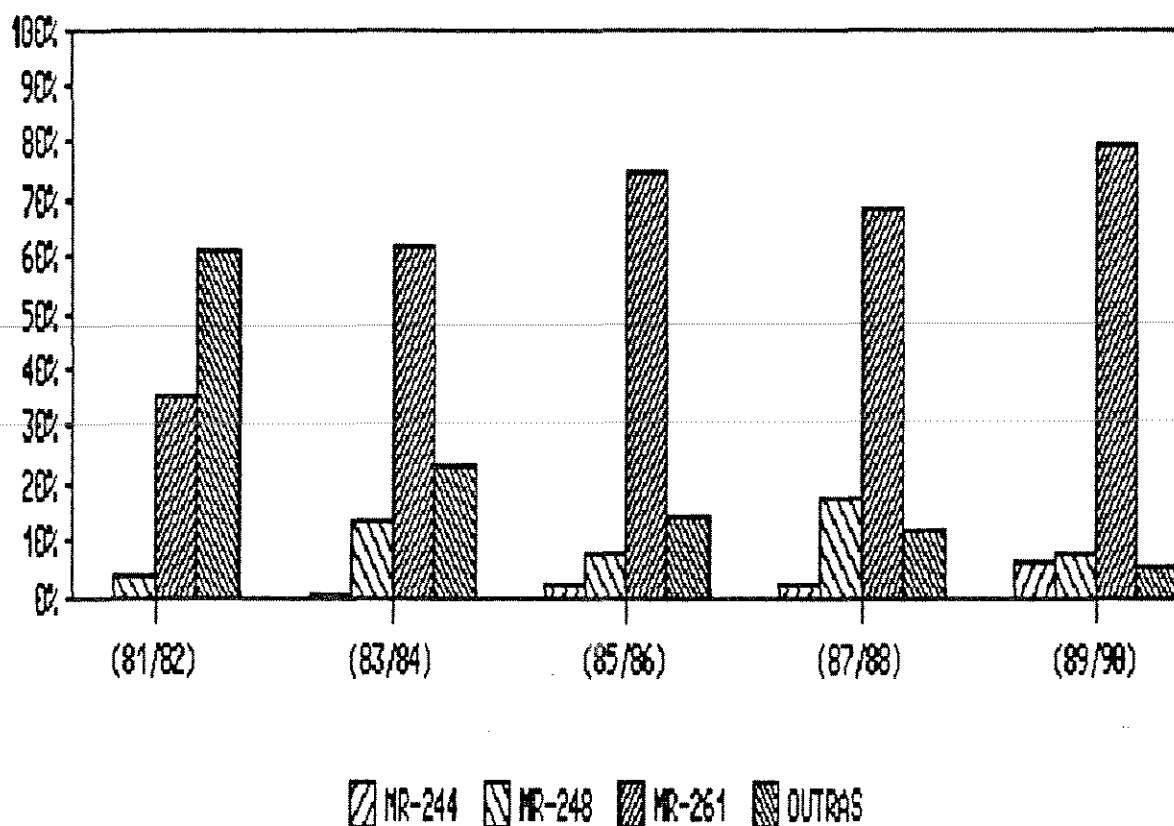


FIGURA 41. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-CEDENCIA DE REPOLHO A CEASA-CAMPINAS. MEDIAS BIA-NUAIS. (1981/90).

Quanto ao ETSP, além da MR 261-Paranapiacaba, que teve uma participação crescente na oferta de repolho ao longo dos anos, destaca-se a MR 262-Grande São Paulo, que apresentou uma participação média no período da ordem de 33,40%, mostrando, no entanto, uma tendência decrescente de importância, também observada por CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986). (Figura 42; Tabela 36-Anexo III).

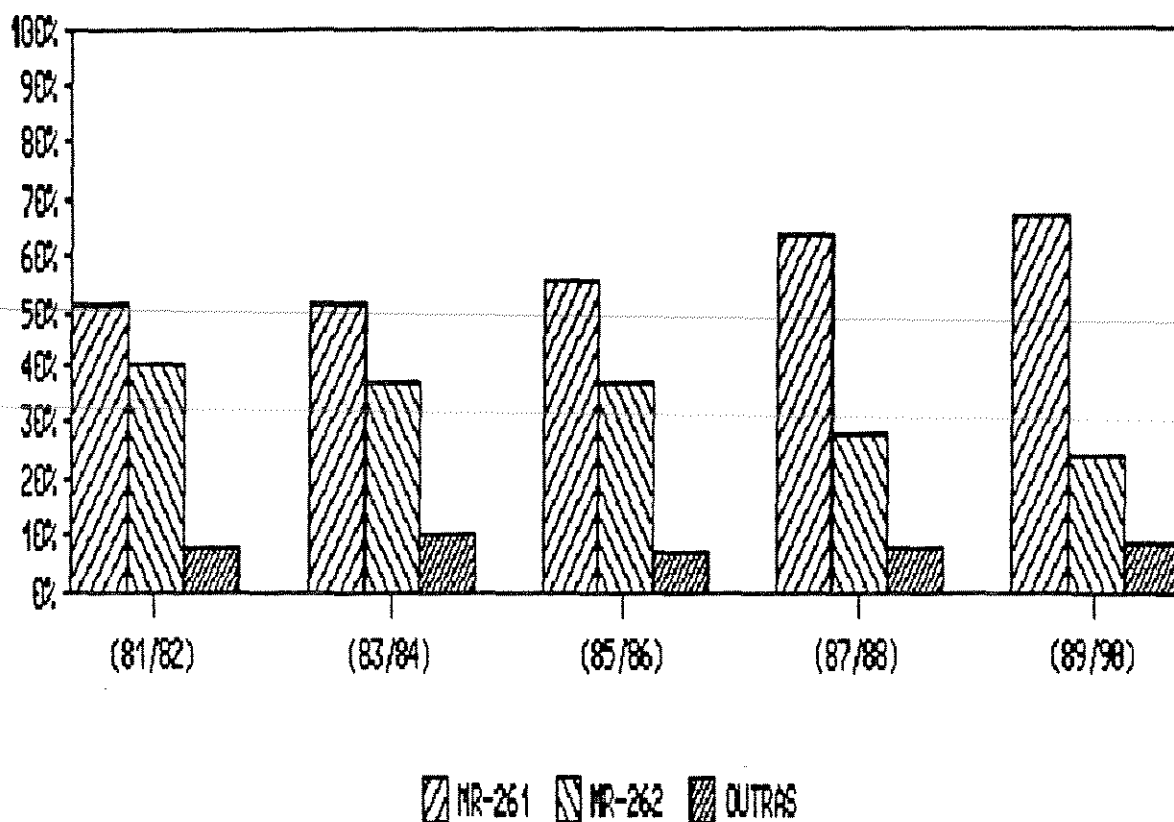


FIGURA 42. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-CEDENCIA DE REPOLHO AO ETSP. MEDIAS BIANUAIS. (1981/90).

Estes resultados permitem constatar que de fato a MR 261-Paranapiacaba é o principal centro expedidor de repolho para a CEASA-Campinas e ETSP, bem como evidenciar a existência de uma região de produção de repolho bastante próxima a Campinas e a São Paulo, nos chamados "cinturões verdes". (UENO, 1989; TOLEDO, 1990).

5.2.5. Cenoura

A análise das remessas de cenoura à CEASA-Campinas e ao ETSP apontam a MR 261-Paranapiacaba como sendo a

principal região expedidora no Estado de São Paulo, pois ofertou em média, no período de 1981/90, respectivamente 36,48% e 64,87%. Ainda com relação a São Paulo, a MR 262-Grande São Paulo participou com 16,60% das ofertas à CEASA-Campinas e 7,92% ao ETSP. No caso do mercado atacadista campineiro destaca-se ainda a MR 248-Campinas (11,58%). (Figuras 43 e 44; Tabelas 37 e 38-Anexo III).

Outros estados aparecem também como importantes na oferta de cenoura a ambos os mercados. Minas Gerais, através da MR 202-Alta Mantiqueira forneceu em média, no período, 5,28% dos totais anuais do ETSP; por outro lado, a MR 244-Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista, localizada em São Paulo, na divisa com o Estado de Minas Gerais, respondeu em média por 14,03% das ofertas à CEASA-Campinas. (Figuras 43 e 44; Tabelas 37 e 38-Anexo III).

O Estado do Paraná participa através da MR 281-Norte Novo de Londrina, enviando cerca de 9,01% dos totais anuais de cenoura comercializada na CEASA-Campinas, e através da MR 273-Campos de Ponta Grossa com cerca de 10,03% das ofertas do ETSP. (Figuras 43 e 44; Tabelas 37 e 38-Anexo III).

Estes resultados concordam com CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986) que apontaram quatro regiões como sendo as mais importantes na produção de cenoura no Brasil: Paranapiacaba e Grande São Paulo (SP), Alta Mantiqueira (MG) e o Estado do Paraná.

Por fim, observa-se que a participação da MR 261-

Paranapiacaba manteve-se relativamente constante ao longo da década de 80, tanto no ETSP como na CEASA-Campinas, exceção se faz neste último mercado para o biênio 88/90, que registrou ao mesmo tempo uma sensível queda na participação da MR 261-Paranapiacaba e aumento da MR 244-Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista. (Figuras 43 e 44; Tabelas 37 e 38-Anexo III).

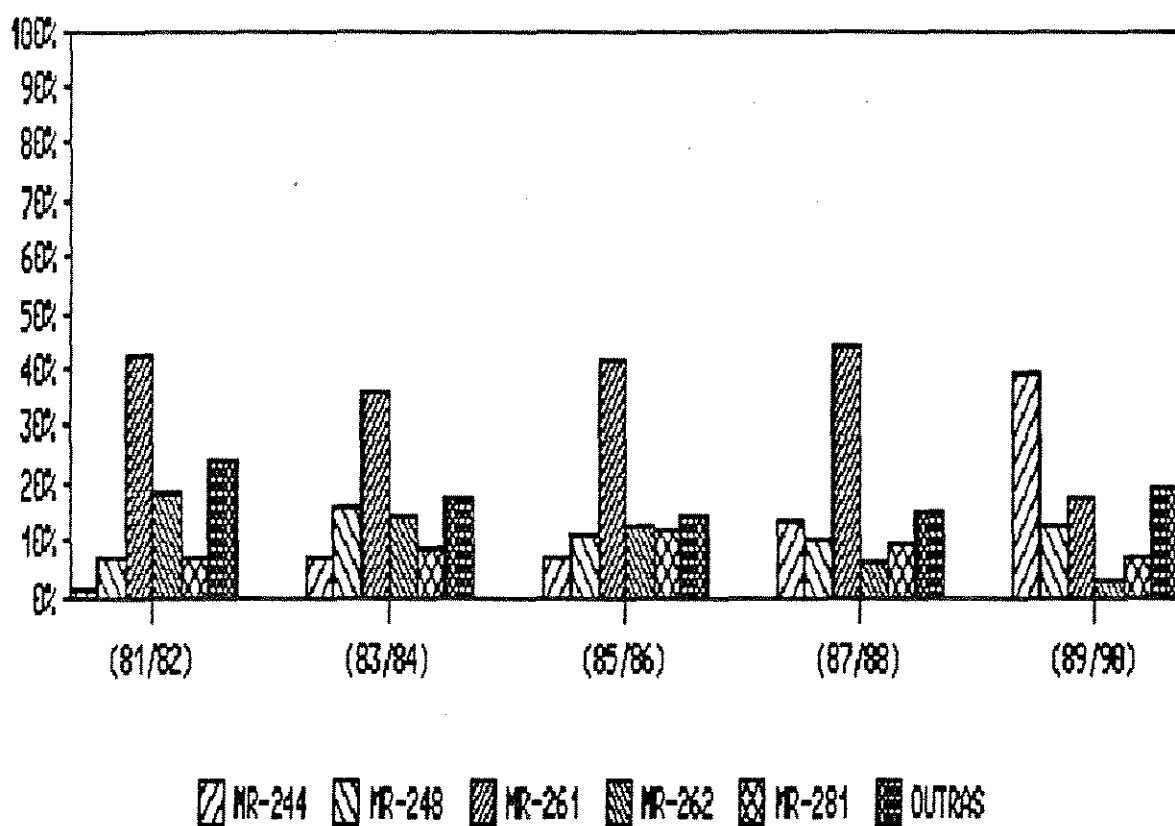


FIGURA 43. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE CENOURA A CEASA-CAMPINAS. MÉDIAS BIENIAIS. (1981/90).

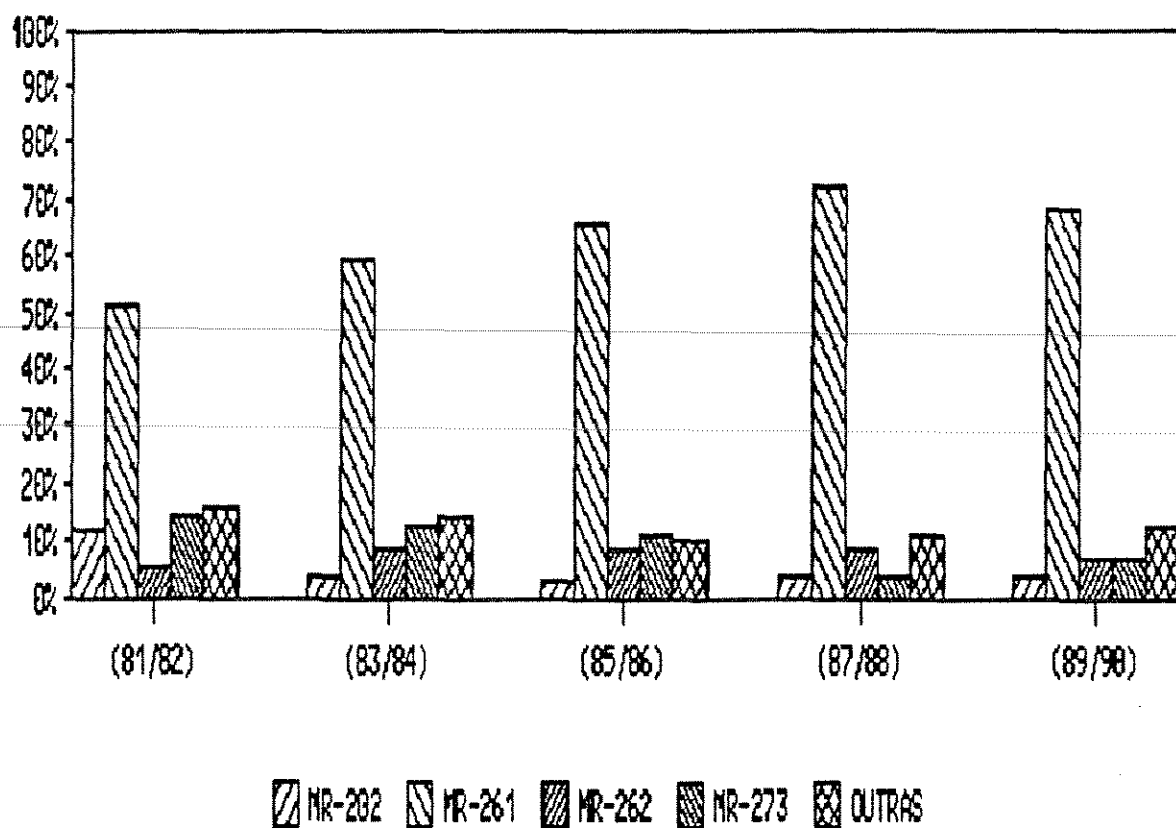


FIGURA 44. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-
CEDÊNCIA DE CENOURA AO ETSP. MÉDIAS BIANUAIS.
(1981/90).

5.2.6. Tomate

Três Microrregiões se destacam no fornecimento de tomate à CEASA-Campinas, são elas: a MR 248-Campinas, com uma oferta média de 37,32% dos totais anuais comercializados; a MR 261-Paranapiacaba com 23,65%; e a MR 249-Estâncias Hidrominerais Paulistas com 9,60%. Observa-se uma decadência no fornecimento da MR 248 ao longo da década de 80, uma certa constância da MR 249 e uma pequena ascensão da MR 261, particularmente nos anos de 1989 e 1990. (Figuras 45; Tabela 39-Anexo III).

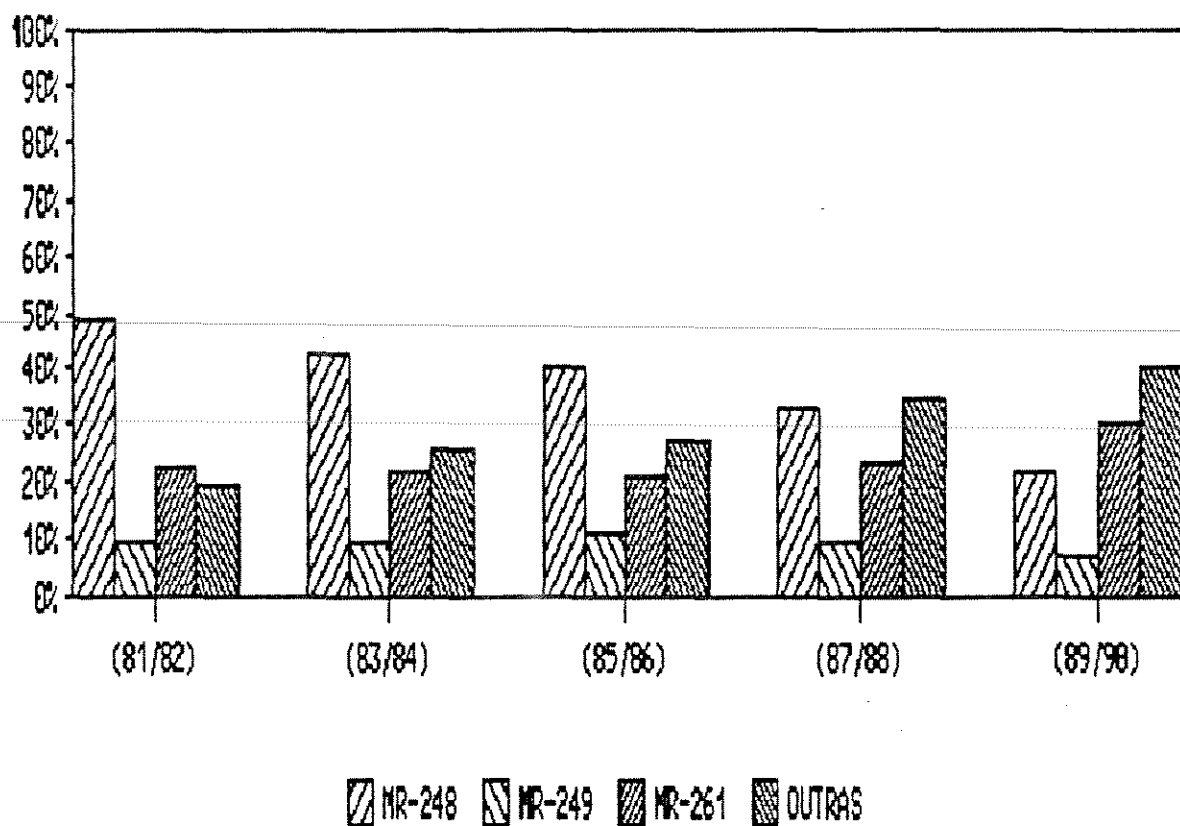


FIGURA 45. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE TOMATE A CEASA-CAMPINAS. MÉDIAS BI-ANUAIS. (1981/90).

A nível do ETSP, destaca-se a MR 248-Campinas, que em média ofertou 22,70% dos totais anuais, a MR 261-Paranapiacaba (19,17%), a MR 264-Apiaí (10,83%) e a MR 243-Depressão Periférica Setentrional (9,17%). (Figura 46; Tabela 40-Anexo III).

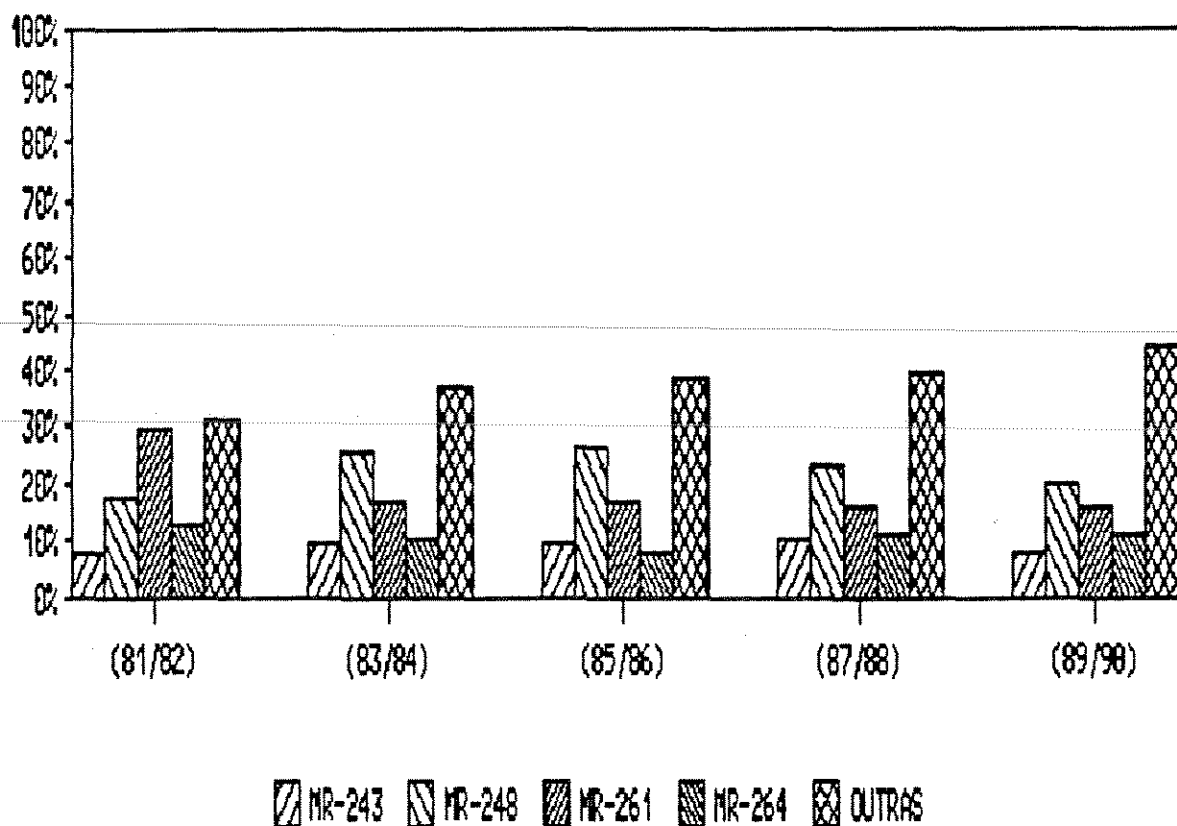


FIGURA 46. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PRO-CEDENCIA DE TOMATE AO ETSP. MEDIAS BIANUAIS. (1981/90).

Assim, os resultados apresentados atestam que as Microrregiões de Campinas e Paranapiacaba representam os principais centros expedidores de tomate de mesa à CEASA-Campinas e ao ETSP, o que coincide com CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986) que apontaram estas regiões como as principais produtoras do Estado de São Paulo.

Por outro lado, as Figuras 45 e 46 e as Tabelas 39 e 40 (Anexo III) colocam em evidência que um conjunto de outras Microrregiões detém uma significativa importância na oferta de tomate de mesa, tanto para o ETSP (38,12% em média) como para a CEASA-Campinas (29,55% em média).

Porém cabe ressaltar que este conjunto é formado

por um grande número de Microrregiões sem que cada uma isoladamente tenha grande expressão . Por exemplo, no caso da CEASA-Campinas, desde 1985 este conjunto é composto por trinta e duas (32) Microrregiões diferentes; já no ETSP, em 1985 oitenta e sete (87) Microrregiões, além das anteriormente destacadas, enviavam tomate de mesa a este entreposto; em 1990 este número se eleva para 114. Assim, é possível supor que a produção de tomate de mesa no Estado de São Paulo esteja dispersa geograficamente, no entanto com maior concentração nas MRs de Campinas e Paranapiacaba, conforme visto anteriormente.

5.2.7. Batata

A análise das Microrregiões de procedência da batata comum comercializada na CEASA-Campinas aponta para a existência de cinco principais localidades, a saber: a MR 268-Curitiba com 16,38% de participação média, inclusive mostrando tendência crescente; a MR 244-Encosta da Mantiqueira Paulista com 8,59%, relativamente constante ao longo do período; a MR 249-Estâncias Hidrominerais Paulistas (8,44%), com destaque apenas no biênio 83/84; a MR 248-Campinas (7,32%), com tendência crescente e a MR 255-Tatui (6,65%). (Figura 47; Tabela 41-Anexo III).

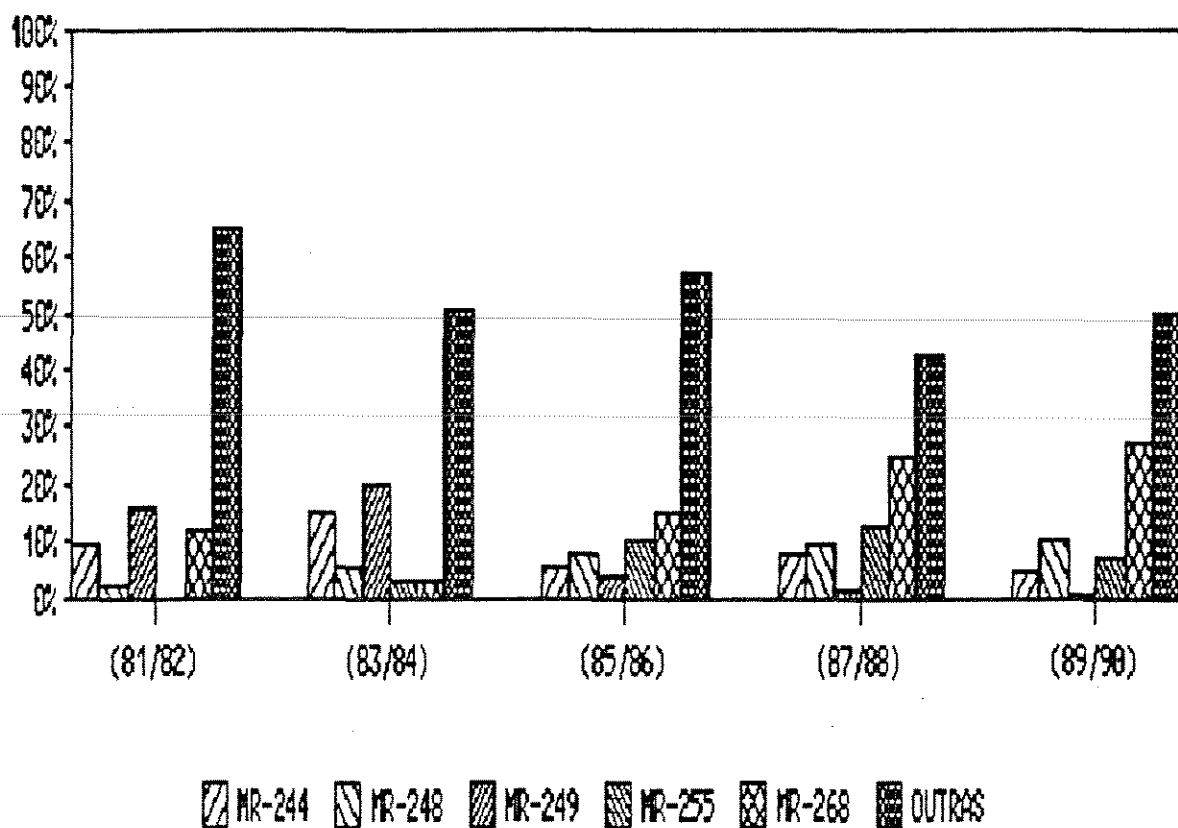


FIGURA 47. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE BATATA COMUM A CEASA-CAMPINAS. MEDIAS BIANUAIS. (1981/90).

No entanto, o que fica mais evidente na análise da Figura 47 e Tabela 41 (Anexo III), é a significativa participação de outras Microrregiões na procedência de batata à CEASA-Campinas, cerca de 53,42% do total das entradas. Porém, deste conjunto de Microrregiões, nenhuma apresenta destaque individual, ou seja, em 1981 este conjunto era formado por onze (11) MRs, em 1985 este número chega à vinte (20) e em 1990 já são vinte e nove (29) MRs enviando o produto. Portanto, pode-se afirmar que o abastecimento de batata da CEASA-Campinas é dependente de um grande número de Microrregiões localizadas em diferentes estados e em áreas

dispersas nos mesmos.

No ETSP o quadro não é muito diferente, sendo que a participação da rubrica Outras Microrregiões é menor que na CEASA-Campinas. Cerca de 32,84% da oferta global média no período, no entanto, é composta por outras Microrregiões (sessenta e cinco MRs em 1985 e setenta e uma MRs em 1990). Destaca-se ainda no mercado atacadista paulistano a participação da MR 261-Paranapiacaba (20,06%), da MR 202-Alta Mantiqueira (12,20%), da MR 254-Açucareira de Piracicaba (7,94%), da MR 262- Grande São Paulo (6,80%) e Transferências Intermercados (20,15%). (Figura 48; Tabela 42-AnexoIII).

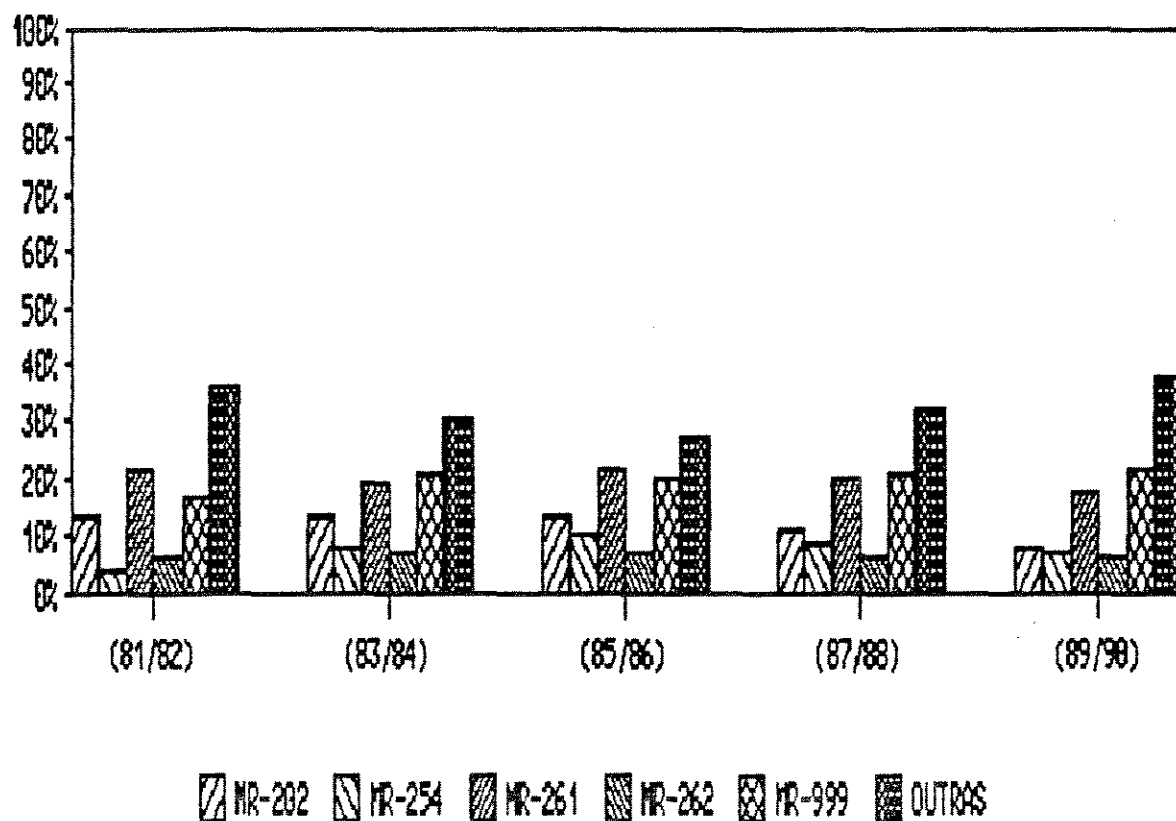


FIGURA 48. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE BATATA COMUM AO ETSP. MÉDIAS BIANUAIS (1981/90).

5.2.8. Cebola

Como o observado para a batata, a rubrica Outras Microrregiões é bastante importante na oferta de cebola à CEASA-Campinas (33,49%) e ao ETSP (31,99%). Da mesma forma, é um conjunto de Microrregiões que isoladamente não tem expressão significativa, ou seja, para a CEASA-Campinas, desde 1985, elas são cerca de trinta e duas (32) MRs distintas e no ETSP eram cinquenta e cinco (55) em 1985 e sessenta e uma (61) em 1990. (Figuras 49 e 50; Tabelas 43 e 44- Anexo III).

Especificamente com relação à CEASA-Campinas, destaca-se ainda as seguintes Microrregiões principais na oferta de cebola: MR 261- Paranapiacaba (22,25% em média), a MR 244-Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista (17,54% em média), a MR 298-Colonial Serrana Catarinense (15,83% em média), a MR 296-Colonial Alto Itajaí (6,91% em média) e a MR 236-Serra de Jaboticabal (3,64% em média, com destaque apenas no biênio 81/82. (Figura 49; Tabela 43- Anexo III).

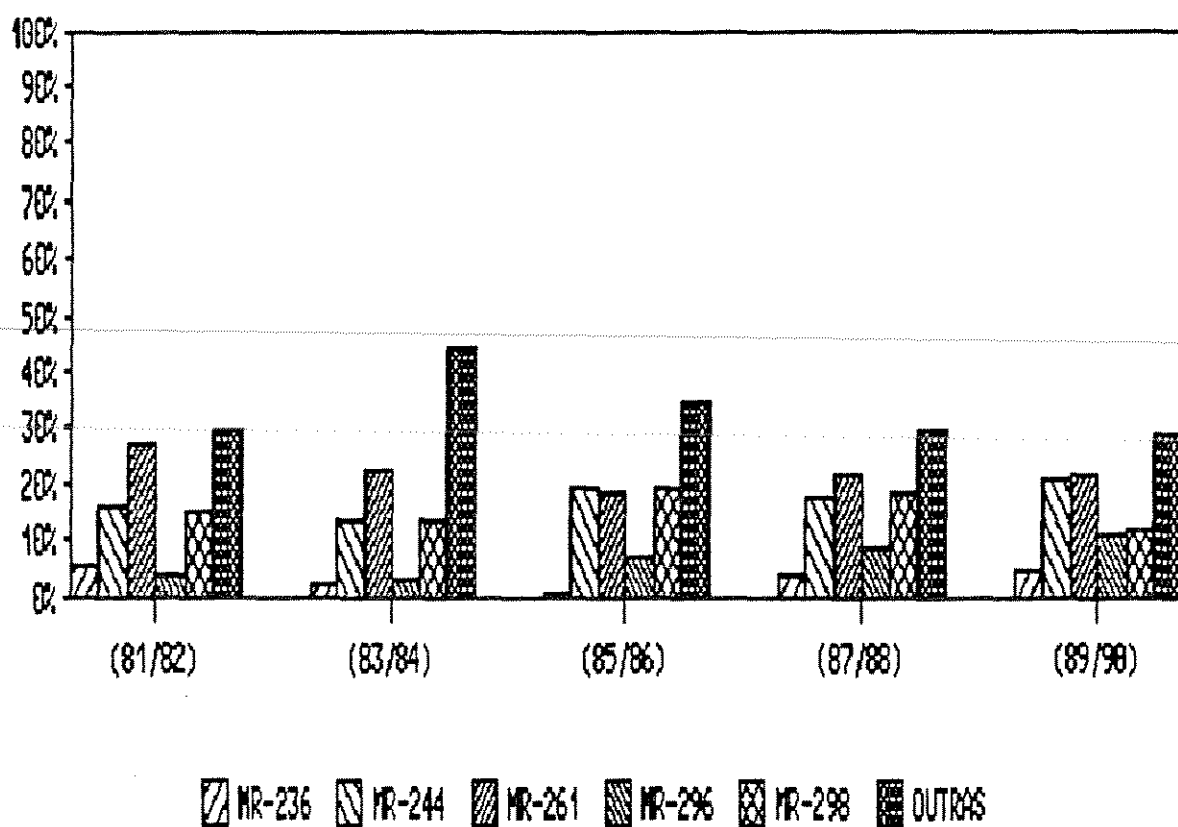


FIGURA 49. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE CEBOLA A CEASA-CAMPINAS. MÉDIAS BIANUAIS. (1981/90).

O ETSP é abastecido de cebola praticamente pelas mesmas Microrregiões que a CEASA-Campinas, ou seja: a MR 261-Paranapiacaba com 23,83% em média; a MR 244-Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista com 10,97%; a MR 298-Colonial Serrana Catarinense (9,63% em média), a MR 296-Colonial Alto Itajaí (14,48% em média); e por transferências intermercados (9,10%). (Figura 50; Tabela 44- Anexo III).

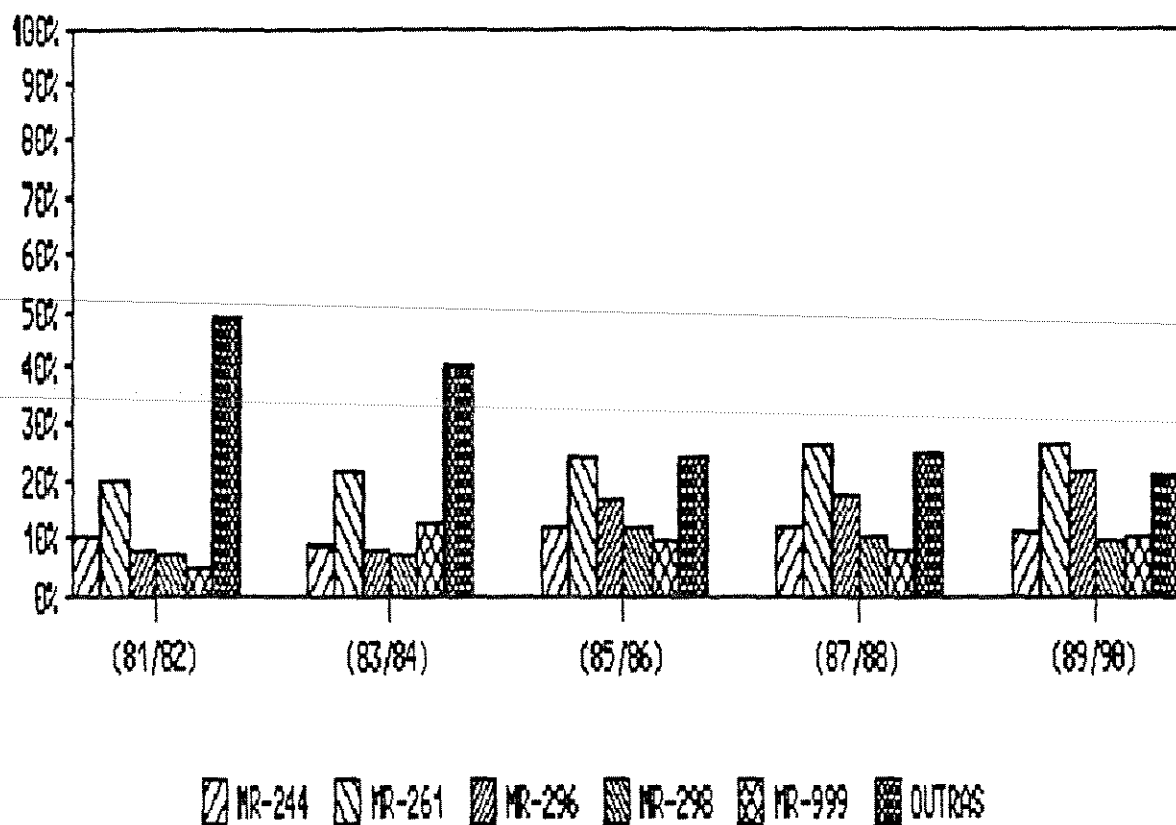


FIGURA 50. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE CEBOLA AO ETSP. MÉDIAS BIANUAIS. (1981/90).

Assim, em síntese, pode-se afirmar que as principais Microrregiões expedidoras de cebola à CEASA-Campinas e ao ETSP no Estado de São Paulo são: Paranapiacaba e Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista, que envolvem os principais municípios produtores mostrados por CAMARGO & CAMARGO FILHO (1986) e, no Estado de Santa Catarina: Colonial do Alto Itajaí e Colonial Serrana Catarinense. Estas constatações se fundamentam também nas conclusões de AMARO *et alii* (1990) e SATO (1990) no que se refere às regiões e épocas de produção de cebola no Brasil.

6. CONCLUSOES

Os padrões de variação sazonal de preços e quantidades dos produtos banana, laranja, alface, tomate e cebola apresentam comportamento semelhante nos mercados atacadistas da CEASA-Campinas e do ETSP. Produtos como o repolho, cenoura e batata, apresentam padrões sazonais de preços semelhantes em ambos os mercados sendo no entanto observada diferenças relevantes nos padrões de variação sazonal de quantidade.

Especificamente para cada um dos produtos estudados, conclui-se que os padrões de variação sazonal de preço e quantidade são:

1) banana: ocorrência de índices sazonais acima da média anual de setembro a janeiro e abaixo da média de fevereiro a agosto; os índices sazonais de quantidade localizam-se próximos a média anual, indicando que a oferta do produto é relativamente estável ao longo do ano.

2) laranja: os índices sazonais de preço mostraram tendência crescente nos meses de setembro a março, ocorrendo o contrário para os demais meses do ano; os índices de

quantidade tendem a elevar-se a partir de junho (mês de menor índice), indo até um limite máximo em novembro quando então, tornam a decrescer. Destaca-se portanto a ocorrência de períodos de maiores preços e ofertas (de setembro a março) e de menores preços e ofertas (de abril a junho).

3) alface: ocorrência de maiores índices sazonais de preço e menores de quantidade nos meses de janeiro a março e menores índices de preço e maiores de quantidade nos meses de agosto a novembro.

4) repolho: índices sazonais de preço acima da média anual no período de fevereiro a julho e menores que a média de setembro a dezembro. Na CEASA-Campinas, os índices sazonais de quantidade são superiores à média anual nos meses de março a agosto e inferiores nos demais meses do ano; já no ETSP, o comportamento dos índices sazonais de quantidade seguem um padrão exatamente inverso ao da CEASA-Campinas. Tal comportamento é explicado por: sendo o mercado de repolho na CEASA-Campinas cerca de dez vezes menor que o do ETSP; que a região de Paranapiacaba é o principal centro expedidor do produto; e que, o ETSP ainda conta com as ofertas da segunda principal região de produção (Grande São Paulo), o que não ocorre com a CEASA-Campinas; conclui-se que o período de maior oferta de Paranapiacaba (de abril a junho) é suficiente para elevar os índices sazonais de quantidade da CEASA-Campinas para níveis acima da média anual e que, no período de setembro a novembro, quando entram novas ofertas de Paranapiacaba e da Grande São Paulo, elevam-se os índices

sazonais do ETSP mas não os da CEASA-Campinas, pois esta não tem na região da Grande São Paulo um pólo de expedição.

5) cenoura: índices sazonais de preço acima da média anual no período compreendido pelos meses de fevereiro a junho e

abaixo da média nos meses de setembro a dezembro; os índices sazonais de quantidade localizam-se próximos à média anual,

indicando que as ofertas são relativamente estáveis ao longo do ano. Destaca-se ainda, que nos meses de março e abril as ofertas de cenoura atingem níveis acima da média anual no mercado atacadista da CEASA-Campinas o que não ocorre no ETSP. Este comportamento tem explicação no tamanho do mercado do ETSP frente ao da CEASA-Campinas, já que as regiões de procedência de cenoura são praticamente as mesmas: no Estado de São Paulo, as Microrregiões de Paranapiacaba, da Grande São Paulo, da Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista; no Estado de Minas Gerais, a Microrregião da Alta Mantiqueira e, Estado do Paraná, Norte Novo de Londrina e Campos de Ponta Grossa.

6) tomate: índices sazonais de preços acima da média anual nos meses de fevereiro a junho e abaixo nos demais meses do ano; os índices sazonais de quantidade localizam-se muito próximos à média anual, indicando que as ofertas de tomate são relativamente estáveis ao longo do ano.

7) batata: índices sazonais de preços acima da média anual nos meses de abril a agosto e abaixo da média de outubro a fevereiro; quanto ao comportamento das ofertas, a CEASA-Campinas registra índices acima da média anual de dezembro a

julho e abaixo nos demais meses do ano, já o ETSP, os índices são maiores de novembro a janeiro e menores de abril a outubro.

8) cebola: índices sazonais de preços acima da média anual no período compreendido pelos meses de abril a agosto e abaixo da média de outubro a março; os índices de quantidades localizam-se próximos à média anual, indicativo de estabilidade da oferta no decorrer do ano.

Em síntese, fica evidente a marcante sazonalidade da oferta de hortigranjeiros ao longo do ano o que constituiu-se num determinante fundamental para a formação de seus preços no mercado atacadista. No entanto, da mesma forma que não se pode questionar a existência de relações entre a evolução dos preços dos produtos hortigranjeiros e sua oferta nos mercados atacadistas, não se pode tampouco ignorar a interferência de uma série de fatores não captados pelos índices sazonais.

Outros elementos, tão importantes quanto a relação oferta-procura, exercem forte influência na definição dos preços praticados no mercado atacadista de hortigranjeiros, a ponto de, inclusive, manter em níveis elevados a amplitude de variação dos índices sazonais de preços em produtos que apresentaram oferta relativamente estável ao longo do ano, como atestam os dados relativos aos produtos alface, repolho, cenoura, tomate e cebola.

Em termos gerais, pode-se enquadrar os elementos que contribuem para a formação de preços dos hortigranjeiros

nos seguintes conjuntos de fatores: tamanho dos mercados; tipo de produto; e expectativas dos agentes de comercialização.

Quanto ao tamanho dos mercados, existe um comportamento reflexivo dos preços em relação aos mercados de grande porte, propagando um certo padrão, cujas determinações nem sempre dizem respeito às especificidades dos mercados e às variações estacionais regionais. A capacidade do Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) em influenciar na formação dos preços praticados na CEASA-Campinas, em razão de seu porte significativamente maior, ficou evidente em todos os produtos analisados.

Quanto ao tipo de produto, destacam-se as seguintes questões:

a) possibilidade de substituição de produtos: a ocorrência ou não de possibilidade de substituição de consumo em certos produtos altera o comportamento das curvas sazonais. Os casos do tomate e da cebola, que não apresentam substitutos diretos, são ilustrativos: pequenas variações na oferta provocam oscilações mais que proporcionais (ou pelo menos do que seria esperado) dos preços. Produtos com maior grau de possibilidade de substituição tendem a responder mais fracamente às oscilações de oferta;

b) possibilidade de armazenamento e conservação pós-colheita: as especificidades fisiológicas de cada produto, com relação à sua capacidade em suportar o armazenamento, mesmo que por curtos períodos de tempo, constitui-se num elemento

importante na definição dos preços, uma vez que responde diretamente pela possibilidade de formação de estoques;

c) influência da agroindústria processadora: no caso de um produto como a laranja, observou-se que a concorrência pela compra do produto entre a agroindústria processadora e o mercado "in natura", provoca períodos concomitantes de ascensão dos preços e das quantidades ofertadas;

d) interação entre produtos similares: a definição dos preços de determinado produto pode ter determinantes em outro similar. Isto foi observado no caso do repolho em relação à alface, pois sendo esta, de consumo geral pela maioria da população, influenciou os movimentos dos preços do repolho no mesmo sentido que os seus.

Quanto às expectativas dos agentes de comercialização, há que se ter em conta que o ambiente de incertezas (um elemento constitutivo da economia capitalista), bastante agravado em economias inflacionárias, como ocorreu no Brasil durante toda o período em análise, cria as condições básicas para que a definição dos preços dos produtos no segmento da comercialização se descole, cada vez mais, dos custos da produção e das relações entre oferta e procura.

Por fim, quanto à procedência dos principais hortigranjeiros comercializados na CEASA-Campinas e no ETSP conclui-se que:

a) para produtos como a banana e a laranja, cujas regiões e épocas de produção são bem definidas, a caracterização dos

quadros de procedência destes produtos é praticamente a mesma tanto para a CEASA-Campinas como para o ETSP;

b) para produtos como a alface e o repolho, que são hortaliças folhosas, as principais regiões expedidoras localizam-se ou numa região tradicionalmente produtora, no caso a Microrregião de Paranapiacaba, ou estão próximas ao mercado consumidor. Ou seja, para CEASA-Campinas destaca-se a Microrregião de Campinas e para o ETSP, a Microrregião da Grande São Paulo;

c) para produtos como a cenoura, tomate, batata e cebola, foi possível caracterizar algumas microrregiões como sendo as principais expedidoras para ambos os mercados, destacando-se porém a existência de um conjunto composto por um grande número de localidades que isoladamente não apresentam participação significativa na oferta global, o que permite concluir que existe uma certa dispersão geográfica da produção.

7. SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como sugestões para trabalhos futuros cita-se:

- Formação de preços no mercado atacadista de produtos hortigranjeiros, tendo como base o levantamento de dados primários a nível da produção, comercialização e abastecimento.
- Relações econômicas entre as diferentes Centrais de Abastecimento, visando estabelecer os fluxos intermercados, as correlações na formação de preços e a caracterização dos diferentes agentes de comercialização e suas formas de atuação.
- Reconstituição da cadeia produção-comercialização-distribuição específica para cada produto hortigranjeiro ou grupo de produtos.
- Evolução recente dos preços reais dos produtos hortigranjeiros, comparando-os a outros indicadores econômicos e aos custos de produção.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- A ascensão dos hortícolas. Conjuntura, São Paulo, Coordenadoria de Abastecimento/SAA. 1:1-13, ago., 1984.
- AGUNE, A. C. Comercialização dos produtos hortícolas na região metropolitana da Grande São Paulo; 1971-79. São Paulo, 1982. 140p. (Mestrado - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV).
- ALMEIDA, F. R. F. A estrutura de comercialização atacadista de alimentos básicos. In: SEMINARIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIENCIA DE SAO PAULO, 1984. Anais..., São Paulo, SAA, 1984. p.165-80.
- AMARO, A. A. Aspectos econômicos da citricultura paulista. In: RODRIGUES, O. & VIEGAS, F. Citricultura brasileira. Campinas, Fundação Cargil, 1980. cap. 2, p. 29-51.
- _____ *et alii*. Prognóstico agrícola 1989/90. Informações Econômicas, São Paulo, 20(2):9-35, fev., 1990
- CAMARGO, A. M. M. P. & CAMARGO FILHO, W. P. Comportamento dos preços de olerícolas nos mercados atacadistas e fluxos de produção regional no Brasil, 1977-83. São Paulo, SAA/IEA, 1986. 79p. (Relatório de Pesquisa, 9).
- CAMPINO, A. C. C.; CACCIAMALI, M. C.; CYRILLO, D. Evolução do padrão alimentar no município de São Paulo. In: SEMINARIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIENCIA DE SAO PAULO, 1984. Anais..., SAO Paulo, SAA, 1984. p.70-106.
- CASTRO, A. B. Aspectos da interdependência econômica entre a estrutura de consumo e a comercialização agrícola. Piracicaba, 1972. 100p. (Doutoramento - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de SAO Paulo).
- CEAGESP. Índices de Variação Estacional (IVE) relativos às quantidades e preços nos principais produtos hortigranjeiros comercializados no ETSP - período 1981 a 1988. SAO Paulo. s.d., 15p. (Documento interno)

- CHONCHOL, J. O desafio alimentar: a fome do mundo. SÃO Paulo, Ed. Marco Zero, 1989. 185p.
- DESGUALDO NETO, D.; TSUNECHIRO, A.; BARROS, L. O. S.; AMARO, A. A. Abastecimento de centros urbanos no estado de SÃO Paulo: mercados municipais. SÃO Paulo, SAA/IEA, 1987. 33p. (Relatório de Pesquisa, 3).
- DICLER, M. P. N. A comercialização de hortícolas no município de Botucatu - SP. Botucatu, 1987. 155p. (Mestrado - Faculdade de Ciências Agrônomicas - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Botucatu).
- DOMINGUES, A. F.; JUNQUEIRA, A. H.; SARDINHA, C. A.; BURNIER, D. M.; PEETZ, M. S. A estrutura de comercialização atacadista de hortigranjeiros - a ação do Estado no setor. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO, 1984. Anais..., SÃO Paulo, SAA, 1984. p.181-99.
- FILGUEIRA, F. A. R. Manual de olericultura - cultura e comercialização de hortaliças. 2º ed. rev. e ampl. SÃO Paulo, Agrônômica Ceres, 1981. 338p.
- _____. Manual de olericultura - cultura e comercialização. 2º ed. rev. e ampl. SÃO Paulo, Agrônômica Ceres, 1982. v.2. 357p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A propósito de diagnóstico de insuficiência da oferta de produtos agrícolas. Campinas, IE/UNICAMP, 1986. 11p. mimeo. (Notas para discussão).
- HOFFMANN, R. Estatística para economistas. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1980, 379p.
- _____. & QUEDA, O. Distribuição de renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: PINSKY, J. (org.). Capital e trabalho no campo. SÃO Paulo, Hucitec, 1977.
- HOMEM DE MELLO, F. Um diagnóstico sobre produção e abastecimento alimentar no Brasil. Agric. em SÃO Paulo, 35 (Tomo especial):115-164, 1988.
- HORTALIÇAS: tempo é instável. Revista Globo Rural, SÃO Paulo, Editora Abril, dez., 1989.
- HORTIGRANJEIROS: da anomia ao controle, um longo caminho a percorrer. Agroanalysis, Rio de Janeiro, 1(8):2-8, abr., 1987.
- INFORMAÇÕES ECONOMICAS; boletim mensal do Instituto de Economia Agrícola. SÃO Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1987-90.

- KAGEYAMA, A. A. & GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola nos anos 70. Estudos Econômicos, SÃO Paulo, 13(3):537-59, set./dez., 1983.
- KAGEYAMA, A. A. (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M., (org). Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, 1990. cap. 2, p.113-223.
- LINHARES, M. Y. L. & SILVA, F. C. T. S. História política do abastecimento: 1918-1974. Brasília, Binagri, 1979. 242p. (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 6).
- MALUF, R. S. J. Algumas considerações teórico-metodológicas no estudo da comercialização agrícola. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1982, 92p. (Texto para discussão, 16).
- _____. Um "mal necessário"? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. Campinas, 1988. 440p. (Doutoramento - Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas).
- MARTINELLI JUNIOR, O. O complexo agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no Estado de SÃO Paulo. SÃO Paulo, 1987. 275p. (Mestrado - Faculdade de Economia e Administração - Universidade de SÃO Paulo).
- MOREIRA, R. S. Banana: teoria e prática de cultivo. Campinas, Fundação Cargil, 1987. 335p.
- MOREIRA, S. História da citricultura no Brasil. In: RODRIGUES, O. & VIEGAS, F. Citricultura brasileira. Campinas, Fundação Cargil, 1980. cap.1, p.1-28.
- MURAYAMA, S. Horticultura. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1971, 693p.
- MUSUMESI, L. Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1987. 232p. (IPEA/INPES, Série PNPE, 15).
- NASCIMENTO, A. F. M. & CRUZ, J. A. C. O abastecimento de hortigranjeiros e a nova política agrícola. R. Econ. rural, 24(4):393-404, out./dez., 1986.
- OLIVEIRA, M. M. Atacado de produtos agrícolas no Brasil: recolocando o problema da intermediação e das altas de preços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 28., Florianópolis, 1990. Anais.... Brasília, SOBER, 1990. p.112-30.

- PAGOTTO, A. M. & KLEM, P. C. F. Pesquisa ENDEF - tabulações especiais. In: SEMINARIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIENCIA DE SAO PAULO, 1984. Anais..., SAO Paulo, SAA, 1984. p.40-69.
- PANDURO, A. M. R. Análise do comportamento da alface (*Lactuca sativa*, L.), sob diferentes condições de iluminamento. Piracicaba, 1986. 129p. (Mestrado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", USP)
- PEREZ, L. H. & SERRALHEIRO, R. A. Estudo da variações do consumo de alimentos em função da despesa per capita na Região Metropolitana de SAO Paulo. 1974/75. SAO Paulo, Secretaria de Abastecimento, nov., 1987. 32p.
- PEROSA, J.M. Y. O tomate no estado de SAO Paulo: produção, comercialização e preços. SAO Paulo, 1985. 174p. (Mestrado - Escola de Administração de Empresas - Fundação Getúlio Vargas).
- PESSOA, D. Aspectos estruturais do abastecimento popular: da situação de carência alimentar à implantação das centrais de abastecimento no nordeste. Acompanhamento Conjuntural, COBAL, 7(3): 93-119, set., 1985.
- PINO, F. A.; CAMARGO, M. L. B.; CAMARGO, A. M. M. P.; PIVA, L. H. de O. Contribuição ao estudo da olericultura paulista. As hortaliças e seu cultivo. 2º ed. Campinas, Fundação Cargil, 1984. Parte IV, p.401-48.
- PRFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS & SOCIEDADE CIVIL DE PLANEJAMENTO LTDA. Estudo de viabilidade técnico-econômica da Central de Abastecimento de Campinas, 1971. 237p.
- RESENDE, L. M. de A. & BRANDT, S. A. O custo social das perdas na comercialização. R. Econ. rural, 19(4):611-9, out./dez., 1981.
- SANTOS, Z. A. P. S. O uso da função logística e a evolução tecnológica das culturas de arroz, banana, feijão e tomate. SAO Paulo, SAA/IEA, 1986. 41p. (Relatório de Pesquisa, 4).
- SATO, G. S. Análise dos preços da cebola para 1985-88. INFORMACOES Econômicas, SAO Paulo, 20(1):9-15, jan., 1990
- SAO PAULO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/ FAO. Abastecimento no Estado de SAO Paulo, 1982. SAO Paulo, 1982. 120p.
- SEGURANÇA alimentar: uma política contra a fome. Conjuntura Alimentos, SAO Paulo. Coordenadoria de Abastecimento/SAA, mar., 1986. 14p. (artigo especial).

SERRALHEIRO, R. A. D. Estrutura de comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo - diagnóstico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GRANDES CIDADES: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO, 1984. Anais..., São Paulo, SAA, 1984. p.200-28.

SIMÃO, S. Manual de fruticultura. São Paulo, Editora Ceres VII, 1971. 530p.

SITUAÇÃO alimentar do Brasil nos últimos 20 anos. Conjuntura Alimentos, São Paulo. Coordenadoria de Abastecimento/SAA, dez., 1985. p.1-35. (encarte).

TOLEDO, L. R. Duelo da alface com o asfalto. Revista Globo Rural, Editora Abril, mar., 1990. p.38-48.

TOLLINI, H. A fome invisível. R. Econ. rural. 24(2):135-143, abr./jun., 1986.

TSUNECHIRO, A.; UENO, L. H.; NOGUEIRA JUNIOR, S.; NOGUEIRA, E. A. Relações inter-regionais de preços de algião, milho e tomate no Estado de São Paulo. Agric. em São Paulo, 36(2):83-96, 1989.

UENO, L. H. Estudo sobre alteração na localização do cinturão verde de São Paulo, no período de 1979-84. Agric. em São Paulo, 36(2):97-145, 1989.

_____; AMARO, A. A.; BORTOLETO, E. E. Variação de preços das hortaliças a nível de varejo na cidade de São Paulo. São Paulo, SAA/IEA, 1981. 29p. (Relatório de Pesquisa, 17)

_____ & TSUNECHIRO, A. Flutuações sazonais de preços, quantidade e "mark-up" de produtos olerícolas em São Paulo, 1971-1987. Agric. em São Paulo, 36(1):73-98, 1989.

_____; WEISEL, P. A.; CAMARGO FILHO, W. P. Aspectos econômicos das principais hortaliças no estado de São Paulo. SOB Informa, 3(1):19-29, 1984.

UM fator de riqueza. Rev. Toda Fruta, 40:29-31, nov., 1989.

WEISS, J. & RAMPONI, R. M. Uma avaliação do sistema de comercialização de hortigranjeiros. R. Econ. rural, 19(1):69-86, jan./mar., 1981.

ZAIDHAFT, J. F. Batata-inglesa. Agroanalysis, 11(10):7-16, 1987.

ZATARIN, M. Comportamento de progênies de alface (Lactuca sativa, L.) em diferentes épocas de plantio. Piracicaba, 1985. 90p. (Mestrado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", USP).

9. ABSTRACT

This research has the following purposes: to characterize the patterns of seasonal variations of prices and quantities, and to determine the regions of production of the vegetables traded at CEASA-Campinas, in the period 1981 to 1990. The results obtained were compared to those provided by Entrepoto Terminal de São Paulo (ETSP)-CEAGESP. Eight main products were chosen according to their relevance related to the amount and value commercialized. The products are: banana nanica, orange (laranja pera), lettuce, cabbage, carrot, tomato, potato and onion.

The patterns of seasonal variations were defined applying the centralized changeable geometric average method. The production areas were defined by specific product schedules. A schedule was made for with each product the amount offered by each Micro Region according to the months of the year.

The data analysis shows that the price changes are connected to the offer of the products, but not exclusively. Some other factors like: market size; trade agents' expectations and the kind of product, that are not considered

by seasonal index, interfere on price changes. It was positively established that the main production areas of these products are the same both for CEASA-Campinas and ETSP, except for lettuce and cabbage. These two vegetables come mainly from specific areas of production close to their markets.

ANEXO I

TABELA 13. INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE BANANA E LARANJA NO MERCADO ATACADISTA DA CEASA-CAMPINAS (1981/90).

Mês	INDICE SAZONAL DE BANANA		INDICE SAZONAL DE LARANJA	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan.....	102,8260	98,3699	112,2710	117,2620
Fev.....	94,8131	102,1070	118,9970	112,4680
Mar.....	91,0015	107,3630	126,7030	112,0720
Abr.....	99,4443	95,7740	112,7750	80,7134
Mai.....	92,9306	99,3115	96,4901	56,9702
Jun.....	88,8425	95,5018	96,7250	50,6229
Jul.....	88,1520	103,9270	82,3261	67,4369
Ago.....	93,2700	106,2700	93,4700	97,7101
Set.....	104,1760	99,7866	82,0965	112,6590
Out.....	121,2860	98,3471	86,0220	125,6950
Nov.....	114,7020	98,3342	95,4149	136,8510
Dez.....	108,5560	94,9087	96,7090	129,5400
Amplitude	33,1340	12,4543	44,6810	86,2281

FONTE: Preços e quantidades publicados no Boletim Evolução Histórica da Quantidade Comercializada para os anos de 1981 à 1985 e 1990 e Boletim para Captação de Informação sobre Comercialização nas CEASAs para os anos de 1986 à 1989 da CEASA-Campinas.

TABELA 14. INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE BANANA NAO CLIMATIZADA, CLIMATIZADA E LARANJA NO MERCADO ATACADISTA DO ETSP. (1981/88).

Mês	INDICE SAZONAL DE BANANA NAO CLIMATIZADA		INDICE SAZONAL DE BANANA CLIMATIZADA		INDICE SAZONAL DE LARANJA	
	PREÇO	QUANT.	PREÇO	QUANT.	PREÇO	QUANT.
Jan.....	107	127	101	106	133	106
Fev.....	95	106	85	103	129	97
Mar.....	92	126	82	108	118	101
Abr.....	93	96	97	100	97	87
Mai.....	90	88	91	103	80	86
Jun.....	84	94	81	96	73	88
Jul.....	82	114	80	101	77	101
Ago.....	86	103	90	102	80	107
Set.....	100	90	111	97	89	105
Out.....	132	88	146	98	96	114
Nov.....	127	81	130	96	112	106
Dez.....	114	86	105	90	116	101
Amplitude	50	46	65	18	60	28

FONTE: Índice de Variação Estacional (IVE) - Relativos as Quantidades e Preços dos Principais Produtos Hortigranjeiros Comercializados no ETSP. Período (1981/88) publicado pela CEAGESP

TABELA 15. INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE DE ALFACE E REPOLHO NO MERCADO ATACADISTA DA CEASA-CAMPINAS (1981/90).

Mês	INDICE SAZONAL DE ALFACE		INDICE SAZONAL DE REPOLHO	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan....	115,4700	92,5225	97,4062	91,8233
Fev....	170,1040	91,6019	129,0400	95,5851
Mar....	168,3650	101,3930	129,1960	113,2100
Abr....	135,3950	101,1190	122,0710	113,9110
Maió....	119,8960	98,9780	126,5940	111,3450
Jun....	129,6780	79,4065	134,5990	109,2980
Jul....	80,4964	92,3603	120,3620	103,4110
Ago....	49,6765	117,7800	94,6888	103,1310
Set....	40,0407	110,1860	77,2710	94,3797
Out....	52,0139	110,8860	59,6750	93,8592
Nov....	58,8303	107,7510	56,3813	87,5845
Dez....	80,0342	96,0156	52,7150	82,4620
Amplitude	130,0633	38,3735	81,8840	31,4490

FONTE: Preços e quantidades publicados no Boletim Evolução Histórica da Quantidade Comercializada para os anos de 1981 à 1985 e 1990 e Boletim para Captação de Informação sobre Comercialização nas CEASAs para os anos de 1986 à 1989 da CEASA-Campinas.

TABELA 16: INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE ALFACE E REPOLHO NO MERCADO ATACADISTA DO ETSP (1981/88).

Mês	INDICE SAZONAL DE ALFACE		INDICE SAZONAL DE REPOLHO	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan....	94	101	109	88
Fev....	163	76	137	89
Mar....	145	93	129	94
Abr....	102	107	100	97
Maió....	114	92	126	97
Jun....	168	71	140	96
Jul....	117	87	133	94
Ago....	71	109	98	103
Set....	51	114	67	117
Out....	50	127	55	123
Nov....	52	118	51	109
Dez....	74	103	54	94
Amplitude	118	56	89	35

FONTE: Índice de Variação Estacional (IVE) - Relativos as Quantidades e Preços dos Principais Produtos Hortigranjeiros Comercializados no ETSP. Período (1981/88) publicado pela CEAGESP

TABELA 17. INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE CENOURA E TOMATE NO MERCADO ATACADISTA DA CEASA-CAMPINAS (1981/90).

Mês	INDICE SAZONAL DE CENOURA		INDICE SAZONAL DE TOMATE	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan....	90,5711	100,9640	76,5252	107,9160
Fev....	115,0550	86,4604	111,7860	98,7510
Mar....	132,4120	97,2175	116,6160	108,0030
Abr....	131,0580	91,3109	133,3490	95,4943
Maió....	116,2720	102,6200	116,1860	97,6136
Jun....	111,6860	98,9118	115,9010	93,3592
Jul....	98,3771	101,3620	92,6119	103,0910
Ago....	100,3410	104,2030	99,6462	99,7914
Set....	86,8415	99,5259	95,6386	98,3485
Out....	73,0947	104,0400	85,8008	101,6830
Nov....	73,9527	102,9400	77,9981	97,6149
Dez....	70,3390	110,4460	77,9403	98,3333
Amplitude	62,0730	23,9856	56,8238	14,6438

FONTE: Preços e quantidades publicados no Boletim Evolução Histórica da Quantidade Comercializada para os anos de 1981 à 1985 e 1990 e Boletim para Captação de Informação sobre Comercialização nas CEASAs para os anos de 1986 à 1989 da CEASA-Campinas.

TABELA 18: INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE CENOURA E TOMATE NO MERCADO ATACADISTA DO ETSP (1981/88).

Mês	INDICE SAZONAL DE CENOURA		INDICE SAZONAL DE TOMATE	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan....	101	105	73	111
Fev....	128	86	115	93
Mar....	135	99	112	103
Abr....	122	103	140	89
Maió....	110	101	112	101
Jun....	116	90	103	99
Jul....	108	95	94	102
Ago....	97	100	104	93
Set....	72	101	88	104
Out....	64	112	84	116
Nov....	65	104	88	97
Dez....	81	105	88	91
Amplitude	71	26	67	27

FONTE: Índice de Variação Estacional (IVE) - Relativos as Quantidades e Preços dos Principais Produtos Hortigranjeiros Comercializados no ETSP. Período (1981/88) publicado pela CEAGESP

TABELA 19. INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE BATATA E CEBOLA NO MERCADO ATACADISTA DA CEASA-CAMPINAS (1981/90).

Mês	INDICE SAZONAL DE BATATA		INDICE SAZONAL DE CEBOLA	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan....	75,0262	105,3570	73,6093	109,5940
Fev....	85,7572	101,9650	79,4634	100,4740
Mar....	100,2200	103,9790	98,0547	111,8510
Abr....	109,9540	110,8430	112,5990	104,7060
Mai....	121,5040	115,3120	127,7610	98,9814
Jun....	128,2360	113,7110	140,4410	90,7126
Jul....	115,1500	104,9590	120,3070	96,8408
Ago....	117,8440	100,5320	107,6340	122,7700
Set....	97,2294	90,2081	101,9750	92,8999
Out....	90,4255	75,1244	91,6939	92,6637
Nov....	81,2055	72,3826	84,4000	86,9932
Dez....	77,4476	105,6270	62,0619	91,5132
Amplitude	53,2098	42,9294	78,3791	35,7768

FONTE: Preços e quantidades publicados no Boletim Evolução Histórica da Quantidade Comercializada para os anos de 1981 à 1985 e 1990 e Boletim para Captação de Informação sobre Comercialização nas CEASAs para os anos de 1986 à 1989 da CEASA-Campinas.

TABELA 20: INDICE SAZONAL DE PREÇO E QUANTIDADE E AMPLITUDE DO INDICE, DE BATATA E CEBOLA NO MERCADO ATACADISTA DO ETSP (1981/88).

Mês	INDICE SAZONAL DE BATATA		INDICE SAZONAL DE CEBOLA	
	PREÇO	QUANTIDADE	PREÇO	QUANTIDADE
Jan....	76	124	71	106
Fev....	84	99	80	96
Mar....	91	100	94	102
Abr....	104	92	126	101
Mai....	119	92	138	98
Jun....	113	99	129	95
Jul....	121	94	144	98
Ago....	133	89	118	100
Set....	116	84	99	99
Out....	78	95	80	105
Nov....	81	108	63	102
Dez....	84	122	58	96
Amplitude	57	40	86	11

FONTE: Índice de Variação Estacional (IVE) - Relativos as Quantidades e Preços dos Principais Produtos Hortigranjeiros Comercializados no ETSP. Período (1981/88) publicado pela CEAGESP.

ANEXO II

RELAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS COM INDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE AS COMPOEM, SEGUNDO A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) - CENSO AGROPECUARIO DE 1990.

MR 202-ALTA MANTIQUEIRA: Brazópolis, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Extrema, Gonçalves, Itajubá, Itamontes, Itanhandu, Itapeva, Maria da Fé, Marmelópolis, Munhoz, Paraisópolis, Passa Quatro, Piranguaçu, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde, Sapucaí-Mirim, Toledo, Virgínia, Venceslau Braz.

MR 225-ALTA ARARAQUARENSE DE FERNANDÓPOLIS: Aparecida D'Oeste, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Guarani D'Oeste, Indaiaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mira Estrela, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pedranópolis, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Preta, Santa Rita D'Oeste, São João da Duas Pontes, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia.

MR 236-SERRA DE JABOTICABAL: Bebedouro, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Pirangi, Pitangueiras, Santa Ernestina, Taiaçu, Taiúva, Taquaritinga, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto.

MR 243-DEPRESSÃO PERIFÉRICA SETENTRIONAL: Aguaí, Casa Branca, Leme, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú.

MR 244-ENCOSTA OCIDENTAL DA MANTIQUEIRA PAULISTA: Águas da Prata, Caconde, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul.

MR 248-CAMPINAS: Americana, Araras, Arthur Nogueira, Campinas, Conchal, Cordeirópolis, Cosmópolis, Elias Fausto, Indaiatuba, Jaguariúna, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo.

MR 249-ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS PAULISTAS: Águas de Lindóia, Amparo, Itapira, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra, Socorro.

MR 254-AÇUCAREIRA DE PIRACICABA: Capivari, Charqueada, Iracemópolis, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Gertrudes.

MR 255-TATUI: Boituva, Cerquilha, Cesário Lange, Laranjal Paulista, Pereiras, Porangaba, Tatuí, Tietê.

MR 261-PARANAPIACABA: Capão Bonito, Guapiara, Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, Ribeirão Branco, São Miguel Arcanjo, Tapiraí.

MR 262- GRANDE SÃO PAULO: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jaquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Susano, Taboão da Serra.

MR 264-APIAI: Apiaí, Barra do Turvo, Iporanga, Ribeira.

MR 265-BAIXADA DO RIBEIRA: Cananeia, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Registro, Sete Barras.

MR 266-BAIXADA SANTISTA: Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Itariri, Monguaguá, Pedro de Toledo, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Vicente.

MR 268-CURITIBA: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Cotenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais.

MR 273-CAMPOS DE PONTA GROSSA: Castro, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Tibagi.

MR 281-NORTE NOVO DE LONDRINA: Alvorada do Sul, Arapongas, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Colorado, Florestópolis, Flórida, Guaraci, Ibioporã, Iguaçu, Itaguajé, Jaguapirã, Lobato, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Munhoz de Melo, Nossa Senhora da Graça, Porecatu, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, Sertãoópolis.

MR 296-COLONIAL ALTO ITAJAI: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central.

MR 298-COLONIAL SERRANA CATARINENSE: Aguas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Canelina, Leoberto Leal, Major, Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista.

ANEXO III

TABELA 29. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE BANANA COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS.(1981/90).
(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
248-CAMPINAS	944382	3,62%	1231872	3,53%	1623477	5,88%	1603356	7,95%	1497630	7,34%
265-BAIXADA DO RIBEIRA	12903204	49,48%	21805622	62,57%	17236685	62,46%	1133848	5,62%	12591180	61,70%
266-BAIXADA SANTISTA	11019259	42,26%	10100243	28,98%	7636806	27,67%	6091036	30,20%	3776060	18,50%
OUTRAS	1210174	4,64%	1712813	4,91%	1100697	3,99%	11341254	56,23%	2542507	12,46%
TOTAL	26077019	100,00%	34850550	100,00%	27597665	100,00%	20169494	100,00%	20407377	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
248-CAMPINAS	2336824	8,61%	3769502	13,38%	3201829	11,87%	1305520	4,66%	618600	2,37%	6,92%
265-BAIXADA DO RIBEIRA	16924625	62,34%	19473074	69,11%	18846327	69,87%	19953864	71,30%	21713976	83,19%	59,76%
266-BAIXADA SANTISTA	4393255	16,18%	4035467	14,32%	3613736	13,40%	5442759	19,45%	3323943	12,73%	22,37%
OUTRAS	3495181	12,87%	897044	3,18%	1310408	4,86%	1283386	4,59%	445544	1,71%	10,94%
TOTAL	27149885	100,00%	28175087	100,00%	26972300	100,00%	27985529	100,00%	26102063	100,00%	100,00%

FONTE: CEASA-CAMPINAS

TABELA 30. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE BANANA COMERCIALIZADA NO ETSP.(1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
265-BAIXADA DO RIBEIRA	95514	57.54%	119674	64.03%	34019	19.30%	102935	66.81%	102579	63.09%
266-BAIXADA SANTISTA	49351	29.73%	37624	20.13%	22084	12.53%	32813	21.30%	37632	23.14%
999-TRANSFERENCIA	7221	4.35%	29194	15.62%	118466	67.22%	18154	11.78%	22308	13.72%
OUTRAS	13910	8.38%	411	0.22%	1660	0.94%	173	0.11%	79	0.05%
TOTAL	165996	100.00%	186903	100.00%	176229	100.00%	154075	100.00%	162598	100.00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
265-BAIXADA DO RIBEIRA	97298	63.06%	104920	66.48%	106265	66.52%	101959	66.00%	85599	71.00%	60.38%
266-BAIXADA SANTISTA	34708	22.50%	28617	18.13%	27748	17.37%	23131	14.97%	15603	12.94%	19.27%
999-TRANSFERENCIA	22268	14.43%	24034	15.23%	25704	16.09%	29351	19.00%	19351	16.05%	19.35%
OUTRAS	9	0.01%	240	0.15%	42	0.03%	46	0.03%	15	0.01%	0.99%
TOTAL	154284	100.00%	157811	100.00%	159760	100.00%	154487	100.00%	120567	100.00%	100.00%

FONTE: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

TABELA 31. PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DE PROCEDÊNCIA DE LARANJA COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS, (1981/90).
(continua)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
225-ALTA ARAR, FERNANDÓPOLIS	1426302	4,94%	2756445	7,77%	3613734	8,59%	2576690	10,00%	1545840	6,19%
236-SERRA DE JABOTICABAL	3177009	11,00%	1780293	5,02%	2025992	4,82%	1137085	4,41%	656947	2,63%
243-DEP. PERIF. SETENTRIONAL	2115369	7,32%	3164261	8,92%	6642406	15,80%	5498717	21,34%	6976989	27,95%
248-CAMPINAS	18144972	62,82%	21967294	61,92%	24952735	59,34%	15315432	59,44%	15018836	60,17%
OUTRAS	4019450	13,92%	5806891	20,10%	4818621	11,46%	1237514	2,94%	764061	3,06%
TOTAL	28883102	100,00%	35475184	100,00%	42053488	100,00%	25765438	100,00%	24962673	100,00%

(conclusão)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPAÇÃO MÉDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
225-ALTA ARAR, FERNANDÓPOLIS	2023312	5,97%	3604433	8,46%	4585111	14,28%	5620371	12,41%	6660819	11,96%	9,06%
236-SERRA DE JABOTICABAL	938508	2,77%	895268	2,10%	1442398	4,49%	5859751	12,94%	6427922	11,55%	6,17%
243-DEP. PERIF. SETENTRIONAL	8143193	24,01%	9734979	22,86%	6858115	21,35%	12232776	27,01%	13759464	24,72%	20,13%
248-CAMPINAS	20826148	61,42%	24582251	57,71%	17228507	53,64%	17369154	38,35%	20525526	36,87%	55,17%
OUTRAS	1978878	5,84%	3777525	8,87%	2004458	6,24%	4210690	9,30%	8296113	14,90%	9,66%
TOTAL	33910039	100,00%	42594456	100,00%	32118589	100,00%	45292742	100,00%	55669844	100,00%	100,00%

FONTE: CEASA-CAMPINAS

TABELA 32. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE LARANJA COMERCIALIZADA NO ETSP. (1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(cx)	(%)	(cx)	(%)	(cx)	(%)	(cx)	(%)	(cx)	(%)
236-SERRA JABOTICABAL	811619	27.45X	2184628	28.08X	5956404	31.97X	2933085	24.43X	2330080	21.18X
243-DEPRES. PERIF. SETEN.	275748	9.33X	802497	10.32X	2155365	11.57X	1454672	12.12X	1643998	14.94X
248-CAMPINAS	1418264	47.97X	3399297	43.69X	7556141	40.56X	4801884	40.00X	4134095	37.57X
OUTRAS	450738	15.25X	1393258	17.91X	2960966	15.89X	2816465	23.46X	2895274	26.31X
TOTAL	2956369	100.00X	7779680	100.00X	18628876	100.00X	12006106	100.00X	11003447	100.00X

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO
	(cx)	(%)	(cx)	(%)	(cx)	(%)	(cx)	(%)	(cx)	(%)	
236-SERRA JABOTICABAL	4179107	25.86X	4374854	26.48X	2708008	20.52X	3014547	20.73X	3393474	21.91X	24.86X
243-DEPRES. PERIF. SETEN.	2308816	14.28X	2304800	13.95X	1667802	12.64X	1540204	10.59X	2014468	13.00X	12.27X
248-CAMPINAS	6119427	37.86X	6328601	38.31X	5236922	39.69X	5957674	40.97X	6332340	40.88X	40.75X
OUTRAS	3555311	22.00X	3511082	21.25X	3582273	27.15X	4029927	27.71X	3750866	24.21X	22.11X
TOTAL	16162661	100.00X	16519337	100.00X	13195005	100.00X	14542352	100.00X	15491148	100.00X	100.00X

FONTE: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

TABELA 34. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE ALFACE COMERCIALIZADA NO ETSP, (1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(eng)	(%)
248-CAMPINAS	41588	14,39%	165633	27,11%	288926	22,19%	237868	17,01%	176045	16,87%
261-PARANAPIACABA	39283	13,59%	46672	7,64%	102492	7,87%	128216	9,17%	104523	10,02%
262-GRANDE SAO PAULO	165323	57,21%	332673	54,45%	756963	58,13%	843636	60,34%	623622	59,76%
OUTRAS	42797	14,81%	66038	10,81%	153762	11,81%	188306	13,47%	139326	13,35%
TOTAL	288991	100,00%	611016	100,00%	1302143	100,00%	1398026	100,00%	1043516	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO
	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(eng)	(%)	(%)
248-CAMPINAS	302666	13,29%	322948	13,09%	382460	13,00%	484293	19,26%	392394	16,73%	17,29%
261-PARANAPIACABA	184070	8,08%	281395	11,40%	303320	10,31%	355781	14,15%	402289	17,16%	10,94%
262-GRANDE SAO PAULO	1423666	62,50%	1485592	60,21%	1579560	53,69%	1284703	51,10%	1143008	48,75%	56,61%
OUTRAS	367300	16,13%	377379	15,30%	676660	23,00%	389205	15,48%	407091	17,36%	15,15%
TOTAL	2277702	100,00%	2467314	100,00%	2942000	100,00%	2513982	100,00%	2344782	100,00%	100,00%

FONTE: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

TABELA 33. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE ALFACE COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS.(1981/90).
(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
248-CAMPINAS	6685805	97.73%	6070554	97.85%	5878002	98.16%	4998383	90.42%	4960951	95.89%
OUTRAS	155608	2.27%	133539	1.95%	110162	1.84%	529546	8.84%	212745	4.11%
TOTAL	6841413	100.00%	6204093	100.00%	5988164	100.00%	5527929	100.00%	5173696	100.00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
248-CAMPINAS	5375677	96.83%	4632048	95.28%	5127169	98.18%	5208237	98.85%	4815196	98.84%	96.80%
OUTRAS	175834	3.17%	229613	4.72%	94836	1.82%	60734	1.15%	56314	1.16%	3.10%
TOTAL	5551511	100.00%	4861661	100.00%	5222005	100.00%	5268971	100.00%	4871510	100.00%	100.00%

FORTE: CEASA-CAMPINAS

TABELA 36. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE REPOLHO COMERCIALIZADO NO ETSP.(1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)
261-PARANAPIACABA	186381	48,14%	523842	54,72%	761688	51,05%	1087604	52,87%	1154714	55,52%
262-GRANDE SAO PAULO	162994	42,10%	375159	39,19%	554409	37,16%	766267	37,25%	788511	37,92%
OUTRAS	37805	9,76%	58299	6,09%	175858	11,79%	203429	9,89%	136407	6,56%
TOTAL	387180	100,00%	957300	100,00%	1491955	100,00%	2057300	100,00%	2079632	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO
	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(%)
261-PARANAPIACABA	1088935	55,36%	1240435	62,42%	1569508	65,26%	1424126	65,27%	1544663	68,16%	57,88%
262-GRANDE SAO PAULO	706593	35,92%	607230	30,55%	607672	25,27%	532320	24,40%	548529	24,21%	33,40%
OUTRAS	171522	8,72%	139679	7,03%	227951	9,48%	225303	10,33%	172885	7,63%	8,73%
TOTAL	1967050	100,00%	1987344	100,00%	2405131	100,00%	2181749	100,00%	2266077	100,00%	100,00%

FONTE: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

TABELA 35. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE REPOLHO COMERCIALIZADO NA CEASA-CAMPINAS.(1981/90).
(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
244-ENC.OC.MANTIQUEIRA PTA	...	0,00%	3876	0,04%	36477	0,48%	70162	0,67%	42746	0,42%
248-CAMPINAS	1558	0,02%	763870	7,60%	1154374	15,28%	1259199	12,04%	538657	5,34%
261-PARANAPIACABA	62656	0,68%	7132984	70,93%	4677870	61,93%	6594512	63,06%	8133094	80,61%
OUTRAS	9135269	99,30%	2156123	23,44%	1685364	22,31%	2533761	24,23%	1375145	13,63%
TOTAL	9199483	100,00%	10056853	100,00%	7554085	100,00%	10457634	100,00%	10089642	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
244-ENC.OC.MANTIQUEIRA PTA	357475	4,39%	271145	3,30%	188799	2,02%	1314403	12,32%	0	0,00%	2,38%
248-CAMPINAS	853343	10,47%	1125857	13,70%	1967535	21,06%	1625370	15,48%	21435	0,30%	10,13%
261-PARANAPIACABA	5630504	69,08%	5574100	67,81%	6416634	68,67%	6985355	66,55%	6737448	93,59%	64,29%
OUTRAS	1309590	16,07%	1248914	15,19%	770947	8,25%	571819	5,45%	439932	6,11%	23,40%
TOTAL	8150912	100,00%	8220016	100,00%	9343915	100,00%	10496947	100,00%	7198815	100,00%	100,00%

FONTE: CEASA-CAMPINAS
(...) dado nao disponivel

TABELA 37. MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE CENOURA COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS.(1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
244-ENC,OC,MANTIQUEIRA PTA	68425	1,33%	129462	2,16%	745913	12,95%	127162	1,89%	127959	2,22%
248-CAMPINAS	364676	7,10%	464103	7,76%	952401	16,54%	1026118	15,24%	581281	10,10%
261-PARANAPIACABA	2143000	41,71%	2596818	43,42%	1865005	32,39%	2706807	40,21%	2421115	42,08%
262-GRANDE SAO PAULO	973850	18,96%	1071190	17,91%	740242	12,86%	1052211	15,63%	954930	16,60%
281-NORTE NOVO DE LONDRINA	479375	9,33%	340625	5,70%	435812	7,57%	648807	9,64%	674820	11,73%
OUTRAS	1108175	21,57%	1378409	26,83%	1018731	17,69%	1170218	17,38%	993706	17,27%
TOTAL	5137501	100,00%	5980607	100,00%	5758104	100,00%	6731323	100,00%	5753811	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
244-ENC,OC,MANTIQUEIRA PTA	841954	12,09%	1138644	15,56%	1112508	12,60%	2972136	31,17%	4995088	48,30%	14,03%
248-CAMPINAS	885399	12,71%	650193	8,89%	998612	11,31%	1299521	13,63%	1292610	12,50%	11,58%
261-PARANAPIACABA	2879737	41,34%	3265135	44,63%	3889728	44,07%	1720904	18,05%	1752264	16,94%	36,48%
262-GRANDE SAO PAULO	633637	9,10%	493463	6,75%	504400	5,71%	426847	4,48%	277184	2,68%	11,07%
281-NORTE NOVO DE LONDRINA	854336	12,26%	892680	12,20%	650088	7,37%	817392	8,57%	594840	5,75%	9,01%
OUTRAS	870850	12,50%	875760	11,97%	1671204	18,93%	2298955	24,11%	1429916	13,83%	18,21%
TOTAL	6965913	100,00%	7315875	100,00%	8826540	100,00%	9535755	100,00%	10342702	100,00%	100,00%

FONTE: CEASA-CAMPINAS

TABELA 40. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE TOMATE COMERCIALIZADO NO ETSP, (1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)
43-DEP. PERIF. SETENTRIONAL	...	0,00%	876837	15,74%	1082183	9,53%	1198227	9,91%	1185584	8,99%
48-CAMPINAS	25112	0,99%	1928004	34,60%	2791299	24,59%	3326423	27,51%	3275584	24,84%
61-PARANAPIACABA	1332054	52,28%	377179	6,77%	1949763	17,18%	2093394	17,31%	2529550	19,19%
64-APIAI	657310	25,80%	23044	0,41%	1259766	11,10%	1134962	9,38%	1256385	9,53%
OUTRAS	533490	20,94%	2366430	42,47%	4268668	37,60%	4340831	35,89%	4937722	37,45%
TOTAL	2547966	100,00%	5571494	100,00%	11351679	100,00%	12093837	100,00%	13184825	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO
	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	
43-DEPRE. PERIF. SETEN.	1226096	10,73%	1243877	10,92%	1263795	10,01%	1034394	9,22%	729019	6,68%	9,17%
48-CAMPINAS	3258111	28,52%	2904692	25,50%	2643336	20,95%	2519721	22,68%	1838168	16,83%	22,70%
61-PARANAPIACABA	1638015	14,34%	1840327	16,16%	2025136	16,05%	1737747	15,64%	1832384	16,78%	19,17%
64-APIAI	790523	6,92%	1151569	10,11%	1503562	11,91%	1137747	10,24%	1410656	12,92%	10,83%
OUTRAS	4510661	39,49%	4251035	37,32%	5183461	41,08%	4687959	42,21%	5110558	46,80%	38,12%
TOTAL	11423406	100,00%	11391500	100,00%	12619290	100,00%	11107568	100,00%	10920785	100,00%	100,00%

ONTE: COMPANHIA DE ENTREPOTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP)

...) dado nao disponivel

ABELA 39. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA-CAMPINAS,(1981/90).
(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
48-CAMPINAS	14011025	51,56%	13452690	46,71%	11634608	40,21%	13541876	44,70%	10777620	38,30%
49-EST. HIDRO. PTA.	2434676	8,96%	2960225	10,28%	1990754	6,88%	3979124	13,14%	3004703	10,68%
61-PARANAPIACABA	5976450	21,99%	6769996	23,51%	6848731	23,67%	5822601	19,22%	6588714	23,41%
OUTRAS	4751200	17,48%	5619380	20,68%	8462658	29,25%	6948242	22,94%	7769030	27,61%
TOTAL	27173351	100,00%	28802291	100,00%	28936751	100,00%	30291843	100,00%	28140067	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	
48-CAMPINAS	11189444	42,79%	10175229	37,73%	8905154	27,85%	7932723	24,01%	6996268	19,36%	37,32%
49-EST. HIDRO. PTA.	3165635	12,10%	3108841	11,53%	2382264	7,45%	2599184	7,87%	2555208	7,07%	9,60%
61-PARANAPIACABA	4687284	17,92%	6153259	22,82%	7475345	23,38%	9510500	28,79%	11489144	31,79%	23,65%
OUTRAS	7110298	27,19%	7529967	27,92%	13206991	41,31%	12996564	39,34%	15096443	41,78%	29,55%
TOTAL	26152661	100,00%	26967296	100,00%	31969754	100,00%	33038971	100,00%	36137063	100,00%	100,00%

ONTE: CEASA-CAMPINAS

TABELA 38. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE CEMOURA COMERCIALIZADA NO ETSP, (1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)
02-ALTA MANTIQUEIRA	49760	22,48%	12933	1,51%	80216	3,18%	139881	4,46%	104966	3,23%
61-PARANAPIACABA	92175	41,65%	528243	61,82%	1491470	59,16%	1893505	60,40%	2110185	64,87%
62-GRANDE SAO PAULO	...	0,00%	99534	11,65%	228867	9,00%	284751	9,08%	290933	8,94%
73-CAMPOS PONTA GROSSA	39196	17,71%	95569	11,18%	370304	14,69%	367864	11,73%	406306	12,49%
UTRAS	40177	18,15%	118244	13,84%	352233	13,97%	448787	14,32%	340339	10,46%
TOTAL	221308	100,00%	854523	100,00%	2521090	100,00%	3134788	100,00%	3252729	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO (%)
	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	(cxK)	(%)	
02-ALTA MANTIQUEIRA	90483	2,60%	111494	3,56%	125286	3,80%	102189	3,18%	146923	4,80%	5,28%
61-PARANAPIACABA	2361924	67,77%	2294480	73,19%	2385651	72,36%	2186629	68,14%	2095663	68,52%	63,79%
62-GRANDE SAO PAULO	309589	8,88%	267607	8,54%	293526	8,90%	282782	8,81%	165128	5,40%	7,92%
73-CAMPOS PONTA GROSSA	344493	9,88%	139298	4,44%	108051	3,28%	250110	7,79%	218152	7,13%	10,03%
UTRAS	378803	10,87%	322185	10,28%	384568	11,66%	387432	12,07%	432824	14,15%	12,98%
TOTAL	3485292	100,00%	3135064	100,00%	3297082	100,00%	3209142	100,00%	3058690	100,00%	100,00%

ONTE: COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

...) dado nao disponivel

TABELA 41. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE BATATA COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS,(1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
244-ENC.OC.MANTIQUEIRA PTA	1061222	7,13%	2212024	12,62%	1616148	11,81%	3460023	18,11%	754689	4,39%
248-CAMPINAS	187537	1,26%	489029	2,79%	532330	3,89%	1026118	8,05%	517452	3,01%
249-ESTANCIAS HIDRO, PTA.	2640404	17,74%	2481953	14,16%	3794731	27,73%	532012	12,65%	869870	5,06%
255-TATUI	...	0,00%	...	0,00%	821074	6,00%	2706807	0,69%	615441	3,58%
268-CURITIBA	1973605	13,26%	1821151	10,39%	678755	4,96%	648807	1,58%	2907015	16,91%
OUTRAS	9021132	60,61%	10523763	70,71%	6241532	45,61%	10731824	56,17%	11526634	67,05%
TOTAL	14883900	100,00%	17527920	100,00%	13684570	100,00%	19105591	100,00%	17191102	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
244-ENC.OC.MANTIQUEIRA PTA	995956	6,45%	1760035	9,42%	1822842	6,79%	1952511	8,14%	276360	1,02%	8,59%
248-CAMPINAS	1996543	12,93%	1920717	10,28%	2558422	9,53%	2823225	11,77%	2630579	9,69%	7,32%
249-ESTANCIAS HIDRO, PTA.	362868	2,35%	371812	1,99%	413428	1,54%	182298	0,76%	111304	0,41%	8,44%
255-TATUI	2645073	17,13%	3449070	18,46%	1804050	6,72%	729193	3,04%	2940059	10,83%	6,65%
268-CURITIBA	2022793	13,10%	4198300	22,47%	7237678	26,96%	7402270	30,86%	6322620	23,29%	16,38%
OUTRAS	7417939	48,04%	6984087	37,38%	13009565	48,46%	10897120	45,43%	14866437	54,76%	53,42%
TOTAL	15441171	100,00%	18684021	100,00%	26845986	100,00%	23986617	100,00%	27147360	100,00%	100,00%

FORNTE: CEASA-CAMPINAS

(...) dado nao disponivel

TABELA 42. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE BATATA COMERCIALIZADA NO ETSP.(1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)
202-ALTA MANTIQUEIRA	157515	24,70%	39665	2,41%	355409	12,71%	487559	15,49%	473280	15,29%
254-ACUCAREIRA PIRACICABA	...	0,00%	139174	8,46%	225623	8,07%	276604	8,79%	335841	10,85%
261-PARANAPIACABA	152009	23,84%	332076	20,19%	509048	18,20%	631083	20,05%	592154	19,13%
262-GRANDE SAO PAULO	...	0,00%	219768	13,36%	194515	6,95%	227060	7,21%	225908	7,30%
999-TRANSFERENCIA	57459	9,01%	421948	25,66%	602185	21,53%	630229	20,03%	630494	20,37%
OUTRAS	270747	42,45%	491862	29,91%	910429	32,55%	894650	28,43%	837998	27,07%
TOTAL	637730	100,00%	1644493	100,00%	2797209	100,00%	3147185	100,00%	3095675	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO (%)
	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	
202-ALTA MANTIQUEIRA	355400	12,48%	323034	10,62%	414834	11,52%	227798	6,73%	366890	10,09%	12,20%
254-ACUCAREIRA PIRACICABA	298988	10,50%	306402	10,08%	278366	7,73%	191695	5,67%	337338	9,27%	7,94%
261-PARANAPIACABA	674150	23,67%	653349	21,49%	671217	18,64%	626817	18,53%	614135	16,88%	20,06%
262-GRANDE SAO PAULO	186884	6,56%	201769	6,64%	230558	6,40%	240371	7,11%	235677	6,48%	6,80%
999-TRANSFERENCIA	557348	19,57%	595753	19,59%	802202	22,27%	786597	23,25%	737378	20,27%	20,15%
OUTRAS	775563	27,23%	960247	31,58%	1204738	33,45%	1309362	38,71%	1345982	37,00%	32,84%
TOTAL	2848333	100,00%	3040554	100,00%	3601915	100,00%	3382640	100,00%	3637400	100,00%	100,00%

FONTE: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

(...) dado nao disponivel

ABELA 43. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE CEBOLA COMERCIALIZADA NA CEASA-CAMPINAS,(1981/90).
(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
36-SERRA DE JABOTICABAL	1122450	11,71%	9900	0,11%	283380	3,10%	225600	2,26%	105200	1,38%
44-ENC.OC.MANTIQUEIRA PTA	1572800	16,41%	1345100	15,46%	925732	10,13%	1746075	17,50%	964035	12,63%
61-PARANAPIACABA	2492190	26,01%	2489600	28,62%	1765760	19,32%	2587540	25,94%	1638890	21,47%
96-COLONIAL ALTO ITAJAI	425360	4,44%	292600	3,36%	257870	2,82%	312900	3,14%	672520	8,81%
98-COL.SERRANA CATARINENSE	1414020	14,76%	1333200	15,32%	1216220	13,31%	1421720	14,25%	1533620	20,09%
OUTRAS	2555370	26,67%	3229525	33,70%	4688652	51,31%	3682987	36,92%	2719896	35,63%
TOTAL	9582190	100,00%	8699925	100,00%	9137614	100,00%	9976822	100,00%	7634161	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		PARTICIPACAO MEDIA
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(%)
36-SERRA DE JABOTICABAL	48000	0,43%	230600	2,15%	627220	5,34%	585060	4,58%	721220	5,29%	3,64%
44-ENC.OC.MANTIQUEIRA PTA	2888880	25,58%	1946880	18,18%	2094820	17,85%	2663180	20,83%	2845020	20,85%	17,54%
61-PARANAPIACABA	1710325	15,15%	2542780	23,75%	2258740	19,24%	3323740	26,00%	2319360	17,00%	22,25%
96-COLONIAL ALTO ITAJAI	684022	6,06%	1129700	10,55%	830500	7,08%	1372053	10,73%	1654140	12,12%	6,91%
98-COL.SERRANA CATARINENSE	2180200	19,31%	2069320	19,32%	2015400	17,17%	1680650	13,15%	1579300	11,58%	15,83%
OUTRAS	3780540	33,48%	2789114	26,05%	3911277	33,32%	3157725	24,70%	4524540	33,16%	33,49%
TOTAL	11291967	100,00%	10708394	100,00%	11737957	100,00%	12782408	100,00%	13643580	100,00%	100,00%

ONTE: CEASA-CAMPINAS

TABELA 44. PRINCIPAIS MICRORREGIOES DE PROCEDENCIA DE CEBOLA COMERCIALIZADA NO ETSP.(1981/90).

(continua)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1981		1982		1983		1984		1985	
	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)
244-ENC. OCID.MANTIQU. PTA	...	0,00%	283065	21,28%	151906	5,26%	394147	12,55%	337913	10,70%
261-PARANAPIACABA	65935	10,22%	397871	29,91%	603093	20,87%	713836	22,73%	744362	23,58%
296-COLONIAL ALTO ITAJAI	88937	13,78%	39444	2,97%	236392	8,18%	245241	7,81%	550213	17,43%
298-COLONIAL S. CATAR.	92523	14,33%	9677	0,73%	195185	6,75%	267146	8,51%	422633	13,39%
999-TRANSFERENCIA	...	0,00%	122052	9,18%	375030	12,97%	416368	13,26%	328626	10,41%
OUTRAS	398066	61,67%	477907	35,93%	1328838	45,97%	1103076	35,13%	773022	24,49%
TOTAL	645461	100,00%	1330016	100,00%	2890444	100,00%	3139814	100,00%	3156769	100,00%

(conclusao)

MICRORREGIAO HOMOGENEA	1986		1987		1988		1989		1990		MEDIA DO PERIODO
	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	(sc)	(%)	
244-ENC. OCID.MANTIQU. PTA	422666	13,57%	481521	13,62%	396969	10,47%	424968	10,46%	426407	11,77%	10,97%
261-PARANAPIACABA	795795	25,55%	852452	24,11%	1074466	28,33%	1212653	29,85%	840514	23,20%	23,83%
296-COLONIAL ALTO ITAJAI	521563	16,74%	637006	18,02%	649550	17,13%	793629	19,54%	842596	23,26%	14,48%
298-COLONIAL S. CATAR.	358142	11,50%	396051	11,20%	387041	10,20%	375319	9,24%	377162	10,41%	9,63%
999-TRANSFERENCIA	263313	8,45%	286480	8,10%	311007	8,20%	380700	9,37%	400459	11,05%	9,10%
OUTRAS	753759	24,20%	881603	24,94%	973787	25,67%	875221	21,54%	735539	20,30%	31,99%
TOTAL	3115238	100,00%	3535113	100,00%	3792820	100,00%	4062490	100,00%	3622677	100,00%	100,00%

FONTE: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO (CEAGESP).

(...) dado nao disponivel